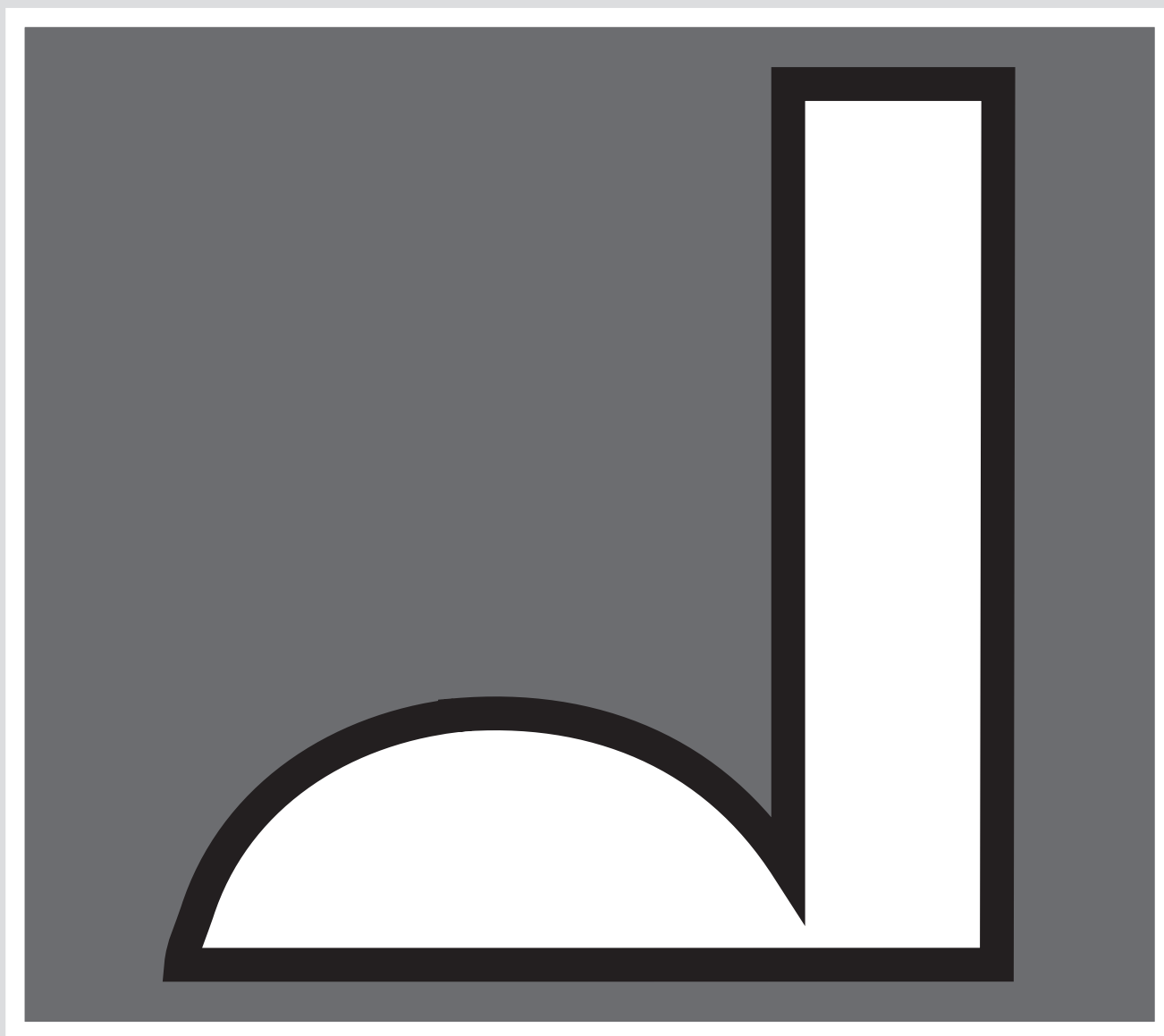




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 207 - SÁBADO, 13 DE DEZEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Moraes - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 20 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 20 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 26 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ⁽¹⁾ Maria do Carmo Alves ⁽²⁾ Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE	
Agaciêl da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 236ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR –

Críticas ao Congresso Nacional por encerrar o ano sem que tenha resolvido questões importantes, tais como as relativas aos benefícios de aposentados e pensionistas, a limitação de edição de medidas provisórias e ao atendimento de emendas de parlamentares ao Orçamento Geral da União. 52181

SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com a difícil situação financeira da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra. Resoluções da 1ª Conferência Nacional da Juventude, realizada no mês de abril. Realização de ato de assentamento de famílias em imóveis rurais no Rio Grande do Sul. Conclusões do 3º encontro “A Saúde da Mulher no Sistema Carcerário – a saúde da Mulher no Sistema Carcerário”, realizado em meados deste ano em São Paulo. 52189

SENADOR MÃO SANTA – Denúncia de corrupção eleitoral em governos do PT. Críticas ao Governo Federal pelo tratamento da questão da indenização das vítimas do regime militar. 52195

SENADOR PEDRO SIMON – Reflexão sobre os 60 anos da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”. 52201

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre crise e realidade social brasileira, a partir de duas manchetes do jornal **O Globo**, de hoje: “Pacote para o consumo reduz Imposto de Renda e isenta carro popular de pagar imposto” e “Metas para a educação não são atingidas”. 52208

1.2.2 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 1.285/2008, de 10 do corrente, registrando o recebimento do Ofício nº 1.973 (SF), de 9/12/2008, que encaminha autógrafo da Resolução nº 38, de 2008 (SF), que *autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no*

valor de até US\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares norte-americanos), e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada. 52214

Nº 1.289/2008, de 10 do corrente, registrando o recebimento do Ofício nº 1.976 (SF), de 9/12/2008, que encaminha autógrafo da Resolução nº 39, de 2008 (SF), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 83.450.000,00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II), e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada. 52214*

1.2.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR GERSON CAMATA – Contestação aos defensores da descriminalização e legalização do uso de drogas. 52215

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “O Diretor da Abin mentiu ao Congresso”, Revista **Veja**, edição de 22 de outubro último. Registro da matéria intitulada “Complacência com Rainha”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 21 de outubro último. Registro do editorial intitulado “Muito cuidado com essa PM”, jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 23 de outubro último. 52216

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “TCU defende suspensão de 13 obras do PAC”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 4 de outubro último. Registro da matéria intitulada “Fernando Henrique: Lula engana país sobre crise”, publicado no jornal **O Globo**, edição de 24 de outubro último. Registro da matéria intitulada “País de Delúbio são acusados de sone-

gação”, publicado no jornal **O Globo**, edição de 24 de outubro último. 52222

SENADOR **SÉRGIO GUERRA** – Registro da matéria intitulada “Licitação da Receita pára na polícia”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 12 de novembro último. Registro do artigo intitulado “Justiça de qualidade”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 8 de setembro último. Registro do editorial intitulado “Alta velocidade”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 11 de setembro último. 52226

SENADOR **CÍCERO LUCENA** – Registro do artigo intitulado “Velhos novos hábitos”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 4 de setembro último. Registro da matéria intitulada “Geração sem limites”, jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 3 de setembro do corrente. Registro do editorial intitulado “Reformar a Abin e a PF”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 3 de setembro do corrente. 52230

SENADOR **RENAN CALHEIROS** – Apelo por piso salarial das polícias do País..... 52233

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Republicação do texto completo do Parecer nº 82, de 2008-CN, por omissão de páginas, na Ata da 215ª Sessão Não Deliberativa, de 17 de novembro de 2008..... 52234

3 – EMENDAS

Nºs 1 a 371, apresentadas à Medida Provisória nº 449, de 2008 (**Publicadas em suplemente à presente edição**)

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 236ª Sessão Não Deliberativa, em 12 de dezembro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Paim

(Inicia-se a Sessão às 9 horas, e encerra-se às 13 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sexta-feira, 12 de dezembro de 2008, às 9h e 14min, está aberta a 236ª sessão, não deliberativa, do Senado Federal.

Como diz o Presidente Garibaldi, graças a deus e a Srª Secretária-Geral da Mesa, Cláudia Lyra – e foi muito oportuno.

Há oradores inscritos para esta sessão não deliberativa.

Como diz o nosso Presidente da República, plagiando Camões, que disse “por mares nunca dantes navegados”, Paulo Paim, digo também que nunca antes este Senado foi tão eficiente. Este é o melhor Senado da história da República, em 183 anos.

Senador Geraldo Mesquita, são três os pilares, e nós somos o mais forte, o mais eficiente, o mais capaz; e isso desperta inveja e mágoa. Mas nunca antes na história, em 183 anos, houve tantas sessões às sextas-feiras.

E mais, está aqui a Drª Cláudia Lyra, que sabe tudo, ou quase tudo, e não deixa o Presidente Garibaldi errar, e ele reconheceu: estão enquadrados no art. 17, §1º, os Senadores que já usaram da palavra várias vezes durante a semana. Nunca na história deste Senado... Estão enquadrados pela Drª Cláudia Lyra, que coloca nos moldes da lei e não abre de jeito nenhum: Pedro Simon, Mão Santa, Augusto Botelho, João Pedro, Mozarildo Cavalcanti, Serys Slhessarenko, Marco Maciel e Paulo Paim. Oito! Oito Senadores usaram a tribuna várias vezes aqui. Digamos, então, que este foi um “cartão amarelo” – não é vermelho, não, nem verde.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Mesquita.

Firmeza no direito!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Quero que V. Exª me convide para usar da palavra, porque hoje “estou com a cachorra”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois V. Exª está inscrito.

O Livro de Deus, a primeira das constituições, que temos de obedecer, diz: “Pedi e dar-se-vos-á”. Então V. Exª será atendido. Entendo que a Bíblia está acima do nosso Regimento. V. Exª poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

Toda vez que vejo V. Exª eu me lembro de Abraham Lincoln, que diz: “Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no direito”. V. Exª se enquadra nessa mensagem de Abraham Lincoln.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Era apenas uma brincadeira o que falava há pouco a V. Exª. Mas preciso dizer algumas verdades. Senador Mão Santa. Hoje, talvez, seja uma das últimas oportunidades em que possamos fazer um pronunciamento nesta Casa, antes do início do recesso, e é necessário fazer um balanço do que deixou de ser feito, de algumas coisas importantes e fundamentais que deixaram de acontecer.

Por exemplo, vamos entrar em recesso sem ver acontecer aquilo que foi um ponto de honra para muitos Senadores que se empenharam em vigílias, em uma operação de mãos dadas com os aposentados, com os velhinhos do Brasil, como V. Exª diz, com os trabalhadores que estão na iminência de se aposentar, assustados ainda com o famigerado fator previdenciário. Senador Mão Santa, nós nos empenhamos, é verdade. Fizemos o dever de casa. Aprovamos matérias importantes, como a recomposição do valor das aposentadorias daqueles que já se encontram na inatividade; votamos outra matéria importante, qual seja, a que acaba com o famigerado fator previdenciário; votamos, igualmente, matéria que torna igual o índice de reajuste do valor do salário mínimo e o índice do reajuste do valor das aposentadorias. Esses três projetos encontram-se na Câmara, pendentes de apreciação e votação, dependendo apenas de o Presidente da Re-

pública convocar a grande base que tem na Câmara dos Deputados e peça que os projetos sejam votados. A palavra dele seria decisiva nesse sentido, mas ele se omite, ele não encara, prefere ficar na situação cômoda de dizer que, se os projetos forem aprovados, chegando em suas mãos, ele os sancionará.

Isso é muito fácil, muito cômodo, Senador Mão Santa. A responsabilidade do Presidente da República impõe o dever de ele restabelecer uma condição, uma situação que milhões de aposentados reclamam e clamam neste País, Senador Paim. É dever do Presidente da República, e ele, inexplicavelmente, se omite, se esconde atrás da posição fácil de dizer que sanciona os projetos se eles chegarem às suas mãos. E nós encerramos o ano com uma frustração imensa, com um sentimento de quase derrota, Senador Paim. Quase derrota mesmo!

Algumas horas, alguns dias, em alguns momentos, eu me decepção muito com o Congresso Nacional. É um Poder que não exerce poder. É um Poder que não se impõe. Poder que não impõe não é Poder; é um escritório de alguma coisa. E nós, o Congresso Nacional, somos um cartório do Palácio do Planalto, somos um escritório do Palácio do Planalto. É uma vergonha um Congresso Nacional que não se impõe.

Poder, para mim, é outra coisa: poder é impor-se, com serenidade mas com firmeza, principalmente naquilo que é fundamental para o País.

Portanto, este é um dos três principais assuntos e motivos que me levam para o recesso com o coração pesado, que me levam para o recesso com tristeza, com pesar.

Como eu disse, muitos de nós nesta Casa, por várias vezes, nos empenhamos, fizemos vigília para chamar a atenção, e, de fato, tivemos a participação *on line*, Senador Mão Santa, de milhares, de milhões de pessoas neste País, que, de suas casas, de seus bairros, estavam sintonizadas com o Plenário do Senado Federal, mandando *e-mails*, telefonando, estimulando-nos, incentivando-nos a prosseguir. E, ainda assim, alguns de nós diziam que a simples vigília talvez não levasse a que o Presidente da República se sensibilizasse com uma causa tão importante como essa. E parece que não surtiu efeito de fato, Senador Paim. Era necessário que o Congresso Nacional exercitasse poder. E parece que o Congresso Nacional, há muito tempo, abdicou de ser um Poder. Há muito tempo, não é de hoje.

Eu confesso a minha decepção, a minha tristeza mesmo, profunda tristeza.

Senador Paulo Paim, com todo prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a traz novamente o tema a que nós todos nos dedicamos com muito carinho, com muita atenção. Não foram só as três vigílias, foram dezenas de audiências públicas ao longo desses anos na Comissão de Assuntos Sociais, na Comissão de Direitos Humanos, foram reuniões com sindicalistas e com aposentados em relação a projetos que visam o que V. Ex^a resumiu muito bem: o fim do fator para aquele que ganha até R\$3 mil – e só esse é contemplado, pois a maioria fica entre mil e pouco –, garantindo assim que tenha o direito a se aposentar com salário integral, ou seja, sem o redutor de 40%. Os outros dois projetos, em suma: a recomposição dos benefícios. Essas são as duas grandes teses. Senador Geraldo Mesquita Júnior, confesso que ainda sou daqueles que mantêm a chama do otimismo com bastante força. E por quê? Confesso que o evento de que participei em São Paulo, na cidade de Santos, me anima. Essa mobilização de baixo para cima, essa pressão popular me anima. Eu ia viajar para o Rio Grande no dia 17 à noite. Não vou, porque, nesse dia, haverá um ato na Câmara, que poderá se tornar uma vigília. O ato ocorrerá na Câmara dos Deputados, não organizado por nós, mas por Deputados e por um movimento social. Para mim, essa pressão sobre a Câmara é importante, é real, é verdadeira, é, como se diz, a luz no fim do túnel, que os aposentados enxergam. Tudo isso é uma forma de pressionar aquela Casa. Neste momento, a Câmara dos Deputados tem que assumir a sua responsabilidade e, pelo menos, votar a matéria. Porque é muito bom, muito fácil também, a Câmara deixar guardada e não votar. Há que se votar. A favor ou contra, mas que votem. Neste aparte a V. Ex^a, aproveito para dizer que sei que as Centrais Sindicais, a Cobap e outras entidades de aposentados, umas mais, outras menos, é verdadeiro isso, estão fazendo um movimento de articulação lá na Câmara. E, por iniciativa deles, não nossa, nem sua, nem minha, nem do Mão Santa, nem do Cristovam, nem do Senador Simon, começaram a recolher assinaturas em todo o País e remeter para a Câmara – por cartas, *e-mails*, telefonemas. Vão aproveitar o período de recesso aqui no Congresso para coletar assinaturas nas praias, enfim, em qualquer local haverá um aposentado recolhendo assinaturas para remeter ao Congresso. Para mim, neste momento, o que é importante é manter essa chama viva, muito viva. E todos temos de encarar essa peleia com muita firmeza: acabar com o fator e, ao mesmo tempo, implantar uma política de recomposição dos aposentados. Hoje, vou à tribuna elogiar as iniciativas do Governo no combate à crise. Em três meses – está aqui no jornal **O Globo** –, já se somam R\$480 bilhões de investimentos no com-

bate à crise, demonstrando que o superávit primário neste momento não é prioridade. Vou elogiar essas medidas todas, mas quero que abramos uma portinha, uma janelinha, Senador Geraldo Mesquita Júnior – V. Ex^a está entendendo onde vou chegar –, para que se inclua também: vamos deixar de tirar dinheiro da seguridade para o superávit primário e vamos deixar o dinheiro que está lá também para os aposentados e pensionistas. Quero elogiar todas as medidas tomadas, principalmente ontem, diminuindo o valor do imposto sobre os carros, enfim, uma série de instrumentos que vão reduzir as contribuições, fortalecendo a classe média, o mercado interno, e que vão melhorar, pela própria tabela do Imposto de Renda, inclusive a manutenção de uma parcela maior dos salários na mão do trabalhador. Isso é importante. Como teria sido importante também se tivéssemos negociado – é a minha opinião como ex-sindicalista – algumas outras formas que inibissem a demissão imotivada, como fazem os sindicatos agora, nos Estados Unidos. Eles concordam com o plano que vai favorecer as montadoras, mas querem o mínimo de segurança na linha de combate ao desemprego. Enfim, ficando no tema aposentados, estou quase como na época da PEC paralela. Quando da PEC paralela, eu confesso, muitas e muitas vezes, fiquei receoso de que não conseguíssemos aprovar a PEC paralela, mas insistimos tanto e tanto, durante um ano – e V. Ex^a nos ajudou muito –, até que a PEC paralela foi aprovada. Hoje, milhões de trabalhadores agradecem aquela resistência que estabelecemos aqui, pois, caso contrário, a PEC paralela não teria sido aprovada. Tenho quase certeza, do meu ponto de vista, que 2009 é um ano importante. Não esqueçam, senhores e senhoras, que o ano que vem antecede o processo eleitoral, e a população, legitimamente, vai ficar de olho muito vivo na posição dos Deputados e Senadores em relação aos temas que tocam diretamente suas vidas, como essa questão dos aposentados e pensionistas. Acho que, no ano que vem, teremos um bom debate, tanto aqui como na Câmara, e ninguém conseguirá tirar da pauta essa questão dos aposentados, pelas suas convicções, pelas nossas convicções e até pela forma como V. Ex^a está fazendo aqui. Na verdade, V. Ex^a está fazendo quase um desafio, um desafio para que aprove os projetos que o Senado aprovou. Para mim, a fala de V. Ex^a, no fundo, é um incentivo para que a Câmara dos Deputados prove o contrário, aprove os benefícios dos aposentados e acabe com o fator. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Nesse assunto, por mais que eu falasse aqui, não sintetizaria a nossa causa tão bem como V. Ex^a fez. Mas continuo a dizer:

estou triste, decepcionado. E não é com ninguém lá de fora; é aqui dentro do Congresso Nacional.

Volto a insistir, porque esse é um ponto que me preocupa muito. Esse é um dos três pontos que gostaria de abordar aqui.

Sobre essa questão, reluto em ter essa crença toda que V. Ex^a exercita, porque, quando cruço esse assunto com os dois outros dos quais vou tratar aqui, chego à conclusão de que há uma lógica nisso tudo. Há uma lógica que ressalta um poder quase imperial neste País, absolutista, discricionário, discriminatório.

É certo que há medidas de combate à chamada crise, como V. Ex^a ressaltou, algumas positivas. Agora, essa é uma crise circunstancial. Nós temos crises crônicas no Brasil. Temos a crise dos aposentados e dos pensionistas; temos a crise da saúde; temos a crise da educação, que, ano após ano, tira nota menor no nosso País – ano após ano, Senador Cristovam; em vez de avançarmos, estamos recuando. É um negócio de doido isso. É uma crise instalada e crônica. E como vamos debelá-la?

Veja, Senador Paim, como a coisa tem uma certa lógica. Vivemos no Brasil, e o Congresso Nacional, particularmente, é regido por medidas provisórias. A gente vem aqui, fala, esperneia, reclama, estrebucha, mas não adianta. A coisa não se move um milímetro nem para lá, nem para cá. É impressionante isso! Impressionante!

Isso é sintoma de que está instalado em nosso País um poder imperial, um poder absolutista mesmo. Costumo chamar – com respeito a todos os brasileiros – a nossa democracia de “democracia de araque” mesmo. Muitos dizem: “Vivemos numa democracia, porque temos o direito de ir à urna e votar”. Mas isso é uma pequena parte. Democracia, para mim, Senador Paim, é encararmos com responsabilidade questões como essas; é as pessoas terem a oportunidade de chegar próximo de seus sonhos, das suas esperanças, dos seus ideais. Estamos muito longe de bater no peito e falar de boca cheia que temos uma democracia neste País. Estamos muito longe disso!

Medidas Provisórias. O Senado Federal aprovou, claro; a autoria é do Senador Antonio Carlos Magalhães, já falecido, o saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães. Está na Câmara e de lá não sai. Ouço falar que estão na iminência de apreciar alguma coisa, mas talvez não saia com a configuração que o Brasil espera. Não sai, Senador Mão Santa, porque vivemos sob a égide de um poder imperial, e o Congresso Nacional – assim como acontece com a educação, que, ano após ano, tira uma nota menor –, ano após ano, renuncia à sua condição de poder.

Ficamos aqui nos satisfazendo com esse jogo: o Senado aprova, vai para a Câmara; a Câmara aprova, vai para o Senado. Esse é um jogo que não leva a nada; é um jogo que não leva a coisa alguma a não ser à crescente desmoralização do Congresso Nacional.

Vou abordar o terceiro assunto, Senador Paim, que me leva a concluir que esses fatos cruzados demonstram claramente ser verdade o que estou dizendo.

Vivemos um drama. Eu me comprometi a vir várias vezes à tribuna para falar para o povo da minha terra, porque para cá já não falo mais, não adianta. Falo para o meu conterrâneo, para a minha conterrânea lá do Acre da irresponsabilidade de um Governo que se diz popular, democrático e que trata, por exemplo, o tema emenda parlamentar, como se fosse um balcão de negócios. Aliás, o Orçamento para esse Governo é um balcão de negócios.

Emenda parlamentar. Vamos dissecar o que é isso, Senador Paim. De minha parte, o que é emenda parlamentar? Passo o ano andando lá na minha terra, de Município em Município, conversando com os Prefeitos, com associações de produtores, com entidades de classe; passo o ano fazendo isso. É uma obrigação prazerosa. Ao mesmo tempo em que me assenhareio, em que me informo do que está acontecendo na minha terra, coloco meu mandato à disposição dessas pessoas, desses administradores, dessas entidades, e vem sempre à tona a questão de recursos. Vínculo, pois, as emendas que posso consignar no Orçamento às indicações, necessidades e prioridades que essas pessoas e entidades colocam à minha frente. Faço isso religiosamente. Chegando ao Congresso Nacional, no período adequado, elaboro as emendas de acordo com aquilo que me foi apresentado, Senador Mão Santa, e encaminho para apreciação do Congresso Nacional. As emendas são aprovadas religiosamente.

Agora, de minha parte, Senador Mão Santa, resta minha frustração, pessoal e de Parlamentar; resta a frustração de Prefeitos, de produtores, de associações de produtores, de hansenianos, Senador Paim, de pessoas com deficiência, que pedem que se coloque uma pequena emenda. Colocamos todo ano, mas as emendas não são liberadas. As deste ano, por exemplo, sequer foram empenhadas.

Aí digo para o pessoal que mora em Assis Brasil, pequeno Município na fronteira com o Peru e a Bolívia, que passa por uma dificuldade danada, Senador Paim... É um Município em que R\$300 mil, R\$400 mil, R\$500mil chegam e conseguem movimentar as coisas: uma obra importante é construída, um equipamento para um pequeno hospital é adquirido, um pequeno trator para o pessoal poder arar a terra e trabalhar. Isso tudo faz uma diferença enorme.

Eu queria que o Presidente Lula sintonizasse com o pessoal que mora lá e percebesse a gravidade da coisa, percebesse o que essa mesquinha ocasiona para essas comunidades. É uma mesquinha!

De certa forma, fico pensando: será que só os compromissos que o Presidente da República assume e consigna no Orçamento devem ser levados em consideração? Por que os nossos compromissos de Parlamentares que assumimos com a população, com as comunidades, não são considerados, Senador Paim? Será que somos irresponsáveis? O fato de, no Congresso Nacional, haver um histórico de desvio de recurso do Orçamento, de malversação de dinheiro público, vai nos penitenciar para o resto da vida? Não deve ser assim.

Comporto-me com absoluta responsabilidade e com seriedade nesse assunto. E, aqui, falo para os Municípios do meu Estado, para as pessoas que moram naqueles Municípios: vim aqui, bradei, clamei aos céus, pedi a intervenção do Presidente da República, e não deu absolutamente em nada, em nada! As emendas deste ano continuam não empenhadas, as do ano passado estão em Restos a Pagar, sem falar nos exercícios anteriores, Senador Paim, que já foram para o sal, perderam-se. Quantos milhões a população do meu Estado deixou de receber para coisas importantes, para coisas simples, mas que fazem uma diferença enorme?

Cito o pequenino Município de Jordão, Senador Paim, de gente amiga, de gente querida, que fica olhando para o tempo, esperando que alguma coisa aconteça, que a ajuda chegue, que a solidariedade chegue. Entende? São pessoas que vivem isoladas praticamente o ano inteiro. Só se chega lá de aviãozinho ou pelo rio, quando o rio está cheio. É uma dificuldade danada! A gente aloca recursos para Jordão, para Manoel Urbano, enfim, para todos os Municípios do meu Estado, que é pobre e que lida com muita dificuldade. Há gente dentro da mata ainda, tentando sobreviver com extrema dificuldade, esperando que, neste momento, haja companheirismo, solidariedade, comprometimento, compromisso. E isso vai para o sal. Só os compromissos do Presidente da República são relevantes; os nossos, não. É uma pena!

Olha, estou falando para as pessoas que me estão ouvindo no Acre. Muita gente nos ouve, Paim. Recebo *e-mails* de pessoas que se referem às sessões nossas por aqui e que falam no nome de vocês. As pessoas ouvem o que a gente fala aqui. No Acre, não tenho rádio, não tenho televisão, não tenho jornal, nada tenho. Tenho esta tribuna aqui e vou usá-la à exaustão, para denunciar um Governo que se diz

democrático e popular e que age pior do que outros que ele criticava.

Senador Paim, com todo prazer, concedo-lhe mais um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, permita-me dizer que é a segunda vez que vejo V. Ex^a na tribuna falando desse tema. Estou ao telefone, tentando ver o que eu poderia encaminhar. Mas vou fazer uma proposta a V. Ex^a, pela amizade que lhe tenho. Por que lhe vou fazer essa proposta aqui, ao vivo, pela TV Senado? Estive, um tempo atrás, com o Ministro José Múcio, que me dizia, com muita satisfação, que a intenção dele era fazer com que as todas as emendas individuais fossem liberadas; explicava-me que havia problema com as emendas de bancada. Eu lhe vou fazer uma proposta e quase um desafio: marco uma audiência com o Ministro Múcio e vou com V. Ex^a lá, para dialogarmos sobre esse fato. Se V. Ex^a concordar, que isso seja feito hoje ou segunda-feira, porque tenho também este entendimento: o dinheiro público, que está no Orçamento da União, não é desse ou daquele setor, desse ou daquele partido, da Situação ou da Oposição, mas, sim, é uma contribuição que a população dá para o gestor, que é o Executivo. Num Município com dois mil habitantes, a emenda mínima é de R\$100 mil. Tenho o mesmo entendimento de V. Ex^a: como é bom para aquela população uma emenda de R\$100 mil, o investimento que eles fazem lá! E calculo, pelo que V. Ex^a está descrevendo, que os Municípios do seu Estado – V. Ex^a estabeleceu esse diálogo democrático e correto, e é isso mesmo que deve ser feito – não possam ter acesso às suas emendas. Então, não quero discursar aqui, quero fazer um gesto prático: vou me comprometer de marcar essa audiência. Gostaria muito que V. Ex^a fosse comigo lá, para dialogar com o Ministro Múcio sobre essa situação. Seria só isso.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Paulo Paim, vou lhe fazer uma contraproposta. Vou lá com o maior prazer por V. Ex^a. Por V. Ex^a, subo e desço ladeira. V. Ex^a sabe disso, sabe do respeito e da consideração que lhe tenho. Mas olhe: não vou lá para pedir para liberar, não. É obrigação dele. Vou lá para agradecer, se for o caso, por V. Ex^a. Irei lá para agradecer, se as verbas forem liberadas; vou agradecer, em nome do povo acreano. Mas ir lá para pedir para liberar, não vou, não, porque é obrigação dessas autoridades fazer com que isso aconteça.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – O Senador Simon, ajudando neste diálogo, fez uma sugestão, e, aqui, de público, vou dizer o que S. Ex^a propôs a V. Ex^a neste momento: que eu recebesse do seu gabinete as emendas, para que eu pudesse verificar o que está

acontecendo. E aí, da forma que V. Ex^a sugeriu, vamos lá conversar com o Ministro Múcio. Podemos ajustar esse encaminhamento?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu lhe mando as emendas com o maior prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Peço aos companheiros do meu gabinete que me estão ouvindo para me trazerem os relatórios de emendas, e já os entrego a V. Ex^a, rapidamente, Senador Paim, para que V. Ex^a tenha noção do que está acontecendo com clareza.

Portanto, Senador Mão Santa, era o que me cabia trazer hoje aqui.

Senador Paim, veja bem o que construí aqui: três questões da maior relevância que se cruzam. Se fosse um fato isolado, eu até pararia para pensar mais um pouco, mas não paro mais para pensar, porque já fechei minha convicção: vivemos, de fato, sob a égide de um governo imperial, absolutista, discricionário, discriminatório e, agora, caloteiro, porque não liberar o que está no Orçamento, o que cabe às populações pobres e necessitadas, é calote. Senador Cristovam, isso é calote, envolvendo dinheiro público!

E aí fico lembrando de um discurso que fez o Senador Alvaro Dias aqui, nesta semana, apontando um fato da maior gravidade. Recursos públicos da ordem de bilhões de dólares estão sendo transferidos do nosso País para países da América Latina, Caribe, Cuba etc., para a promoção de obras de grande vulto nesses países. Tenho pelos países da América Latina, do Caribe, da África, o dever da solidariedade – tenho o dever da solidariedade, todos nós o temos. Dei, inclusive, uma sugestão. Aparteando o Senador Alvaro Dias, sugeri que chegasse aos ouvidos do Presidente da República a idéia de que ele, em vez de contribuir com recursos volumosos para esses países, atuasse com a autoridade que tem hoje, autoridade propalada e reconhecida, com o reconhecimento que tem nos organismos internacionais financeiros, no sentido de convencer esses organismos a ajudarem esses países, colocando recursos lá, a custo razoável, para que esses países pudessem tocar essas obras. E que nossos recursos fossem aplicados no próprio País!

O que me causou preocupação foi o fato revelado pelo Senador Alvaro Dias de que praticamente todo esse recurso é executado fora do nosso País sem passar por um processo de licitação, Senador Buarque. E aí olhe quem está à frente de obras importantes lá fora: são grandes empreiteiras que financiaram as campanhas do PT no Brasil. E esse recurso está sendo aplicado lá fora sem licitação. É de se estranhar.

No mínimo, é de se estranhar. Que benesse é essa? Será que é realmente com os povos da América Latina, da África etc?

Eu me dou o direito de começar a achar que há alguma coisa por debaixo desse angu aí. Quantias que ultrapassam a casa de US\$5 bilhões são aplicadas lá fora por grandes empreiteiras que financiam as campanhas do PT no Brasil, e esse dinheiro está sendo gasto lá fora sem licitação. É muito estranho isso. É muito estranho isso! Então, é um quarto ingrediente que acrescento aqui nesta salada, para me indignar e para chamar a atenção deste País. Há alguma coisa acontecendo!

Enquanto o Congresso Nacional não chama de novo para si a responsabilidade de coisas graves que acontecem neste País, enquanto o Congresso Nacional continua abdicando de exercitar o poder que tem, ou que teria, a população brasileira precisa acordar, precisa se indignar e precisa abrir o olho, porque há coisa acontecendo, há coisa acontecendo. Há uma lógica, um processo instalado. Não sei, de fato, o que está por detrás disso tudo, mas vou procurar saber, Senador Paim.

Por favor, Senador Paim, tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mesquita, V. Ex^a, pelo respeito que tem à minha história – tenho também respeito à de V. Ex^a –, de pronto, responderá que sabe, como sei – graças a Deus, posso falar com a maior tranquilidade, que estou no PT há quase três décadas; fui por quatro vezes Deputado Federal e, agora, estou no Senado –, que nunca empreiteira alguma ou dinheiro externo financiaram campanha da qual participei. Minha campanha, tenho orgulho de dizer, foi feita quase em papel de pão, daquele pão de meio quilo: as pessoas pegavam o retalho do papel e escreviam ali meu número à época. É claro que, depois, o número mudou: agora, é 131. Mas, com certeza, foi uma campanha tão humilde quanto a sua. Sei como foi sua campanha, pelas informações que recebi, inclusive, do próprio Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que acompanhou as eleições em todo o País. Então, a denúncia que fez o Senador Alvaro Dias, de que há esses investimentos de transações em âmbito internacional, em que o dinheiro vem para financiar esse ou aquele partido ao longo do nosso processo democrático, tem de ser comprovada, primeiramente. Eu me sinto, sinceramente, um pouco atingido, porque sei a dificuldade pela qual atravessamos no Rio Grande na campanha eleitoral. Não só nosso Partido passou por essa dificuldade, como também outros Partidos. Então, eu não tomaria a liberdade de dizer que um único partido, seja o PDT, o PMDB, o PCdoB, o PV, usou dinheiro num processo

de lavagem, que vai e que volta. No fundo, é isso que o Senador Alvaro Dias está dizendo. Penso que o Senador Alvaro Dias, com base nessa denúncia, deveria apresentar um processo. Penso que isso deveria ser feito. V. Ex^a está comentando a denúncia feita pelo Senador Alvaro Dias. Não vi essa denúncia, mas S. Ex^a, se a fez, tem a obrigação de entrar com o processo. Se eu chegasse a esta tribuna e dissesse, Senador Cristovam, que o PDT, de uma forma ou de outra, estava cometendo um ato ilícito, eu deveria, por obrigação, entrar com um processo, dando oportunidade de o Partido atingido responder se cometeu o delito ou não. V. Ex^a está comentando o fato, e fiquei aqui, cá com meus botões, um pouco constrangido.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Não, não fique constrangido, não. V. Ex^a me dá oportunidade de, com toda humildade, lembrar aqui das exceções, Senador Paim. V. Ex^a é uma pessoa que nem precisa ser colocado no rol das exceções. O Brasil o conhece, o Brasil o tem na estima e na consideração de um homem público da maior integridade. Em relação a V. Ex^a, nem há a necessidade de colocá-lo no prato das exceções, entende? É claro que existem as exceções. No PT, como em qualquer organização, existem pessoas da maior integridade, da maior seriedade. V. Ex^a está sentado do lado de um que é a prova carnal disso: o Senador Eurípedes, pessoa pela qual a gente tem a maior estima, o maior respeito. É claro que há exceções.

Às vezes, no calor das coisas, a gente até passa batido, não é Senador Paim? Mas tenho a humildade de aqui trazer à baila – é coisa que sempre faço, e penitencio-me por não ter feito agora – o fato de que há as exceções. Falamos de forma genérica, mas é necessário, de fato, toda vez, mostrarmos aqui que há exceções. O PT é recheado de gente séria, de gente da maior integridade. Mas é preciso que esclareçamos isso com relação à entidade como um todo, à entidade como um todo! Mas agradeço a V. Ex^a a intervenção, porque me lembrou dessa necessidade, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Mais uma vez, cumprimento V. Ex^a e aproveito o gancho para dizer que já estamos com 79 assinaturas – que passei às mãos de V. Ex^a, não é, Senador Cristovam? – das 81 que entendemos ser o ideal, porque dois Senadores estão no exterior ainda. Precisamos entregar este documento em mão ao Ministro Celso Amorim. V. Ex^a deu a idéia, e a ela me somei, de que o Senador Cristovam fosse indicado para o mais alto posto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Estou com muita confiança nisso, Senador Cristovam, porque essa foi uma iniciativa

conjunta do Senador Geraldo Mesquita e minha, em nome de todos os Senadores, porque nenhum deles se recusou a assinar. Apenas dois devem chegar aqui na semana que vem, calculo, e deverão assinar, para podermos entregar o documento ao Ministro Celso Amorim. Eu dizia ao Senador Cristovam que o Senador Mão Santa, V. Ex^a, o Senador Eurípedes, o Senador Simon, o Senador Mercadante, enfim, todos nós nos comprometemos a ir à presença do Ministro Celso Amorim e do Presidente Lula, para lhes entregar esse pleito mais do que justo do Senado. Não é uma homenagem a V. Ex^a. Queremos o bem da educação no mundo, Senador Cristovam. Eu dizia hoje, numa entrevista à Rádio Roquette Pinto, que V. Ex^a é um cidadão do mundo e vai poder fazer aquela revolução na educação – palavra com a qual V. Ex^a se alcunhou – que todos nós queremos em âmbito mundial. V. Ex^a estando lá, este que vos fala será o segundo Senador negro, pois V. Ex^a me colocou como seu suplente, naturalmente depois de discussões internas na política de aliança e depois de discussões com o Partido na época. Assim, o Senador Eurípedes, que foi muito elogiado pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, poderá voltar ao Senado. Então, o Senador Cristovam, como cidadão do mundo, representará não apenas o Brasil, mas a humanidade no campo da educação, fazendo a mais importante de todas as revoluções, a da educação, que não é palavra minha, mas, sim, do Senador Cristovam. Senador Mesquita, desculpe-me pelo longo aparte.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – O Senador Cristovam é cidadão do mundo. Eu diria que é o mundo num cidadão. Com a grandeza, a simplicidade e a honestidade de caráter do Senador Eurípedes, na verdade, a gente pode dizer isto: é o mundo num cidadão, porque ele concentra tudo que o mundo tem de melhor.

Com relação a esse fato, Senador Paim, eu gostaria – já descendo da tribuna, porque já estou incomodando – de ter pelo menos essa felicidade até o final do ano: a de que o Senador Cristovam fosse de fato nosso indicado para a Unesco e a de que a gente tivesse o privilégio de novamente privar da contínua companhia do Senador Eurípedes aqui. Desta feita, S. Ex^a reassumiria o mandato que ajudou o Senador Cristovam a conquistar, a conseguir. Seria pelo menos essa uma pequena alegria que eu teria até o final do ano. Se isso não acontecer, vou chegar ao final do ano com o coração cheio de decepção, de pura decepção. Este é um dos anos que conluio prenhe de decepção, Senador Paim.

Senador Cristovam, já estou incomodando, quero descer da tribuna, mas concedo a V. Ex^a um pequeno aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Primeiro, aviso que não vou falar do último assunto proposto pelo Senador Paim, embora eu esteja muito agradecido a todos os Senadores, especialmente aos Senadores Geraldo Mesquita e Paulo Paim, pela confiança e pelo o empenho que demonstraram. Quero me concentrar no seu discurso. Primeiro, vou me referir à idéia de um Senado num país imperial, porque, talvez, Senador, estejamos piores do que no período imperial, quando os Senadores eram nomeados pelo Imperador, mas, às vezes, havia aqui falas mais duras e resistências maiores do que se vê hoje em dia. E, aí, a culpa não é apenas do Poder Executivo, também é nossa, que nem sempre agimos como o Presidente Garibaldi, que, algumas semanas atrás, devolveu uma medida provisória. Até hoje, não houve uma medida provisória devolvida em bloco. Foi preciso o Senador Garibaldi assumir essa responsabilidade, embora muito incentivado pelo Senador Pedro Simon e por outros. Tenho um certo respeito pelo que foi feito no Império, mas sou um republicano ferrenho: não têm sentido regimes que não sejam republicanos, ainda que seja preciso definirmos melhor as coisas. O Senado do Império, às vezes, era mais independente. A segunda coisa é que, hoje, as monarquias européias são mais republicanas do que a República brasileira. Do ponto de vista da relação entre a elite e as bases, nos países escandinavos ou na Inglaterra, a relação da família real com o povo é muito melhor do que a que se verifica aqui entre a elite e o povo. Basta dizer que os filhos da aristocracia escandinava estudam nas escolas públicas; aqui, os filhos da elite não estudam nas escolas públicas. Há um sentimento maior de república nas monarquias européias do que na República brasileira. Nós somos uma República do ponto de vista político, não o somos do ponto de vista social. O fato de certas emendas serem presas pelo Poder Executivo depois de o Congresso ter decidido que esse dinheiro deveria ir para determinados destinos é prova de que o Governo brasileiro, o sistema brasileiro, não é republicano na sua plenitude. Basta ver estas notícias de hoje: nem precisaram consultar a gente para reduzir R\$8,5 bilhões de impostos para vender mais carros. Até o conceito merece uma análise. O senhor já parou para pensar que, no Brasil, existe uma coisa chamada carro popular? Há gente que não tem meia, mas tem carro popular. Custa R\$26 mil um carro popular. Divida pelo número de salários mínimos, para ver que carro popular é esse! Carro não é popular nem na Europa, é de uma parcela da população. Aqui, chama-se carro popular. Por quê?

Porque a elite, aquele pequeno triângulo em cima da pirâmide, sente-se povo e põe para baixo o conceito de povão. O conceito de povão foi inventado por que, na República, não se podia dizer: “Nós, aristocracia, somos o povo. Mas não nos queremos misturar com os outros, com as massas. Então, somos o povo, está bem, não somos mais aristocracia, mas esse resto aí, essa massa, é o povão”. Então, o carro é popular, porque isso serve a 5% ou 6% da população, ao topo da pirâmide social. E, na hora de salvar essa indústria, ninguém pergunta de onde vem o dinheiro. Aí dizem: “Mas reduziram os impostos”. Isso valeu para mim, para vocês, para quem paga Imposto de Renda. Dizem que saiu daí. Mas não saiu daí, porque saiu daí, voltando para a gente, mas vai faltar em algum lugar. Em algum lugar, vão faltar R\$8 bilhões! Quando falo que, para a revolução da educação, precisamos de R\$7 bilhões, todo mundo pergunta de onde vem o dinheiro. Li todos os jornais hoje, e nenhum articulista pergunta de onde vem o dinheiro de que o Governo abdicará para cobrir o financiamento e incentivar as vendas de automóveis. E vou mais longe. Isso não está errado quando se tem em mente que é preciso tapar um buraco. O que está errado é que a gente só está pensando em tapar o buraco, a gente não está pensando no dia seguinte, depois de tapar esse buraco. Não é a primeira vez que se age assim. Isentar carro de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) já se fez; reduzir Imposto de Renda, para que se comprem mais carros, já se fez. veja que ninguém está propondo reduzir Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) de feijão, de farinha, dos produtos alimentares, de sapato. O que se está propondo é reduzir o IPI dos automóveis, porque a economia é amarrada. E está certo fazer isso, porque, se não for assim, a economia estoura. Mas e depois? Essa é a preocupação. O senhor tem razão quando fala num governo de cunho popular. Eu não acho errado o Presidente Lula fazer isso. O que acho errado é ele não fazer as outras coisas que deveria fazer para enfrentar o que vem depois de a crise ser superada. É preciso que este País organize sua economia pensando nas meias populares e não nos carros populares; no feijão de qualidade e não nos carros de qualidade. Esse ir além é que está faltando hoje. O Governo administra muito bem o feijão com arroz, como se diz. Não tenho críticas a fazer. A política da pá para tapar o buraco está boa, mas não se tem uma política da bússola para mudar de rumo. E hoje é tempo de mudar de rumo, não é só tempo de tapar buraco. É tempo de tapar buraco, mas, tapado o buraco, mudar de rumo para uma economia que sirva à base da pirâmide e não ao topo da pirâmide; uma economia que seja capaz de ter poupança e não só

consumo, porque hoje a política toda é incentivar o consumo: comprem, comprem, comprem. É preciso dizer também: “Mais adiante, agora não. Poupem, senão os filhos de vocês não vão ter nada”. Não é hora de dizer aos pais que vão às lojas e comprem, mas que visitem as escolas de seus filhos. O Presidente Lula tinha que estar fazendo este apelo aos pais: “vejam se a escola está boa. Se estiver ruim, me escrevam, mandem uma reclamação para o Ministro”. Continuamos tendo o Governo do curto prazo e não o do longo prazo. E, aí, para concluir, eu lhe digo: nesse ponto, a gente perde para o Império; o Império tinha visão mais estratégica, até porque o Imperador encarnava não só o Estado, mas a própria Nação. Ele tinha uma visão de longo prazo, mesmo que excludente, mas olhava lá na frente. Nós olhamos apenas no curto prazo, no imediato, como se vender mais carros fizesse o Brasil mais feliz. Não, vender mais carros evita que o Brasil fique mais infeliz, porque há menos desemprego se a gente vende mais carros, alguns setores têm mais dinamismo. Temos de pensar a longo prazo, mas não estamos fazendo isso. É nesse sentido que queria pegar a sua metáfora do Império, a sua comparação de dizer que temos um sistema imperial. Somos, sim, um sistema imperial, no qual, em alguns pontos, perdemos para o Império, já que, primeiro, o Senado era mais independente, apesar de vitalício e nomeado pelo Ministro; segundo, a nossa República é menos popular que as monarquias européias; terceiro, porque os impérios, antigamente, tinham visões mais estratégicas do que os nossos governos, presos no curto prazo, estão tendo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Obrigado, Senador Buarque.

A conclusão acerca do que V. Ex^a falou é minha, exclusivamente minha, eu assumo a responsabilidade. V. Ex^a fez um raciocínio muito lógico, que me induziu a compreender que este, de fato, é um Governo tapa-buraco. Na verdade, é isto: o Governo do Presidente Lula vai passar para a história como um Governo tapa-buraco que adocicou a sua gestão com o Bolsa-Família etc., mas como um Governo tapa-buraco.

Enfim, era o que tinha a dizer nesta manhã. Desculpem-me por ter me alongado. Talvez este seja o último pronunciamento que faço no ano.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permita-me mais um aparte, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Paim, dia 17 estarei indo a Montevideu para a última reunião do Parlamento do Mercosul. Não vou estar aqui. Depois disso, acho que já terão sido encerrados os trabalhos aqui, com essa enorme frustração. Enfim, era o que tinha a dizer. Mais uma vez, concedo um aparte ao Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, fiz apartes em praticamente todos os temas que V. Ex^a tratou...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Graças a Deus!

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – E os fiz com alegria, recebendo de forma muito companheira as respostas de V. Ex^a. Mas não toquei em um tema tratado por V. Ex^a e com o qual eu concordo na íntegra: a questão das medidas provisórias. Acho que o Congresso está deixando de legislar. Sempre digo o seguinte: vamos dormir com uma legislação e acordamos com outra. E acabamos nos submetendo. Tem sido assim desde a Assembléia Nacional Constituinte, tendo em vista o erro que cometemos lá. Repito sempre isto: erramos. Achamos que ia passar o parlamentarismo, passou o presidencialismo, e deu no que deu. Estou tão indignado com esse processo das MPs ao longo dessas duas décadas – 20 anos de Assembléia Nacional Constituinte – que há muito tempo encaminhei uma proposta de emenda constitucional para acabar com o instituto da medida provisória. No entanto, enquanto não é aprovada, compete ao Congresso dizer se é relevante ou urgente. Se considerar que não é nem relevante nem urgente, que a devolva. É isso. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Mas o Congresso não o faz, Senador Paulo Paim, simplesmente porque abdicou da sua autoridade de poder. O Congresso Nacional, hoje, é um escritório do Palácio do Planalto, na verdade; é um cartório do Palácio do Planalto. Por esse motivo é que isso não acontece.

Obrigado a todos e um bom fim de semana.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante, contundente e firme pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que representa o Estado do Acre pelo PMDB, eu queria fazer apenas um comentário, que não seria meu, mas de Obama, o Senador.

Ele diz:

Mas há uma última barreira que os políticos não conseguem evitar de todo depois que se estabelecem em Washington [a Brasília deles], que com certeza fará que no mínimo uma boa parte de seus representados [quer dizer, de seus eleitores] pense mal a seu respeito: a natureza tremendamente insatisfatória do processo legislador.

Quer dizer, essa mágoa também é sentida no Senado dos Estados Unidos, Senador Pedro Simon, no Capitólio.

Convidamos para usar da palavra o Senador Paulo Paim.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, nós lhe desejamos uma boa viagem. O Brasil está bem representado por V. Ex^a no Mercosul. Sem dúvida, como o Senador Pedro Simon já disse aqui, fundamental foi o Parlamento europeu para consolidar a Europa, onde nasceu o pensamento ocidental democrático.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Pedro Simon, Senador Cristovam Buarque, mais uma vez, vamos ter que falar de educação, mas de uma crise em uma área da educação que V. Ex^a conhece bem, Senador Cristovam Buarque, a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, que está em uma situação, eu diria, de quase falência. Por isso, e atendendo a uma quantidade enorme de correspondências que recebi, Senador Mão Santa, venho à tribuna comentar essa situação.

A Ulbra, uma das maiores universidades privadas do País, encontra-se atualmente numa gravíssima crise financeira. A Ulbra tem dívida fiscal de cerca de R\$1,3 bilhão, que se refere a débitos obrigatórios, não relacionados à isenção da filantropia. Bens e até o capital de giro (bancos) estão bloqueados para pagar dívidas.

Essa instituição possui **campi** no Rio Grande do Sul, nas cidades de Cachoeira do Sul, Canoas, Carazinho, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, São Jerônimo, Santa Maria e Torres. E ainda nos Estados do Amazonas, em Manaus; Goiás, em Itumbiara; Pará, Santarém; Rondônia, Ji-Paraná e Porto Velho; e Tocantins, Palmas.

São mais de 152 mil alunos matriculados em ensino presencial e, à distância, 23 mil, dos quais muitos no **campus** de Canoas.

São 17 escolas em seis Estados brasileiros oferecendo educação infantil, ensino fundamental e médio, ensino técnico e ensino de jovens e adultos.

A Ulbra possui um enorme complexo hospitalar no Rio Grande do Sul: em Porto Alegre, o Hospital Ulbra Luterano e o Hospital Ulbra Independência; em Tramandaí, o Hospital Ulbra Tramandaí; em Canoas, o Hospital Ulbra Universitário.

Já o plano de saúde, chamado Plano Ulbra de Saúde, tem aporte de 31 unidades, na Grande Porto Alegre, Litoral Norte, Vale do Taquari e Planalto Médio, Serra Gaúcha, Vale dos Sinos, Vale do Paranhana, protegendo 170 mil vidas.

Eu ainda poderia falar aqui do sistema de esporte, rádio, televisão, Internet, editoração, cultura e

tecnologia que essa universidade oferece, mas vou insistir nos efeitos da crise, que já são assustadores. Há atrasos, Sr. Presidente, no pagamento de salários de professores – muitos não recebem há quatro, cinco meses –, servidores e médicos, e na remuneração de prestadores de serviço, principalmente na área médica. Prestadores de serviço estão sem receber desde agosto.

Os médicos, os funcionários e os estudantes exigem medidas urgentes e concretas.

Sei que há até uma comissão externa, montada na Câmara dos Deputados, para acompanhar a crise. E o pleito também veio para nós, Senadores. Estamos acompanhando o caso passo a passo, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Há uma série de reuniões marcadas, inclusive no Ministério da Saúde.

Quero aqui reiterar as nossas preocupações, pois estamos cientes da grave situação dessa instituição. E alerto que há risco de colapso total nos hospitais da universidade, o que seria lamentável. Para exemplificar, cito o Hospital Universitário em Canoas. São 160 leitos. As duas emergências (SUS e convênios) foram unificadas, devido à falta de oxigênio e de materiais. Os plantões clínicos e pediátricos, com dois médicos para atender todo o SUS e dois para os convênios em cada especialidade, foram reduzidos para um clínico e um pediatra. A central de esterilização está fechada. Já no Hospital de Tramandaí, dos 98 leitos, apenas três estão ocupados. A UTI adulta está fechada; e a UTI neonatal, que é a única do Litoral Norte, está com dois pacientes internados, porque não está mais recebendo ninguém.

Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento se faz necessário que sejam tomadas medidas urgentes para que os milhares de pacientes e os milhares e milhares de jovens estudantes não sejam prejudicados, bem como aqueles funcionários que estão sem receber há meses, inclusive com risco de perderem seus empregos.

Sr. Presidente, faço este comentário sobre a situação da Ulbra, buscando saídas. É uma situação que envolve grande parte do povo gaúcho e do povo brasileiro, já que a Ulbra está presente em uma série de Estados, com os chamados *campus* estendidos. Assim, se tivermos que intervir, vamos fazê-lo, pois alguma coisa tem que ser feita. Não podemos deixar que haja prejuízo, por exemplo, para milhares de pessoas.

Senador Cristovam Buarque, vamos pegar como exemplo apenas os estudantes. Digamos que a Ulbra vá à falência – digamos, não quero isso, ninguém quer –, e esses 150 a 200 mil jovens que estavam na expectativa de se formar, como é que ficam? Eu, inclusive, não tenho a resposta. Sei que V. Ex^a também não tem

a resposta de pronto, mas é preciso que o MEC, que o Ministério da Saúde e o Ministério da Infra-Estrutura debrucem-se sobre a situação. Se estão devendo, que entreguem parte dos prédios para a União, já que a Receita é uma das que está acionando a universidade – e devidamente – por falta de pagamento.

Senador Cristovam, aproveito esta oportunidade para dizer que essa comissão composta de Deputados, Senadores e lideranças dos estudantes, dos médicos e de outros servidores está fazendo o que chamo de uma verdadeira cruzada por dentro do governo estadual, aqui em Brasília, principalmente no MEC e no Ministério da Saúde, para buscar alternativas.

Eu estou trabalhando aqui, com a maior disposição, para que a gente consiga encontrar uma alternativa que não venha trazer esse enorme prejuízo ao povo gaúcho, a grande parte do povo brasileiro e, principalmente, nesse caso, aos empregados, sejam médicos ou não, e aos jovens que estão na expectativa da sua formatura.

Sr. Presidente, já que falei em jovens, gostaria também...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois, não. Faço questão do aparte de V. Ex^a, porque é um tema no qual V. Ex^a é o nosso mestre.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Paulo Paim, mais uma vez vou voltar ao que tratei antes: a pá e a enxada. Tem um problema imediato: é preciso tapar um buraco, tem que usar uma pá, para evitar que feche a universidade. Depois, tem que usar uma bússola, para que isso não se repita. A pá é o Governo assumir que não pode deixar fechar uma universidade, da mesma maneira que não pode deixar fechar uma fábrica de automóveis. Não vou dizer que deve deixar fechar fábrica nenhuma, mas também não se deve fechar uma faculdade, sobretudo considerada, respeitada por todos. Já estive lá e reconheço as instalações e a competência, a dedicação dos seus profissionais. Isso aí é questão de fazer um pequeno acordo da universidade com o Ministério da Educação, o que não custa muito e é possível de ser feito. Essa é a solução de tapar o buraco, de ganhar o tempo. Porém, a solução da bússola, a solução definitiva é a gente ter todo menino e menina, neste País, terminando o segundo grau com qualidade. Se isso ocorresse, o número de alunos concorrendo no vestibular aumentaria tanto que aqueles que entrassem seriam capazes certamente de pagar sem criar inadimplência. E o outro ponto, também estratégico, é que o Estado pague a mensalidade de quem fizer cursos que interessem ao País. Entendo que aqueles

que vão fazer curso de que o País não precise, pois há profissionais sobrando, aqueles que, depois de formados, vão trabalhar nos Estados Unidos, o Estado não tem por que pagar o curso deles. Mas quem quer ser professor de Física, Química, Matemática, Biologia, Português não tem por que pagar para estudar, pois o Brasil precisa desesperadamente de professor no ensino médio. Se o Estado assumisse, bancando as mensalidades daqueles estudantes que servem ao País, como banca o salário dos Senadores porque o Brasil precisa, como banca o salário dos alunos da Escola de Agulhas Negras porque o País precisa de militares, como banca aqueles que vão estudar para serem diplomatas no Instituto Rio Branco, não haveria essa crise. A universidade preencheria o serviço social de formar os profissionais de que o País precisa, as universidades teriam a tranquilidade do pagamento direto pelo Estado, como o ProUni já faz para quase 200 mil alunos. Então, essas são as soluções. Gostaria de me colocar à sua disposição, Senador, para irmos juntos com os representantes da universidade falar com o Ministro Fernando Haddad para buscarmos uma solução. Não podemos deixar o retrocesso que significa o País fechar uma universidade com a qualidade dessa. Não podemos deixar. Coloco-me à sua disposição e tenho certeza de que o Ministro iria, sim, nos receber, e aí procuraríamos a solução imediata, enquanto nós, educacionistas, lutamos bravamente pela solução definitiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, quero de pronto agradecer a V. Ex^a.

V. Ex^a usou uma frase que gostei muito de ouvir. As montadoras também fazem parte da área privada. Como exemplo, já que o Senador Mão Santa tem falado tanto aqui com o **livro do Barack** Obama na mão, ontem, no Congresso dos Estados Unidos da América, houve um embate muito duro se deveria ou não haver um aporte de recursos para as fábricas de automóveis. E, até o momento, não chegaram a um entendimento, mas vai haver o aporte de recursos. Aqui no Brasil também aconteceu algo semelhante. Então, ao mesmo tempo que nós entendemos que as montadoras têm que continuar produzindo pela importância principalmente do emprego e do mercado interno, eu quero pegar a sua frase: que se faça esse devido investimento nas montadoras, mas também vamos olhar com carinho, não é passando a mão se houve algum desvio de conduta, mas fazendo a devida auditoria e dando um suporte para que a universidade continue viva.

Senador Cristovam, de pronto, acato a sua sugestão, vamos marcar uma audiência com o Ministro Haddad, com a presença de V. Ex^a. E tenho certeza de que estaremos lá, os três Senadores gaúchos, tomo

a liberdade de dizer, para vermos o que está acontecendo. Tanto podemos conversar aqui, como, se for o caso, podemos fazer uma visita à matriz da Ulbra, lá em Canoas, no momento em que entendermos necessário e adequado.

Meus cumprimentos a V. Ex^a. Vou tentar marcar para semana que vem essa audiência dos Senadores com o Ministro da Educação.

Muito obrigado, Senador Cristovam.

Sr. Presidente, iria, neste momento, concluindo a minha fala, fazer uma saudação justa e registrar nos Anais da Casa as resoluções da 1^a Conferência Nacional da Juventude, que me foi enviada pelo Presidente do Conselho Nacional da Juventude, o Sr. Danilo Moreira.

A 1^a Conferência, encerrada no mês de abril, reuniu mais de 400 mil participantes, em diferentes etapas: conferências livres, consulta aos povos e às comunidades tradicionais, conferências municipais, regionais, estaduais e nacional, reunindo juventude de todas as etnias, de todas as procedências, de todas as religiões, de todas as cores partidárias e opções religiosas.

Foram aprovadas setenta resoluções sobre os mais diversos temas, entre os quais foram estabelecidas 22 prioridades para as políticas públicas da juventude. Todas visando à ampliação dos direitos dos cinquenta milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos.

Entre as prioridades desta 1^a Conferência está a aprovação da PEC nº 138, de 2003, a chamada PEC da Juventude. Esse é o mesmo ano do fator previdenciário e também dos aposentados e pensionistas. Essa proposta já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e atualmente tramita na CCJ.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 138 assegura ao jovem prioridade em direitos como saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura. Nesse aspecto, eu cumprimento a CCJ, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Também um projeto nosso de 2003 é o Fundep, um fundo para investimento técnico profissionalizante. Enfim, nós aprovamos lá, na última quarta-feira, o relatório do Senador Demóstenes Torres. Eu diria que, se aprovado, definitivamente, durante o ano que vem e em 2010, nós teremos algo em torno de R\$9 bilhões a R\$10 bilhões para investimento no ensino técnico.

Eu e V. Ex^a já apresentamos, embora numa forma somente indicativa, como sugestão, que, em algumas regiões dos nossos Estados, houvesse outras escolas técnicas.

Então, o Congresso aprova, o Governo encaminha. E aprovamos recentemente aqui inúmeras escolas técnicas. É preciso ter um fundo para que essas

escolas técnicas mantenham a sua estrutura viva e até o pagamento de funcionários e dos próprios professores.

Eu sempre digo que – este não é um sonho só meu, mas tenho certeza de que de todos nós – deveríamos ter pelo menos uma escola técnica em cada cidade, por menor que ela fosse. É claro que, nos grandes centros, o ideal é que tivéssemos dez, vinte escolas técnicas, sob o olhar e o apoio estrutural da escola pública, numa visão do ensino técnico e gratuito para os filhos dos trabalhadores e, principalmente, dos mais pobres da classe média.

Diz mais o resultado da Conferência. O texto prevê ainda que lei específica vai estabelecer o Plano Nacional da Juventude e o Estatuto da Juventude, garantindo o compromisso do Governo com políticas públicas para os jovens – repito – de 15 a 29 anos. A PEC da juventude vai contribuir muito para a consolidação dos direitos da juventude como uma política do Estado brasileiro.

Sr. Presidente, fazendo esses dois registros, se V. Ex^a ainda tiver a sua tolerância, V. Ex^a, que vai estar, na semana que vem, já no Mercosul, eu quero fazer um outro registro ainda, dos trabalhadores sem terra, Senador Mesquita Júnior.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Superintendência Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (Incra/RS) realizam, no dia 18 de dezembro, semana que vem, ato de assentamento de famílias nos Municípios de São Gabriel e Santa Margarida do Sul. O evento será na área da antiga Estância do Céu, em São Gabriel, e vai ali ser oficializada a chegada de 590 famílias em cinco novos assentamentos em imóveis rurais obtidos por indenização, por compra, na região.

Estão confirmadas as presenças do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e do Presidente do Incra, que conheço há muitos anos, foi assessor da bancada do PT na Câmara, o companheiro Rolf Hackbart.

Sr. Presidente, com as famílias, chega também a oportunidade de maior desenvolvimento para os Municípios. A reforma agrária traz investimentos, gera ocupação, renda e emprego.

O Superintendente Regional do Incra no Rio Grande do Sul, meu conhecido, posso dizer que é meu companheiro, Mozar Artur, disse-me que apenas nos três primeiros anos, cada família receberá, em créditos, R\$31,8 mil. Isso significa quase R\$20 milhões de investimento naquela região de São Gabriel, onde serão assentadas 612 famílias. O Instituto está estudando aumentar os valores, chegando a R\$45 mil por família.

Obras de infra-estrutura, como a abertura de estradas e a garantia de água para os agricultores, também são viabilizadas pelo Incra, em parceria com as prefeituras e outros órgãos. Apenas neste ano, a Superintendência deve ultrapassar R\$11 milhões investidos em obras desse tipo em assentamentos no nosso Estado – só nas obras. A energia elétrica é providenciada através do programa Luz para Todos, do Governo Federal. Haverá também investimentos em linhas produtivas, que serão realizadas pelo Incra através do Programa Terra Sol. O primeiro convênio em São Gabriel já foi articulado e prevê a construção de um entreposto de leite, ainda em 2009, com capacidade para receber 60 mil litros diários, atendendo aos produtores locais. Serão aplicados cerca de R\$840 mil nesta obra.

Os benefícios não param aí: estudo publicado pelo MDA em 2007 estima a geração de 4,7 ocupações por família assentada. As famílias começaram a ser levadas para as áreas adquiridas pelo Incra – é bom que se diga: indenizadas – no início do mês. A operação está sendo desenvolvida em duas etapas, e uma nova leva de famílias será transportada ainda nesta semana.

Para concluir o assentamento em todas as oito áreas já obtidas, restarão apenas as famílias com destino à Fazenda 33, em São Gabriel, e à Fazenda Jaguari Grande, em São Francisco de Assis, onde ainda o Incra aguarda a emissão final da papelada.

Nas demais áreas, técnicos da Superintendência já estão providenciando o perímetro e até mesmo riscando estradas internas, o que vai agilizar o processo de implantação dos assentamentos.

Fico feliz – e por isso fiz esse registro – porque o conflito lá, no meu Rio Grande, entre os sem-terra e os proprietários de fazendas era muito forte, muito duro, com agressões, enfim, era um clima quase que de guerra. E esse movimento feito pelo Incra, indenizando os proprietários das terras e deslocando – aí sim – para lá, de forma pacífica e tranqüila, os sem-terra é um caminho possível e é uma demonstração de que a reforma agrária não precisa ser, como muitos tentam dizer quando se fala em reforma agrária, a instalação de um conflito permanente entre o proprietário da terra e aqueles que estão sem a terra.

Se o Estado entra, indeniza o proprietário e garante a terra para o sem-terra, tem-se o caminho tranqüilo da chamada reforma agrária no campo da paz e da tranqüilidade, em harmonia. Inclusive, tive a satisfação de ter a informação de que muitos desses fazendeiros fizeram a venda com a maior tranqüilidade, tiveram a sua terra indenizada, queriam mesmo vender, e os

sem-terra vão ter oportunidade de ter a terra para trabalhar e para produzir.

Por último, Sr. Presidente, ainda no espírito dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – creio que V. Ex^a tenha assistido, porque é um assíduo participante da Comissão de Direitos Humanos –, eu sempre disse, desde o primeiro dia que assumi aquela Comissão, que, para mim, a Comissão não ia tratar somente dos presídios. Não deixaria de tratar dos presídios, mas ia tratar, também como direitos humanos, educação, saúde, habitação, renda, emprego; enfim, tudo aquilo que garante a vida. Portanto, são direitos humanos o fim da tortura, o fim da violência, o direito das mulheres, dos idosos, das crianças. Por isso incentivamos muito as atividades da CPI da Pedofilia, onde o Senador Magno Malta está fazendo um belo trabalho contra a exploração de jovens e adolescentes.

Mas quero trazer também, hoje, um pronunciamento sobre a situação das mulheres nas cadeias, Sr. Presidente. Peço um pouquinho de tolerância dos Srs. Senadores. Vou tentar ser breve.

Sr. Presidente, nós estamos vivendo um ano muito especial, em que celebramos, entre outras questões, os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nesse contexto, quero falar um pouco aqui sobre um tema difícil, mas não menos importante. Trata-se da situação da mulher no sistema carcerário.

Nós realizamos aquela grande audiência pública quando uma jovem no Pará, segundo denúncia que chegou à Comissão, ficou numa cela com cerca de 40 presos. Houve aquela repercussão nacional e, felizmente – infelizmente mas felizmente –, conseguimos, depois, ver que em outros Estados isso também estava acontecendo e, a partir daquele movimento na Comissão, não liderado por um Senador, mas por todos nós da Comissão, fizemos uma verdadeira limpa no País em matéria de cárcere onde estavam homens e mulheres. Alguém pode estar nos assistindo neste momento e afirmar até que isso ainda pode estar acontecendo, mas, com certeza, ajudamos a diminuir o número de situações como aquela de que tomamos conhecimento.

Sr. Presidente, a Associação Juízes para a Democracia, o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, a Pastoral Carcerária de São Paulo, a Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, o Instituto de Defesa do Direito de Defesa e a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude realizaram, em meados deste ano em São Paulo, o 3º encontro com o título “A Mulher no Sistema Carcerário – a Saúde da Mulher no Sistema Carcerário”.

Essas entidades, que constituem, entre outros, o Grupo de Estudos e Trabalho “Mulheres Encarceradas”, têm por objetivo primordial refletir a realidade da mulher presa, suas condições na prisão, seu acentuado perfil de exclusão social, a emergência de atendimento a seus direitos, a violência de gênero sofrida e apresentar propostas para que essa situação seja alterada.

Esse encontro teve como objetivo tornar pública a situação de descaso e abandono com que tem sido tratado o direito à saúde das mulheres encarceradas.

A discussão incluiu especialistas, representantes da sociedade civil, administradores e administradoras públicos, profissionais do sistema carcerário e estudantes como militantes dessa causa, principalmente na área de Direitos Humanos. Eles acreditam que o Estado deve contemplar essa parcela da população na execução de políticas públicas previstas em cada Pasta, por exemplo, saúde, trabalho, educação e assim por diante.

Em relação à saúde, eles ressaltam que ela deve, em geral, dar-se mediante formação de equipes multidisciplinares, que devem atuar dentro dos presídios. São necessárias práticas de prevenção, tratamento e devido acompanhamento médico dessas mulheres.

Há que se considerar que existem doenças próprias da fisiologia da mulher e, além disso, elas também são atingidas, em grande número, por enfermidades físicas e emocionais que não têm, obrigatoriamente, o viés de gênero. As más condições, em termos de habitação, superpopulação e insalubridade, são fatores que fomentam doenças infecto-contagiosas, como tuberculose, micose, leptospirose, pediculose e sarna. A população prisional, Sr. Presidente, sofre também com a prevalência de transtornos mentais graves, como esquizofrenia, por exemplo.

Cito aqui ainda, Sr. Presidente, para concluir, algumas das conclusões do 3º Encontro, como:

- rever a Portaria Interministerial nº 1.777, que trata do Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário, para inclusão efetiva dos presos no SUS;

- garantir o atendimento à saúde da população encarcerada em distritos policiais e cadeias públicas;

- incluir as mulheres presas em programas locais e campanhas públicas de prevenção à saúde, de forma concomitante às que são realizadas em favor da população que vive em liberdade;

- estabelecer regras para as escalas de médicos e demais profissionais da saúde, para que o atendimento não seja interrompido;

- reestruturar o projeto de desinternação progressiva dessas mulheres;
- incluir a prática de terapias alternativas;
- garantir condições adequadas para o exercício da maternidade, com instalações para parto, berçário e creche e orientação sobre saúde e cuidado com o bebê;
- realizar diagnósticos sistemáticos sobre o sistema quanto ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, com ênfase aos medicamentos psiquiátricos e seu recorrente abuso;
- garantir que os contratos de trabalho entre a unidade prisional e as empresas assegurem o direito à educação em horários alternativos;
- garantir a criação de programas de emprego e renda e que o trabalho desenvolvido nas prisões capacite para a geração de renda quando elas estiverem em liberdade.

Como V. Ex^a viu aqui, o ensino técnico, também lá, deveria receber carinho especial.

Sr. Presidente, a situação da população prisional é, de fato, muito difícil. Todos sabemos disso. Acredito que as reivindicações levantadas nesse encontro são mais do que justas, são uma prática de inclusão, de garantia de direitos humanos; são possibilidades de gerar nova uma visão de futuro e a recuperação dessas pessoas.

Queria salientar também, senhoras e senhores, que a Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, Senador Mesquita Júnior, na Presidência Pro Tempore Brasileira, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, realizou recentemente o Seminário Regional Mulheres em Situação de Prisão – diagnósticos e desafios na implementação de políticas integradas no âmbito do Mercosul.

A verdade é que precisamos dar condições de vida com dignidade aos encarcerados. Precisamos gerar uma nova perspectiva do amanhã. É importante que se compreenda que toda a sociedade se beneficia quando a dignidade está ao alcance de todos.

Que todos possamos refletir sobre isso neste momento tão especial, em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 60 anos.

Para concluir mesmo – tenho um amigo que, toda vez que ele vai concluir, diz: “Agora é para concluir mesmo!” –, finalizo, Sr. Presidente, lendo a letra da música *Bagulho do Amante*, da nossa querida Leci Brandão. Salvo engano, é a primeira vez que a música retrata a situação da mulher presidiária. Por esta razão, vou ler a letra dessa música, tão bem interpretada pela nossa querida Leci Brandão, que, mais do

que uma compositora e cantora, é uma militante dos direitos humanos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu tive a alegria de estar com Leci Brandão, algumas vezes, e também com Zezé Mota, na minha campanha ao Senado. Ambas estavam lá pela causa, porque sabiam dos nossos compromissos, como é o compromisso de todos vocês. Grande Leci Brandão!

Leci, vou tomar a liberdade, naturalmente, de não cantar, pois você sabe que não entendo nada disso, mas lerei a letra desta canção que você fez, dando um alerta ao Brasil e ao mundo sobre a situação das mulheres nos presídios. Diz ela:

Não matou nem roubou
Mas foi presa em flagrante
Escondeu no chatô
O bagulho do amante
O amante saiu
E largou o embrulho
Quando a casa caiu
Tava lá o bagulho
Hoje a vida é na cela
Toma banho de sol
Acompanha a novela
E também futebol
No dia de visita
Sua mãe vai levar
A criança bonita
Para ela abraçar
O amante saudoso
Nunca mais foi lhe ver
E ela nem tem direito
De um pouco de prazer
E que venha o alvará
Pra essa pobre mulher
Que um dia aprenderá
Se Deus quiser.

Grande Leci Brandão, você dá aqui um grito de alerta, para que as instituições dêem a atenção devida às mulheres nos cárceres.

Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior; muito obrigado, Senador Cristovam e Senador Simon, que, pacientemente, aguardaram. Sei que abusei do tempo, e V. Ex^{as} aguardaram que, um dia, eu terminasse!

Obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Paim, é sempre um prazer

renovado ouvi-lo! Parabenizo V. Ex^a pelos assuntos tratados em seu pronunciamento.

Concedo, de imediato, a palavra ao Senador Mão Santa, que, na iminência de uma viagem ao grande Piauí, precisa manifestar-se. Em seguida, falará a nossa referência maior neste Senado Federal: Senador “Dom Pedro Simon”.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, Parlamentares presentes, brasileiros e brasileiras que nos assistem no plenário e que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado.

Ô, Geraldo Mesquita, agradeço!

Cícero, o grande Senador romano, dizem que era um grande orador em Roma. Eles ficavam discutindo Roma e Grécia, quem era melhor, Demóstenes – temos um Demóstenes aqui. Cícero, na Itália, considerado pelos italianos do Renascimento como um grande orador, disse: “Nunca fale depois de um grande orador.” Então, graças a Deus, você me colocou antes do Pedro Simon, porque, se eu fosse falar depois do Pedro Simon... Aqueles gregos e romanos ainda estão discutindo, porque não conheceram Pedro Simon, mas vou fazê-los conhecer.

Ô, Professor Cristovam Buarque! Uma vez, vi aquela confusão. O Pelé, no Maracanã, fez mil gols. Outro dia, Romário veio aqui com sua filha deficiente, que encantou a todos – e ele também encantou os brasileiros, porque fez mil gols. Ali, o Zé Roberto está tirando.

Mas, Pedro Simon, nós estamos na véspera de completar mil pronunciamentos nesta tribuna. Pelé não fez mil gols, hem, “Dom Pedro”? Agora, eu já escolhi o milésimo. O Zé Roberto, o nosso consultor ali da Secretaria Geral da Mesa, está fazendo um levantamento. Eu já escolhi o tema. Vai ser “reflexões” – é o livro do Pedro Simon.

Primeiro, eu quero contestar os gaúchos, aqui – estão ali dois –, essa civilização extraordinária. Você vai ali para o Uruguai, vizinho... Olha que tem o melhor vinho – Casa Valduga, o Miolo é bom –, o churrasco é bom. O chimarrão eu ainda não aprendi, o Paim ainda não me ensinou, mas vou aprender.

Eu, ontem, fiquei encantado com o discurso e o amor do Pedro Simon. Eu já era encantado com a história: a Revolução Farroupilha, Bento Gonçalves, os Lanceiros Negros – os avós do Paim –, que entraram na guerra, precursores das liberdades do negro e da República, Anita Garibaldi, Giuseppe Garibaldi, esse povo todo, passando por Alberto Pasqualini, Getúlio, João Goulart e esses três fabulosos Senadores que tem aqui.

Mas eu dizia para o Pedro Simon e ele estava mostrando como o gaúcho povoou, como o gaúcho se espalhou pelo Brasil e nos ensinou a plantar, a desenvolver a agricultura.

Lá no Piauí, eu sou testemunha e eu sou agradecido, Paim. Paim, foi uma revolução e eu estou aqui pelos gaúchos, daí a satisfação.

Geraldo Mesquita, me colocaram para ser candidato a governador do Estado, assim como dizem, como “boi de piranha”, aquele negócio de “boi de piranha”. Era para eleger dois do PMDB, mas não tinha condição. Olha que a nossa coligação tinha quatro prefeitos e a outra tinha 141, um negócio meio... Mas, aí, eu saí para a brincadeira, porque eu gosto mesmo desse negócio.

O candidato, hoje, é um extraordinário, magnífico Deputado Federal. É o destino. Eu era do PDS e queria ser só o vice do Professor Atila Lira, mas aí, tu sabes, há oligarquia, tal e tal, vai para a convenção e eles me convidaram. Eu tinha acabado de ser prefeito de Parnaíba e tinha sido Deputado Estadual. Aí, eu disse: “Para perder na convenção, é melhor mesmo perder pelo povo.” Eu sei que eu tinha 4% e o outro tinha 67%, e, no final, nós ganhamos o jogo. Mas por quê?

Pedro Simon, sabe por que eu ganhei? No Norte, nós nascemos lá, é mais povoado, fui prefeito de Parnaíba – consegui 93,84% dos votos para governador nessa cidade. Foi a maior votação dada a um político. Eu sei porque o Ronaldo Cunha Lima me disse que, na Campina Grande dele, ele tinha passado do Juscelino em Diamantina e que eu tinha passado dele.

Aí, saímos candidatos. Agora, ganhamos a eleição, Pedro Simon... Ô Pedro! Pedro! **Parla**, Pedro!

“**Parla**, *David*”, sabe quem disse?

Foi Michelangelo, o maior escultor do mundo. Ele fez a estátua de David e chegou à perfeição. Ela está lá no museu. Ela era tão perfeita que ele pegou o martelo e disse: “**Parla**, *David*!” Agora, eu digo: “Cala, Pedro! Ouça, Pedro!”

Pedro, eu fui eleito pelos gaúchos. Quando entrei na campanha, no Sul eu não tinha votos. Sabe o que eles diziam? “Esse Mão Santa não conhece nada, nunca foi nem ao sul do Piauí. Não conhece.” Eu deixei. Aí, eu fui para televisão e disse: “Não conheço mesmo, não.” Eu não era **hippie**! Eu nasci no litoral, aí, fui estudar em Fortaleza, fui estudar no Rio e voltei para a minha cidade. Conheci a capital. Por que diabo eu ia andar por aí, no Sul todo? Eu não era **hippie** para estar andando solto. Eu estava onde estava, trabalhando na Santa Casa, fui prefeito também. Agora, eu vou e vou.

Mas, ouça Dom Pedro Simon, chegando ao Sul, rapaz, só tinha um prefeito que não compraram, por-

que a oligarquia era forte. Comprava tudo. Não era assim como o PT, porque o PT é desgramado demais, inventa o diabo e compra todo mundo. A maior corrupção eleitoral que já existiu na história do País é o momento que vivemos. É só farsa! Nem a ditadura era essa imoralidade que está havendo. É corrupção eleitoral, são os aloprados, a gente está vendo boi voar. Os militares podiam ser truculentos, diziam que prendiam os comunistas, os corruptos, mas eles jogavam, apitavam o jogo.

Vou dar um testemunho. “Nunca antes” – o Lula não disse? O poeta Camões disse “nunca dantes”, mas o Lulinha, o Luiz Inácio, nosso Presidente, diz “nunca antes”. Nunca antes eu vi tanta corrupção eleitoral.

Olha, a ditadura Nós tomamos a maior cidade do Piauí, a prefeitura da ditadura, da Arena, porque era possível. Era possível! Eles apitavam o jogo. Eles fizeram até o AI-5, mas depois, não estavam nem aí. Nós ganhamos em 1972, antes de Ulysses, que foi em 1974. Agora, não ganhamos, não. Não ganhamos, não, porque são a corrupção, os aloprados e os bancos.

Essa Dilma, aí, escreveu a página mais imoral da política. Isso eu posso dizer. Era para a televisão ir lá, tinha um tal de PAC: “Se não for o prefeito aqui do meu lado, não chega dinheiro...” Ora! O que é isso, senão corrupção eleitoral? O que é isso, senão usar a máquina?

Então, atrás de uns governadorezinhos... Com esse do Maranhão, vai dar guerra. Sou eu que estou dizendo, eu sou vizinho. É um homem de bem, três vezes prefeito de lá, cirurgião de tórax – o Mão Santa de lá –, governador. Neste País, está em véspera de começar a confusão. A corrupção está tão grande que eles estão perdendo o sentido.

O Cláudio Humberto disse: “Vão ver boi voar.” Vocês já viram boi voar? Pois vai voar lá no Piauí, na cidade de São Raimundo Nonato, a maior vergonha eleitoral. Na calada, tiraram um, colocaram outro e tal, e voou mesmo. Eu diria que voou boi.

Então, digo, como Cícero: “Até quando, Catilinas, vais abusar da nossa paciência?”

Esse negócio, aí, de governador, pode dar aqui, de uma hora para outra, uma revolução. Eu estou dizendo porque é para dizer. Eu é que sei a história deste País. Nós é que somos a pilastra de moral e de firmeza, é por isso que dá inveja e mágoa. Tem o tripé: Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. É aqui a pilastra moral! É aqui, somos nós, nós somos filho do povo, do voto, da democracia. Aqui, temos mais votos que o Luiz Inácio. Eu já somei: aqui, temos 80 milhões de votos. Cícero, quando bradejava, dizia: “O Senado e o povo de Roma”. Eu posso dizer: “O Senado e o povo do Brasil.” Eu posso.

Olha, a gente vê que estão marcando tomar um bocado de governo aí, ouviu Geraldo Mesquita? Mas o mais corrupto é o do Piauí, porque é do PT. Tem processo por todo lado contra ele. Está aí, na **Tribuna da Imprensa**. Hoje, eu adverti o País.

Atentai bem, ô Pedro Simon! **Tribuna da Imprensa**, que tiraram. Pedro, está aí. Hoje, é uma vergonha para o País, é uma vergonha para o Sérgio Cabral, a **Tribuna da Imprensa**, que acabou com a ditadura Vargas, que combateu a ditadura militar. O seu diretor Hélio Fernandes, eu acho, está no **Guinness** como o homem mais preso do mundo. Foi bombardeado, fechado, e sabe por que está lá? Está ele dizendo: “De 11 ministros, o Luiz Inácio já botou sete, mas vai botar oito.” Então, ele tem o Poder Executivo, que tem dinheiro, porque os aloprados roubam abertamente. Foi ele que denunciou, o Luiz Inácio.

Não fui eu que disse “aloprado” não; foi ele mesmo. Aliás, num momento de muita grandeza e dignidade ele disse: “Eu estou arrodeado de aloprados”. Foi o Luiz Inácio. Aí, ele merece os nossos aplausos. São quarenta!

Então, aqui, nós advertimos! vejam o Governador do Piauí! Antes de entrar, já roubava. Tem uma Fena-tec lá – e ele fez, com o Rio Grande do Sul, um projeto de reforma administrativa, antes mesmo de entrar. Sanguessuga? Estava lá. Gautama? Estava lá. São 17 gravações. O PSDB entrou; o PMDB entrou. E mais: carteira para eleitor, lá, é muito mais do que isso! E o Bolsa-Família? Como o próprio nome está dizendo, é uma caridade. Mas, o Luiz Inácio aparecia na televisão e dizia: “O candidato é esse. Se não for, não chega o PAC!” O que é isso? É o Luiz Inácio que está certo? Ou quem estava certo foi o Presidente Sarney, que passou o governo a seu adversário, o Collor? Ou, então, o Fernando Henrique Cardoso, que entregou a faixa para o Luiz Inácio? Fernando Henrique Cardoso é um estadista, é um homem de bem. A mulher dele foi para o céu. Todo mundo está reconhecendo – e não sou do lado dele, não; nunca votei nele, não. Dá inveja. Se ele tivesse usado a máquina, Luiz Inácio já era! Não tinha sido! Basta ver isso... Ele permitiu.

Eu digo isso, Geraldo Mesquita, porque, como sou do PMDB, eu não votei nele; votei no Quércia. Fui eleito no Piauí e, depois, fui reeleito. E ele tinha dois candidatos. Ele tinha um candidato do PSDB, do seu partido, extraordinário candidato, em 1998, um dos homens mais dignos e mais honrados que eu conheço: Francisco Gerardo, ex-Prefeito de Teresina, do partido dele. Ora, se eu ia ganhar a eleição se ele tivesse usado a máquina! Não a ganharia! É porque ele era um homem decente, honrado e correto, um estadista. E, no segundo turno, foi o ex-Ministro Hugo Napoleão,

três vezes Ministro, do PFL, que era dele, e nós ganhamos, porque o Fernando Henrique Cardoso era um estadista. Não ganha! Do jeito que está aí, do jeito que estão cassando Governador... E o do Piauí? São 17 gravações com a Gautama; e a energia acabou, a companhia energética do Piauí está vivendo um apagão. Só deu roubalheira, e ele não está na fila. Então, vivemos isso.

Mas o que queria dizer é por amor à imprensa, que salva.

Ô, Luiz Inácio, resgatando uma reflexão de Pedro Simon, lembrando que os gaúchos se espalharam pelo País, levando a grandeza e o trabalho do povo gaúcho, digo que isso é uma verdade, porque eu ganhei no Piauí porque o sul do Estado está cheio de gaúchos, e eles votaram em mim. Em um único dia, recebi trezentas famílias da Cotrirosa, que plantam soja. E eles nos apoiaram por essa independência, Geraldo Mesquita.

E o tio de Franklin Delano Roosevelt, Theodore Roosevelt, que enfrentou a guerra, disse: “Se nos Estados Unidos da América eu tiver que fazer uma opção em ter governo e não ter imprensa livre ou ter imprensa livre e não ter governo, eu, Theodore Roosevelt, digo que é melhor para o país ter uma imprensa livre e não ter governo”.

Aqui estão sendo fechados os jornais! Um jornal que todo mundo sabe... Está aí o Poder Judiciário – mas nós estamos para frear – dando indenizações a pilantras e picaretas que se dizem vítimas da revolução. Eu votei contrário; eu era do PMDB; não fui vítima de nada! Eu era protegido pela Polícia Federal. Que acusação... Não, é um homem de vergonha. Não foram vítimas de nada. Está todo mundo ganhando causas do passado, recebendo indenizações monstruosas, já a **Tribuna da Imprensa**, que foi massacrada, destrocada, punida, cujo presidente e redatores foram presos, cujas oficinas foram atacadas a bomba, com altos prejuízos para a empresa, não tem a sua causa julgada.

Rui Barbosa, que está ali, disse: “Justiça tardia é injustiça manifesta”.

Então é isso. E nós buscamos a imprensa todos os dias para nos orientar. Primeiro, mostrando a nossa grandeza: o **Jornal do Senado**; a nossa televisão é de uma audiência extraordinária, porque leva a verdade. Aqui é a Casa do debate. Nós somos a voz do povo. Aqui não se faz como fizeram com o Boris Casoy, que foi suspenso por dizer “isto é uma vergonha”.

Eis aqui: “Reunião de Líderes definirá o futuro da PEC dos Vereadores”. Aprendam! Nós estamos aqui para isso!

Ferro Costa, a V. S^a, que é jornalista, psicólogo, quero dizer o seguinte, relatando uma das cenas mais

bonitas que retrata a grandeza deste Poder: Giscard d’Estaing, sete anos Presidente da França, Giscard d’Estaing, sucessor de Charles de Gaulle, disputou a eleição. Mitterrand foi para o segundo turno. Mitterrand fez uma mágica: ele disse que acabaria com o desemprego reduzindo a jornada de trabalho de oito para cinco horas. Mitterrand ganhou. Giscard d’Estaing ganhara no primeiro turno, lá onde nasceu a democracia, lá onde gritaram “liberdade, igualdade e fraternidade”, mas Mitterrand ganha no segundo turno. Giscard d’Estaing, não usando o governo, perde, entrega a faixa. Vem a imprensa e pergunta “qual seria o futuro de Giscard d’Estaing”. Pedro Simon, V. Ex^a que está no ápice do Poder Legislativo, ouça o que disse Giscard d’Estaing: “Vou voltar para a minha cidade e ser vereador”. Esta é a grandeza do Poder Legislativo! Esta é a grandeza desta Casa, que, agora, fez amadurecer uma lei de responsabilidade para os Vereadores.

Entretanto, o Poder Judiciário se intrometeu e, usando a mídia, disse que o povo do Brasil, diminuindo o número de vereadores, iria economizar. Eu faço a seguinte pergunta, ô Paim: são 5.556 cidades e qual foi a Câmara de Vereadores que devolveu dinheiro aos cofres públicos das prefeituras? Então, aquilo foi uma farsa. Aproveitaram a mídia para passar a idéia de que aquilo era uma medida de austeridade. Eu pergunto, Paim: em que Câmara Municipal foi reduzido o número de Vereadores e devolvido o dinheiro ao Poder Executivo, à prefeitura para fazer obras sociais? Apontem-me! Mas meteram a mídia, a imprensa.

Aqui, estamos perigando. V. Ex^a está atento. Eu denuncio – e aqui é para isso. Eles querem voltar ao regime de Hitler, que tinha o seu assessor de comunicação, Goebbels, que dizia: “Uma mentira repetida torna-se verdade”. Qual a Câmara Municipal que devolveu, nesse período, dinheiro aos Prefeitos, às prefeituras para fazer obras sociais?

Então, aqui nasceu, como tem que nascer, Paim, uma lei, como está nascendo a sua lei, como nasceu aqui para melhorar o salário mínimo, como nasceu aqui e está nascendo, e nós não vamos deixar abortar, o fim do redutor das aposentadorias dos nossos velhinhos. Esse fator é uma ignomínia, é um calote, que não existe em nenhum lugar do mundo. Esta é, pois, a Casa para fazer leis boas e justas, sem nos inspirarmos em nenhum dos dois outros Poderes, nem nas medidas provisórias, nem no Judiciário. Eles existem para julgar as leis e interpretar as leis. Nós existimos para fazê-las. Nós é que temos as credenciais do soberano, que é o povo. E está na hora de mudarmos isso.

Montesquieu, Senador Pedro Simon, atendeu o povo que, gritando “liberdade, igualdade e fraternidade”; fez cair todos os reis e o Absolutismo. Ele, ao propor a

tripartição do poder, apagou para sempre aquele “**L’État c’est moi**” de Luiz XIV. Montesquieu, naquele tempo, dividiu o Poder em Executivo, Judiciário e Legislativo. E acho que está na hora, Senador Pedro Simon, V. Ex^a que é franciscano, de entendermos que não somos poder de nada, não. Nós somos instrumentos da democracia. O poder é o povo que trabalha, paga impostos e paga a conta. O poder soberano é o povo. É este o entendimento.

Então, está aqui – e isso nos engrandece – uma reportagem completa sobre a atitude que o Poder Legislativo está tomando. Este é o melhor Senado de 183 anos. A intromissão indevida e errônea, um caso mal resolvido: o dos Vereadores. Eu sempre disse que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade.

Então, eu quero dizer que vão aumentar o número de Vereadores, mas, aumentando a representatividade, não aumenta o custo, não. E eu digo porque eu fui prefeitinho: o dinheiro é fixo, é 5% do orçamento. E eles receberam. Vai aumentar é a representatividade, vai dar chance às outras facções políticas, já que nós vivemos no pluripartidarismo. Mas essa é a lei. Na minha cidade, aumentaram oito vagas, bem como em Teresina e todas as demais.

E os legisladores estudaram bem. Para que se tenha uma noção, Ferro Costa, que conhece o Piauí, o Brasil, de 181.533 milhões de habitantes, tinha 51.928 Vereadores. Aumentou-se esse número para 59.260. No Piauí, em Teresina, passam de 21 para 29; em Parnaíba, de 11 para 19; Floriano, de 10 para 15; Piripiri, de 10 para 15. E assim no Brasil...

Mas essa lei foi estudada, foi de acordo com a população, como diz aqui a ementa. São 24 faixas de composição das Câmaras. Na primeira faixa, o número máximo de nove vereadores para Municípios de até 15 mil habitantes. Já, na última faixa, determina-se o número máximo de cinquenta vereadores para Municípios de oito milhões de habitantes, como São Paulo. Quer dizer, aqui está nascendo uma lei como deve ser, como Deus entregou a Moisés uma lei boa e justa.

E atentai bem, Pedro Simon. V. Ex^a é terceiro franciscano. Minha mãe era terceira franciscana; o meu nome é Francisco. Sempre digo que não sou Mão Santa, mas sou filho de mãe santa. Por isso que o Frei Beto saiu do Palácio. V. Ex^a não elogia tanto o Frei Beto? Mas vejam aqui o que, segundo o *Estado de S. Paulo*, Lula teria dito sobre o Planalto: “Uma favela!” Uma favela! Como mudou! Pedro, “uma favela” é o Planalto.

Presidente Luiz Inácio, dê uma voltinha nas salas de aula das nossas professoras. Tenho andado no interior do Piauí, onde o Governador do Estado é do

seu Partido. Pedro Simon, tenho visto meninos pelo chão. Professora sabida não fica no chão, mas senta no peitoril – isso nas escolas. Mas, segundo o Presidente, é uma favela o nosso Palácio.

Pedro Simon, não tenho a sua cultura nem viajei tanto quanto o Suplicy – e viaja muito esse povo do PT –, mas tenho passado por países antigos e olho os palácios do Governo. Está bem aí, na Argentina, a Casa Rosada, antiga... E aqui é uma favela, Luiz Inácio. Agora, as salas de aula, os hospitais, como estão? Olha, tenho ido ao Rio de Janeiro, onde me formei em cirurgia.

Tenho uma filha que está estudando lá, Pedro Simon. Eu passo de avião pelo Fundão. Cristovam Buarque, qual foi o seu sonho? O meu sonho foi ser doutor nesse Fundão, e o sonho de todos os médicos do Brasil afora. É o hospital lá da Ilha do Governador. Você conhece o Fundão? Eu passo agora por lá. Luiz Inácio, eu não adentrei, não, mas não tem janela, não tem porta, está todo acabado. As salas de aula do Brasil, a Universidade Federal está toda sucateada, e o Presidente da República: “O Planalto é uma favela”.

Mas isso tudo está certo, as coisas são assim mesmo, encanta-se, o poder encanta. Mas o pior, uma lástima, professor, e V. Ex^a foi um abençoado. Shakespeare disse que não há bem nem mal, o que vale é a interpretação. Bendito aquele telefonema, porque ia doer, ia lhe envergonhar, ia sujar sua biografia, professor: País não atinge a meta no Ensino Fundamental, país reprovado. Nós tiramos em educação... Eu nunca pensei, está aqui a mídia: Nós éramos 76º, passamos para 80º entre 120 países.

Cristovam, eu nunca pensei!

Cristovam, Cristovam, V. Ex^a é um abençoado. Deus escreve certo por linhas tortas. Hoje, V. Ex^a está aclamado para representar este País e o mundo. Eu sou da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e espero que V. Ex^a consiga a vaga da Unesco.

Presidente Luiz Inácio, eu votei em V. Ex^a, com todo respeito, em 1994. Mas e o contraste quando V. Ex^a diz que o Planalto é uma favela? Eu pergunto: como estão nossa escola pública, nossas faculdades públicas, nossos hospitais e tudo? E nós estamos atrás do Paraguai na educação, atrás da Bolívia.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Mas não dá para dizer que o Planalto...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Um aparte a Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não dá para dizer que o Planalto é uma favela, não é? Eu acho que o Presidente Lula se esqueceu de como é uma favela. O Planalto realmente está um pouco decadente. Tem que se fazer algumas reformas. Mas a comparação,

vinda do Presidente Lula... Ainda se fosse o Fernando Henrique: "O Planalto é uma favela". Agora, o Presidente Lula dizer que o Planalto é uma favela? Eu não concordo. Eu acho que o Planalto é o Planalto. Tem que melhorar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Chamou o Niemeyer, vai fazer uma reforma toda. E as universidades? É uma favela o Planalto. Então, é *O Estado de S. Paulo*, não sou eu, não. Não tenho nada com isso. Mas o **Estadão** é um jornal de credibilidade. A imprensa...

E, na educação, nós estamos no pau. Isso é o que eu lamento. Pedro Simon, só Brasília tirou seis. A nota máxima era dez. O resto todo, para mim, foi pau. Porque, quando eu estudei, abaixo de 5,0, era pau. É 3,8, é 4,0, é não sei o quê. No Brasil todo. Mas essa é a imprensa.

Paim, ontem, vi o relatório da satisfação no cumprimento da missão. Eu presidi este Senado quando V. Ex^a prestava contas, em dois anos, da Comissão de Direitos Humanos. Está aqui também na manchete, e eu queria homenageá-lo, a CNBB dizendo que ainda há tortura no Brasil. Para a CNBB, tortura no País existe até o dia de hoje.

Cristovam Buarque, uma vez, eu vi Petrônio Portella me dizer que a autoridade era moral. Pedro Simon, eu estava do lado dele quando fecharam este Congresso. Os canhões do lado de fora, porque aprovaram uma reforma do Judiciário. E ele só disse a seguinte frase: "Este é o dia mais triste da minha vida". Essa mensagem chegou ao Palácio, aos revolucionários da ditadura, aos generais. E eles não resistiram. Paim, eles mandaram abrir, porque somos nós que sustentamos a vida democrática.

Está aqui a CNBB dizendo que existe tortura.

Eu quero dizer que eu fui portador de tortura no Estado do Piauí. O Ministério Público, a OAB, o Governador, incapaz e incompetente, permitindo as torturas, e eles me trouxeram o documento. O Paim tem tanta autoridade moral, Pedro Simon. Eu era o portador. Eu fui o portador. Entreguei. O do Ministério Público veio. Marquei audiência.

Ô, Paim, V. Ex^a me lembrou Petrônio Portella. Paim, atiraram e afastaram. A Justiça. Foi só eu ter dito: Senador, eu não posso tomar providência agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O mérito foi de V. Ex^a, que trouxe a denúncia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim. Trouxe. Mas só de V. Ex^a receber, resolveram lá o problema. Então, a autoridade de V. Ex^a, hoje, na minha biografia, iguala-se à de Petrônio Portella. Só o fato de V. Ex^a receber...

Pedro Simon, estávamos curvados e aceitando a tortura no Piauí, vergonhosamente, e isso é ignóbil. E se fosse contra um filho da gente ou contra nós mesmos?!

Isso, na humanidade, não foi permitido nem à Igreja! Nós acabamos com a Inquisição. Daí é que veio Lutero, com a Reforma. Acabamos, porque era uma tortura. Nós fomos a uma guerra do mundo. E Getúlio nos levou para acabar uma tortura. E V. Ex^a tem mais isso a acrescentar. Então, essas são as palavras.

E isso é tão forte que eu acabei de receber um *e-mail* dos discursos do Geraldo Mesquita. Foi o Dr. Paulo de Tarso, economista do Rio. Ele citou aqui o art. 52, XV, ao que V. Ex^a dizia, e ele está riscado:

Art. 52.

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

É o art. 52 que, com esses recursos, Paim, diz que salvaguarda o calote que nós estamos dando.

Mas, Pedro Simon, a coisa mais fácil do mundo é ser Presidente deste Senado. E a coisa mais injusta do mundo, da nossa história, é Pedro Simon não ter participado ainda da Mesa Diretora. E V. Ex^a está sendo aclamado. E eu quero dizer que isso é tão fácil, porque aqui esses meninos sabem mais do que a gente. Barack Obama tem duas formaturas. Todo mundo. Olha aquele que está ali, o José Roberto. Eu só faço perguntar, e ele responde. É muito fácil. Eu nunca vi um negócio tão fácil.

Ontem, o Garibaldi se confessou na missa. E agradecia, porque ele ia errar muito, mas a Dr^a Cláudia não deixava.

Então, não se apavore não, Pedro. Venha, assumo.

Mas eu estava falando de quantos pronunciamentos já fiz aqui, defendendo o povo. Ô Paim, e quero o seu. Eu vi o Pelé fazendo o milésimo gol no Maracanã. Uma confusão doida. Outro dia, foi o Romário. Aí, eu digo: eu vou ver aqui, já que aqui é o nosso Maracanã, Pedro Simon. Olha como é eficiente este Senado. O Dr. José Roberto tem duas formaturas também. Não é só o Obama não. O outro, João Pedro, tem duas. Aqui, todo mundo é assim.

Aí, ele pegou: em 2003, eu fiz 96 pronunciamentos; em 2004, 80; em 2005, 138; em 2006, 117; em 2007, 255; em 2008, 285. Até hoje, 968. Então, nós vamos fazer o milésimo. E, para o milésimo pronun-

ciamento, já convido V. Ex^a. Eu vou fazer uma homenagem a V. Ex^a. Estou lendo. Lendo não, estudando, apreendendo.

Barack Obama, em seu livro, diz que procurou... Lá diz o nome, que eu não sei, de um senador americano antigo, duas vezes deputado estadual e senador. Tiveram uma conversa. Ele disse: “Meu filho, leia a Constituição”. Aí, puxou uma. E disse: “Esse povo não lê a Constituição, o Regimento e a Bíblia. E V. Ex^a tem perspectivas invejáveis”. Ele procurou o Pedro Simon de lá.

Então, eu quero lhe dizer que já estou preparando o meu milésimo pronunciamento aqui, Pedro Simon. E vai ser uma análise das suas obras. O Alberto Pasqualini... E, por último, estou lendo *Reflexões para o Brasil do Século XXI* de Pedro Simon. Então, 968 discursos. Apartes, já demos 1.501. E depois, José Roberto, Dr. José Roberto. Professor. Ele é formado duas vezes. Tem a formatura do Fernando Henrique Cardoso,...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me permite? Só para esclarecer, desses seus 1.500 apartes, pelo menos 1.000 não são apartes. Aos meus pronunciamentos, V. Ex^a tem feito verdadeiros discursos paralelos. Então, se V. Ex^a incluir os apartes nos discursos de V. Ex^a, V. Ex^a já passou dos 1.500.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ô Professor Cristovam Buarque,... José Roberto, se fosse possível, eu queria que levantasse quantas vezes nós, em nome da grandeza do Piauí, presidimos a sessão aqui.

Paulo Paim, quero agradecer e dizer, Cristovam Buarque, que iremos ao Planalto pedir a Sua Excelência, o nosso Presidente Luiz Inácio, para indicá-lo para a Unesco. Isso será uma vitória do País. É quase conquistarmos uma cadeira na ONU.

E cadeira da Presidência também temos que disputar aqui. Estão aí dois nomes ímpares que não podem faltar à República, ao Brasil, ao Senado e ao nosso Partido: Sarney e Pedro Simon. Nem que não queiram, vou decidir meu voto aí. Essa é uma questão minha. Então, Deus é que abençoa e dá os caminhos. Essas são as palavras.

Paim, nossos cumprimentos, porque acho que ninguém o excedeu na Comissão de Direitos Humanos. É até indelicado dizer que V. Ex^a foi o melhor presidente de comissões, porque pertencço a outras, e o de uma delas é o Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Apenas continuei o trabalho que o Senador Cristovam começou, juntamente com o Senador Magno Malta. Dei continuidade. A base estava pronta, fui dali para frente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é.

Ô, Luiz Inácio, eu gosto de você. Votei em 1994 nele. Vou fazer dois pedidos a Luiz Inácio. Leve o Cristovam. Eu só proponho coisa boa. Quem está acabando com ele são os aloprados do Piauí, porque ele manda dinheiro, e a turma rouba todinho. Não tem nada, o Estado nunca esteve tão ruim. Eu não. O que é que eu pedi?

Mercadante, no início do PMDB, vem a mim. Mercadante é um homem de bem, correto, decente. Eu o admiro! Ele me perguntou o que eu achava do PMDB. Eu disse: “Mercadante, convide só o Pedro Simon, que estaremos bem representados”. Ele vibrou. Mas não deixaram Pedro...

Agora, eu digo, Luiz Inácio: leve o Cristovam para a Unesco. Vai ser muito bom, porque estamos decadentes na educação. Vai ser muito bom. E mais, o suplente do Cristovam é uma beleza, do Partido dos Trabalhadores. Não vou falar que ele é o maior, mas já vi muitos suplentes aqui, que passam e se vão embora. O único suplente que vi, para quem este Senado, após reunir-se, ofereceu um banquete, um jantar – ele não pagou, não, fomos nós – foi o Eurípedes.

Então, o Eurípedes vem para cá, é querido, é do Partido dos Trabalhadores. E o Paim ainda vai fazer a demagogia dele: vai dizer “Agora somos dois”. Não existe, para mim não existe esse negócio de negro, nem de branco. É Darci Ribeiro: “O amor misturou tudo. Nós somos hoje brasileiros”.

Cristovam Buarque, dê logo o aparte, porque você vai para a Unesco. Não é possível que o Luiz Inácio não atenda ao nosso pedido.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, primeiro seu discurso trouxe diversos itens fundamentais, como sempre traz. Mas quero concentrar-me nessa idéia do milésimo. Creio que vale a pena o senhor pesquisar se algum Senador, antes, nesta Casa, conseguiu fazer mil discursos em seis anos de mandato. Talvez algum consiga em muitos anos. Mande perguntar a minha assessoria quantos fiz. Até que falo, razoavelmente: em número de discurso, tirando-se o primeiro ano, em que fiquei fora do Senado, e mesmo o ano de 2006, em que fui candidato a Presidente e fiquei ausente, nem de perto se chega a isso; são 375.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Pedro Simon, na certa, está no *podium*, medalha de ouro, com certeza pelo tempo. Mas é aquele negócio, não há escola de samba, futebol? Ele é Fórmula 1, Pedro Simon está disputando ali com Rui Barbosa. Estou na terceira divisão.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Creio que isso merece ser comemorado, para mostrar à opinião pública que há Senadores, sim, muito presentes na tribuna, fazendo seu discurso, dando suas mani-

festações, com a coragem que os caracteriza, sempre que é preciso. Fico feliz. Quero estar aqui no dia desse milésimo. E não esqueça que o Pelé, no dia em que fez o milésimo gol, dedicou-o às crianças brasileiras. E, recentemente, quando fez, se não me engano, 29 ou 39 anos, aqui no Gama, quando esteve, perguntaram o que ele pensara, ao ter feito isso, e ele disse: “As coisas não melhoraram desde então, como esperava, para as crianças”. Sugiro que V. Ex^a dedique a algum agente social.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Pelé é melhor do que eu no Maracanã, mas aqui para o Brasil, não. Dedico a Pedro Simon; estou oferecendo às crianças do Brasil, ao jovens o exemplo de virtude, de luz, de farol, de honradez e de dignidade que este País está a precisar.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Escolha a quem V. Ex^a vai dedicar esse discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Já estou trabalhando no milésimo, sobre os livros que já li, alguns de Pedro Simon. Ou Alberto Pasqualini. E agora estou meditando sobre o último: **Reflexões para o Brasil do Século 21**.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Se é sobre o que V. Ex^a leu, então dedique à sua primeira professora, porque sem ela V. Ex^a não estaria lendo esses livros.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, a gratidão é tanta, que, todos os dias, durmo abraçado com uma. Casei-me com uma professora, a Adalgisa.

Nisso já está a homenagem. É a única.

Do nosso Presidente Garibaldi, li e digo: o “bicho” aprendeu. Garibaldi agradeceu a duas mulheres. Aí fui ler: foi a nossa Cláudia, Cláudia Lyra, e a do Protocolo. Eu tinha agradecido primeiro a Adalgisinha.

Paim, muito obrigado.

Pedro Simon, o convite primeiro é a V. Ex^a. E diga lá para os gaúchos que eles tiveram também um erro. Roma buscava, aceitava a que eles queriam aprender. Lá no Rio Grande do Sul. E conheço uma garota encantadora, que quer aprender medicina com os gaúchos. Falo por parábola, como Cristo, e V. Ex^a entende.

Paim, muito obrigado pelo tempo concedido.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de chamar o próximo orador, Senador Mão Santa, permita-me só dizer: nesta questão da tortura lá no Piauí, o mérito é seu. O Senador Mão Santa botou para falar para a TV lá do Piauí, sobre a denúncia

de tortura que trouxe; botou para falar no sistema de rádio. Claro que deu uma repercussão, o seu pedido foi atendido, e a tortura terminou. Então, o mérito foi de V. Ex^a, pela iniciativa de trazer a denúncia de tortura para a Comissão de Direitos Humanos. Eu dei as entrevistas, dizendo que ia tomar as medidas cabíveis, inclusive junto ao Ministro Paulo Vannuchi, e, a partir daí, veio a solução.

Então o mérito não é meu; o mérito é seu.

Senador Pedro Simon, com a palavra – senão ele vai dizer de novo que o mérito...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu querido Presidente Paim, Srs. Parlamentares, peço licença, mas tenho a obrigação moral de falar sobre os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Haverá uma sessão, na semana que vem, mas será tão intensa, com tanta gente, que eu, com um pouco de serenidade e com a tolerância de V. Ex^a, faço questão de valorizar o que considero, talvez, um dos momentos mais importantes da história da humanidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou agora, na última quarta-feira, anteontem, 60 anos. Nascida no imediato pós-guerra, ainda no calor sufocante das bombas derramadas sobre Hiroshima e Nagasaki, ela lançou para o mundo, que saía de um dos conflitos mais odiosos da história, um olhar de esperança.

Três anos antes, parecia que a humanidade havia sucumbido ao ódio, tamanha a barbárie de mulheres, de corpos mutilados sob escombros, último ato de uma história da vida real que não quer ser esquecida, para não ser repetida.

Havia, então, um sentimento de reconstrução não apenas das cidades e dos campos destruídos pela guerra, mas de todos os melhores valores igualmente feridos de morte nos corações e mentes de quem mandou acionar os gatilhos, os rastilhos e as válvulas de gás letal, em nome do poder. Não importavam milhões de vítimas inocentes.

Era preciso fazer brotar de novo a semente do verdadeiro sentido de humanidade. A propósito, lembro-me das palavras de “Flores sobre Ruínas”, na obra *Hiroshima*, de John Hersey:

Por toda parte – sobre os destroços, nas sarjetas, nas margens do rio, entre as telhas e as chapas de zinco dos telhados, nos troncos carbonizados das árvores – estendia-se um tapete verde, viçoso, otimista, que brotava até mesmo dos alicerces das casas em ruínas. O capim já escondia as cinzas, e flores silvestres despontavam em meio ao esqueleto da cidade. A bomba não só deixara intatos os órgãos subterrâneos

os das plantas, como os estimulara. Por toda parte, havia centáurea, iúcas, quenopódios, ipoméias, hemerocales, beldroegas, carrapichos, gergelim, capim e camomila. Principalmente num círculo do centro, o sene vicejava numa extraordinária regeneração, não só entre os restos crestados da mesma planta, como em outros pontos, em meio aos tijolos e através das fendas do asfalto. Parecia que o mesmo avião que jogara a bomba atômica, também soltara uma carga de sementes de sene.

É assim que eu imagino o que inspirou os mentores da Declaração Universal dos Direitos Humanos: fazer florescer a esperança nos campos minados pela barbárie.

Acreditar que sempre haverá sementes de sene que, teimosas, brotarão entre as cinzas, em meio aos tijolos e ao concreto e nas fendas do asfalto. Que haverá, igualmente sempre, uma semente de humanidade, que, a exemplo do mesmo sene, brotará no terreno arenoso do desdém.

É bem verdade que vieram, depois, tantas outras guerras: Vietnã, Coréia, Kosovo, Bósnia, Afeganistão, Iraque... Vieram repetir os conflitos étnicos; vieram milhões de refugiados com seus esqueletos expostos pela inanição.

Vieram, anos a fio, todos os tipos de segregação, racial, social, política, de gênero...

Vieram as guerras civis não declaradas, com milhões de vítimas de violência, urbana e rural.

Veio a fome que mutila, hoje, um bilhão de seres em todo o planeta.

Vieram tantos muros, reais e virtuais, a separar dois mundos, um além dos limites do supérfluo, outro muito aquém do necessário.

Vieram os “condomínios”, individuais ou coletivos, com todo o aparato de segurança, a demarcar até onde podem chegar os excluídos, muitas vezes pela loteria da própria vida.

Vieram, enfim, quem sabe, os limites entre os que têm e os que não têm, de fato, direitos humanos na sua plenitude.

Apesar da aridez da travessia, não se pode negar que muito se caminhou nessas seis décadas, nesses 60 anos de vida plena da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É bom lembrar, por exemplo, que, no início dessa mesma caminhada, os negros americanos eram obrigados a ceder seus lugares, nos coletivos, para os considerados, então, “cidadãos” brancos.

Imagino que, naquele tempo, a tal Declaração Universal, mesmo que ainda engatinhando, tenha inspirado Rosa Parks a se rebelar contra esse verdadeiro desatino. Imagino, também, que tenha inspirado, 60

anos depois, a eleição de um negro para comandar os destinos do mesmo povo americano.

Sr. Presidente, mas o que motiva a mim hoje, nessas minhas reflexões no plenário do Senado Federal, é que a realidade de todo o planeta mostra que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, embora com 60 anos, ainda está muito longe de uma possível e desejada aposentadoria.

Bom seria se ela pudesse descansar, merecidamente, nas prateleiras da História.

Infelizmente, as nossas janelas, também as reais e as virtuais, ainda mostram que são muitos, em alguns casos bilhões, os que, quanto aos direitos humanos e as liberdades, sofrem distinção “de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento” ou outras. Isso para ficar apenas em um dos seus 30 artigos.

O noticiário mostra, também, que populações inteiras são dizimadas, verdadeiros genocídios em pleno século XXI, gerados pela fome, por doenças plenamente erradicáveis, por lutas tribais, pela corrupção, pelo poder a qualquer custo e por um sem-número de mazelas que persistem em todos os cantos e recantos do planeta.

Não são raras as cenas de xenofobia, de perseguições étnicas, de segregação de povos e de territórios, entre outras. São os casos, por exemplo, da repressão explícita aos imigrantes na França, na Alemanha, na Espanha, na Itália; da fome em Zimbábue; das lutas entre tribos em tantos países africanos...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, embora tenhamos programado uma sessão de homenagem pelos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos na próxima semana, o seu discurso é extremamente oportuno e faz essa comemoração agora, aqui. Quando vejo o senhor listando tudo aquilo que a gente precisa hoje em dia para levar adiante a Declaração, e como ela era importante naquele momento, eu quero só voltar a insistir em algo que eu falei uma vez aqui, que é a necessidade de que o Presidente Obama não seja apenas o primeiro Presidente negro, mas seja também o primeiro Presidente do século XXI, porque, até aqui, os presidentes são do século XX, ainda que, cronologicamente, nos anos dois mil. Eles são do século XX porque eles não levaram em conta plenamente essas declarações, porque não houve um envolvimento pleno dos presidentes norte-americanos para liderarem um grande movimento mundial que permita cumprir plenamente as declara-

ções. Oxalá o Presidente Barack Obama, além de ser o primeiro Presidente negro dos Estados Unidos, seja o primeiro Presidente norte-americano a, de fato, ter uma agenda sintonizada com o século XXI: o século XXI da autodeterminação dos povos plenamente, sem que os Estados Unidos invadam quando acharem conveniente; o século XXI das metas do milênio das Nações Unidas sendo cumpridas e não ficando para trás; o século XXI de um desenvolvimento econômico compatível e harmônico com o equilíbrio ecológico. E o Governo americano, até hoje, nem assinou o Acordo de Kyoto. Eu espero que a eleição de um presidente negro seja a eleição de um presidente sintonizado com a agenda do século XXI, que é a agenda que comemora tanto tempo já – 50 anos – da Declaração dos Direitos Humanos. Parabéns por trazer este assunto. Se o senhor estiver aqui, na próxima semana, vamos ter uma sessão especial para homenagear essa Declaração, que é um marco, como o senhor disse no começo do discurso, é um marco na história da humanidade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Uma mera pesquisa sobre alguns povos específicos é o suficiente para fortalecer a necessidade do cumprimento, imediato, de todos os artigos da Declaração Universal. Também, a título de exemplo, a perseguição ao povo cigano, na Itália, uma verdadeira xenofobia, que muitos chegam a comparar com as perseguições do regime nazista, reproduzindo agora o que aconteceu nos tempos em que a mesma Declaração dos Direitos Humanos foi concebida.

Portanto, a realidade demonstra a necessidade de um passo além de tudo que foi feito e que foi declarado na Assembléia Geral das Nações Unidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos naquele dia 10 de dezembro de 1948.

O documento continua sendo, passados tantos anos, atual. Sendo assim, é porque a realidade também mostra que os seus artigos ainda persistem necessários, certamente longe do que desejavam os seus idealizadores. Mostra que a travessia tem, ainda, um longo caminho a ser percorrido.

O ser humano idealizado na Declaração Universal tem fortes correlações com o homem projetado à imagem e semelhança do Criador.

Reparem o que diz o art. 1º da Declaração dos Direitos Humanos:

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Reparem o que declara o primeiro capítulo de Gênesis da Bíblia:

Eu entrego a vocês todas as ervas que produzem semente e estão sobre toda a terra, e todas as árvores em que há frutos que dão semente: tudo isso será alimento para vocês.

Quem sabe, então, o Criador queria nos dizer que os dispositivos da Declaração são sementes de sene, a serem lançadas nos campos devastados pela falta de cumprimento dos direitos humanos em nossos tempos. “Flores sobre ruínas”.

Quem sabe queira Deus lembrar que nos criou dotados de razão e de consciência e que nos falta, enfim, o tal espírito da fraternidade.

Naquele 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU), então composta por apenas 58 Estados-membros, ao dar à luz à Declaração Universal dos Direitos Humanos, construiu na verdade a baliza que nas últimas seis décadas, nos últimos 60 anos, orientou o tão almejado encontro da humanidade consigo mesma.

Àquela época, a necessidade desse encontro havia se evidenciado de forma dramática e inequívoca durante a Segunda Guerra Mundial, conflito de inédita amplitude destrutiva que deu ensejo à criação da ONU.

De fato, a humanidade buscava uma forma de reconhecer-se como tal depois do terror dos campos de concentração nazista, onde milhões de seres humanos foram cruelmente assassinados em nome da intolerância racial. Procurava reconciliar-se depois de conhecer a força sufocante da bomba atômica que, em um átimo, silenciou, destruiu as cidades de Hiroshima e Nagasaki, reduzindo a nada o valor da vida.

Até chegar ao texto que hoje se conhece, houve muito esforço e longos debates. Não foi fácil! Eles foram conduzidos, com doçura e firmeza, por Eleanor Roosevelt, a ex-Primeira-Dama dos Estados Unidos, eleita por votação direta para coordenar os trabalhos da elaboração do documento.

Ela presidiu o Comitê dos Direitos Humanos, grupo incumbido de elaborar o rascunho da Declaração Universal, composto por dezoito pessoas de diversas formações políticas, culturais e religiosas, provenientes de oito países selecionados com base em sua distribuição geográfica. Desse grupo também participou o Brasil, representado pelo imortal jornalista Austregésilo de Athayde.

Devo dizer que não foi sem discordâncias que se elaborou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pelo contrário, eram permanentes as polêmicas e os embates travados pelos membros de blocos opostos em função de suas distintas visões do mundo.

De um lado, o bloco capitalista ocidental buscava a reafirmação das liberdades clássicas do indivíduo,

centrando sua atenção na defesa dos direitos civis e políticos. Do outro lado, o bloco socialista oriental tentava estabelecer o privilégio do coletivo sobre o indivíduo, fosse em prol da harmonia social, fosse em defesa da ordem e da autoridade religiosa ou secular, mediante a defesa dos direitos sociais, econômicos e culturais.

Dessa disputa, emergiu o texto que foi submetido ao exame da Assembléia-Geral da ONU e aperfeiçoado com sugestões de mais de 50 países que participaram da redação final do documento.

Por representar o maior consenso possível no campo dos direitos humanos naquele momento, a Declaração Universal recebeu o aval unânime de 48 países num processo de votação que ainda registrou duas ausências e oito abstenções.

Não por acaso, Austregésilo de Athayde encerraria o discurso solene da sessão que adotou o documento, reportando-se à alegria do Brasil por ter levado “um pouco de sua experiência e de seu idealismo a essa obra comum das Nações Unidas, convencido de que a Declaração Universal dos Direitos Humanos abrirá à humanidade nova era de liberdade e de justiça”.

Como fruto do dilema entre preservar a civilização ou sucumbir à barbárie, pouco antes corporificada no nazifascismo, a Declaração Universal realmente acesnava com o descortinar de novos e melhores tempos. Isso porque constituía a mais perfeita síntese de avanços éticos da humanidade, seja por abranger o reconhecimento dos direitos civis e políticos (de natureza individual) e dos direitos econômicos, sociais e culturais (de cunho coletivo), seja por afirmar a indivisibilidade e a universalidade do conjunto desses direitos.

Além disso, ao posicionar o ser humano no palco das relações internacionais e a dignidade humana como fio condutor de toda ação do Estado, a Declaração Universal humanizou o direito internacional e tornou-se referência para a elaboração dos diversos ordenamentos jurídicos nacionais, a exemplo da Constituição brasileira de 1988.

Também deu origem a uma rede de proteção atualmente formada por mais ou menos 80 pactos, protocolos, tratados, convenções internacionais que reverberam pelo mundo o respeito devido aos direitos de todos nós, sinalizando o aumento da busca pela concretização do ideal de justiça, caminho certo da paz.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a promessa de melhores tempos lançada com a adoção da Declaração Universal até hoje não se cumpriu plenamente, como teima em provar a triste realidade de contínuas violações dos direitos humanos nas últimas décadas.

Para que se tenha uma idéia da gravidade do quadro, basta recordar alguns casos de violação mais

notórios na atualidade: o abandono de milhões de pequenos órfãos na África em decorrência das mortes causadas pela Aids; as torturas praticadas pelos soldados norte-americanos nas prisões iraquianas e na de Guantánamo; o genocídio em curso no Sudão; a sucessão de mortes de crianças indígenas no Brasil por desnutrição; a sequência de abusos sofridos por mulheres, crianças e bebês no Congo; as execuções judiciais de prisioneiros nos Estados Unidos; o longo bloqueio econômico a Cuba; a exploração sexual de crianças e adolescentes em quase todos os cantos do planeta; o analfabetismo no Haiti e na Guatemala; os assassinatos promovidos pela máfia no Japão e na Itália; o trabalho em condições análogas à escravidão na China; a violência endêmica nas grandes metrópoles; a violação sexual de mulheres por soldados russos na Chechênia; o desemprego estrutural nos países da América do Sul; os atentados terroristas na Espanha e na Índia; a xenofobia na França; o crescente mapa da miséria em todo o mundo.

Em resumo, uma lista vergonhosa e infundável de atrocidades.

Do advento da guerra fria, que deu margem ao recrudescimento da ditadura em vários países, passou-se ao fenômeno da globalização econômica, que tem beneficiado pouco mais de 1/3 dos habitantes do planeta em detrimento dos outros 2/3 da humanidade, submetidos a condições de vida cada vez mais precárias.

Com efeito, a busca obsessiva da eficiência e da máxima competitividade, lastreada no avanço tecnológico e na informatização, tem provocado o aumento da pobreza e da miséria mundo afora, por meio do desemprego estrutural, da exploração de mão-de-obra barata, do desmonte da previdência pública e do enxugamento do Estado.

Nesse contexto, responsabiliza-se o pobre por sua própria pobreza e por tudo o que há de mais negativo: superpopulação, epidemias, destruição ambiental, vícios, tráfico de drogas, exploração do trabalho infantil, fanatismo, terrorismo, violência urbana, criminalidade. Enquanto isso, o rico constrói grades protetoras ao redor de si e, para exercer livremente os seus direitos, cobra medidas enérgicas do Estado, exacerbando a intolerância contra os “diferentes”.

O Estado, por seu turno, com os olhos voltados ao mercado e centrados, especialmente, no resultado da Bolsa de Valores, convive com a corrupção e faz pouco caso do valor humano, levando as pessoas à indiferença com a direção do seu destino coletivo e à adoção de um comportamento cada vez mais egocêntrico e inconsequente.

Ausente no mundo dos “diferentes”, o Estado legal, à sua revelia, é substituído pelo Estado paralelo, notoriamente comandado pelo narcotráfico. Vem daí, por exemplo, a milícia, que avoca para si o “direito” de prender, julgar e condenar alguns seres humanos, na grande maioria das vezes, à pena capital.

Aos “diferentes”, a milícia, travestida de polícia. Aos “iguais”, a justiça, moldada pela impunidade.

Os meios de comunicação de massa, com raras e honrosas exceções, reforçam essa tendência, ao privilegiar o sensacionalismo, a futilidade e a violência.

Para vender mais, não costumam se importar com o conteúdo do seu produto, usualmente divorciado de qualquer relação com a carência que o desamparo na educação, na saúde e no trabalho vem gerando na humanidade. São meros agentes do mercado, do mundo dos “iguais”, numa apologia ao ter no lugar do ser.

O esgarçamento do tecido social assim produzindo oferece o meio propício para a ocorrência de todo tipo de violação dos direitos humanos ou, na melhor das hipóteses, para a permanente ameaça que paira sobre eles, colocando em xeque o avanço civilizatório representado pela Declaração Universal e seus corolários.

Contudo, esses fatos não conseguiram soterrar a promessa de melhores tempos nela veiculada. Paralelamente à sequência de violações a que deram ensejo, verificou-se o crescimento e a consolidação da idéia de cidadania planetária, animada pelo arraigar da tese de interdependência, da indivisibilidade e da universalidade dos direitos humanos.

Nesse movimento de globalização em prol do ser humano, tem sido central o debate sobre a questão das diferenças.

Repelida nos instrumentos internacionais que oferecem proteção geral, genérica e abstrata, por ter sido usada como justificativa para exterminar e destruir, a diferença começou a ser invocada para evidenciar a necessidade de conferir respostas específicas à proteção de determinadas pessoas, grupos ou situações mais vulneráveis às violações.

Converteu-se, assim, em critério básico de inclusão social, posto que os desiguais merecem receber tratamento especial.

De fato, é com base na valorização da diferença para o alcance da efetiva igualdade que vieram a lume os demais instrumentos formadores da espinha dorsal da normativa mundial de proteção dos direitos humanos: a Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966; a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, de 1979; a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou

Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, de 1984; a Convenção Sobre os Direitos da Criança, de 1989; e a Convenção Sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, de 2006.

Com o aporte desses diplomas, que reiteram, atualizam e ampliam os termos da Declaração da ONU de 1948, o cabedal de proteção internacional de direitos humanos vai além das garantias de natureza civil, política, econômica, social e cultural para incluir, também, o direito à solidariedade. Este se desdobra em direito à diferença, direito ao desenvolvimento, direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e direito à paz.

Portanto, no plano da legislação, da idéia do que deve ser um mundo, caminhamos, quem sabe, para um ambiente de fraternidade universal.

No plano dos fatos, porém, vivenciamos, no século XXI, uma realidade que mais se parece com o obscurantismo medieval e o estado mais primitivo de predação do homem pelo homem.

Para preservar a espécie que foi criada à imagem e à semelhança de Deus, precisamos resolver esse impasse e realizar, juntos, a utopia da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no decorrer do século XX, o ser humano viveu um ritmo absolutamente frenético em um número sem-fim de experiências, cada uma mais intensa que a outra. As sucessivas descobertas tecnológicas permitiram-lhe fabricar armas superpotentes, instrumentos de precisão inimaginável, veículos maciços de difusão de informações e meios de transporte ultravelozes.

Tudo isso provocou alterações substanciais no conhecimento que ele tinha de seu espaço, de sua história e de si mesmo.

Nesse processo de desconstrução, todos os grandes discursos que guiavam o homem foram postos sob suspeita, quando não definitivamente aniquilados, deixando-o sem rumo. Para garantir a sua sobrevivência, julgou ser necessário, então, tomar o caminho da intolerância: passou a investir contra tudo o que lhe parecesse diferente, buscando – na violência – resposta para os seus problemas.

O triste saldo da última Guerra Mundial mostrou o equívoco dessa escolha, colocando o ser humano de frente com o imperativo de eleger o caminho da solidariedade em nome de sua autopreservação.

Assim nasceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, germe da cultura de respeito e tolerância a ser instalada em todo o planeta.

Há quem hoje despreze o conteúdo da Declaração, nele apontando falhas que seriam responsáveis

pelas crescentes violações dos direitos humanos, sobretudo a generalidade no trato das pessoas, sem considerar as profundas diferenças que as isolam no mundo real.

Nessa linha de raciocínio, o surgimento de diplomas internacionais voltados à proteção de determinados segmentos ou situações seria a prova definitiva da declaração da decrepitude do texto da Declaração.

Talvez essa atitude seja reflexo de uma era de mudanças velozes e de uma cultura de menosprezo ao passado, que se revela no desrespeito generalizado aos idosos, grupo a que a sexagenária Declaração Universal passou a pertencer a partir de 2008.

Todavia, não se pode desconsiderar a força e a atualidade desse documento, que resistiu incólume a alterações de toda ordem no cenário mundial nas últimas seis décadas, com adesão sempre crescente. Convém lembrar, a propósito, que surgiram mais de cem novos Estados nacionais, novos cem países, desde o nascimento da Declaração e que a maioria absoluta das nações do planeta não teve dificuldades para aceitar seus dispositivos e incorporá-los à legislação doméstica.

Convém lembrar, ainda, que esse documento tem inspirado as lutas reivindicatórias de todos os oprimidos, cujas conquistas se expressam no significativo conjunto de tratados e mecanismos internacionais a que os Estados aderem voluntariamente, cientes de que sua postura denuncia o avanço civilizatório de seus povos.

Convém lembrar, por fim, que a Declaração Universal deu ensejo à inclusão do ser humano no palco das relações internacionais, antes monopólio absoluto dos Estados, que tinham o poder não contestado de vida e morte sobre seus nacionais.

Deflagrou, assim, um processo irreversível e contagioso de democratização dentro e fora dos Estados, um processo que hoje chega a questionar a própria estrutura da ONU, anacrônica no poder de veto conferida aos países membros do Conselho de Segurança num contexto histórico muito distinto do contemporâneo.

Cuida-se, em suma, da cidadania planetária, única forma de fazer frente aos problemas igualmente planetários com que nos deparamos neste momento.

Portanto, é inadmissível o argumento da caducidade da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Esse documento talvez constitua a única grande narrativa que sobreviveu ao século XX, marcado pela velocidade e pela fragmentação em todos os sentidos. Isso porque ela inseriu, na agenda política nacional, a questão dos direitos humanos, que, na sua complexidade, aponta para um plano de utopia, uma idéia reguladora, um horizonte que nunca poderá ser

alcançado porque está sempre mais além, mas sem o qual não saberíamos sequer para onde ir.

A observação efetiva dos direitos humanos nas políticas e práticas das nações e na experiência das pessoas, no entanto, constitui outra questão.

O desrespeito aos direitos humanos faz parte do cotidiano mundial e, para citar o caso apenas do Brasil, atinge um número cada vez maior de pessoas, privadas do mínimo necessário a sua existência: meninos e meninas perambulam pelas ruas das metrópoles; desempregados são forçados a morar ao relento; idosos morrem aos poucos, à míngua de assistência médica; crianças e adolescentes são mantidos no trabalho precoce, longe da escola, e acabam mutilados pelos equipamentos de serviço; meninas são submetidas à violência e à exploração sexual, fantasma que perturba também a vida dos meninos de forma crescente; trabalhadoras deixam seus filhos trancados em casa por falta de creches; presidiários, jovens da periferia e trabalhadores sem terra são executados.

Esse quadro de horror mostra a distância abissal que existe entre a teoria e a prática acerca do respeito aos direitos humanos.

No Brasil, a questão do orçamento é bastante elucidativa: embora a lei orçamentária contemple a área social com recursos consideráveis todos os anos, o contingenciamento de boa parte desses recursos também é regra, impedindo sua liberação e aplicação, sem falar nos desvios e ralos abertos pela corrupção.

Os fatos listados denunciam a necessidade de um maior engajamento de todos em defesa dos direitos humanos, sobretudo os econômicos, sociais e culturais, cotidianamente violados ou, na melhor das hipóteses, ameaçados.

Denunciam, ainda, a necessidade de romper o processo circular e vicioso sustentador de um Estado que se mostra autoritário e violento para com a grande maioria da população, enquanto se revela dócil e transigente aos interesses da elite.

Apesar do quadro desolador, o aumento do número de pessoas, entidades e governos sensíveis à causa dos direitos humanos leva-nos a crer que há muita esperança. O movimento em prol dos direitos humanos é o único a ter uma linguagem, uma abrangência, uma articulação, uma organização que supera as fronteiras das nações.

Além disso, verifica-se o contínuo fortalecimento da Declaração Universal protagonizado pelos instrumentos internacionais obrigatórios de proteção aos direitos humanos e pelas Conferências Mundiais da ONU.

Assim, possivelmente se vislumbra o começo de uma verdadeira cultura dos direitos humanos, uma cultura de paz.

Importa enfatizar que a Declaração Universal traz o alerta de que a violação de um direito coloca todos em perigo. Se nos omitimos diante de uma violação, permitindo que um direito seja desrespeitado, deixamos implícito nosso aval a todas as demais violações.

Daí por que não há espaço para meio comprometimento com a causa dos direitos humanos. A sociedade de inteiros por ela desenhada clama pela defesa integral de cada um de nós: indivíduos, sociedade e Estado somos todos solidariamente responsáveis por assegurar ao ser humano a condição de portador de direitos e por repelir a idéia de que haja uma casta de cidadãos com mais direitos do que os outros; uma casta que define que direitos ignorar, de quem e quando.

Por isso, precisamos logo assumir a responsabilidade que nos cabe na construção de uma sociedade justa e democrática, que garanta efetivamente os direitos proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Como fazer isso? Podemos – e devemos – estimular a reflexão e a formação do espírito crítico, para o aprimoramento ético de toda a sociedade. Podemos formar grupos a fim de debater e procurar as soluções mais justas para os problemas que nos afligem. Podemos buscar conhecer nossos direitos e nossos deveres, pesquisando e divulgando a legislação nacional, os documentos internacionais para levar adiante a tarefa de consolidação da democracia pelo efetivo respeito aos direitos humanos como direitos de todos.

Também podemos – e devemos – aplicar os postulados da Declaração em nosso cotidiano, respeitando o outro com todas as suas diferenças e reconhecendo nele o nosso irmão, o nosso igual.

Para isso, basta termos em mente que os direitos humanos são indivisíveis, indissociáveis e interdependentes e que podemos ser a próxima vítima da violação hoje aceita, porque cometida contra alguém “tão diferente” de nós.

Em suma, podemos – e devemos – participar do processo de educação para os direitos humanos, caminho necessário para a construção de uma cultura de paz. Assim, selaremos nosso compromisso com um mundo melhor para a humanidade, mostrando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um texto vivo, escrito diariamente por todos e por cada um de nós.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, na obrigação que eu tinha de abordar este assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, cumprimento V. Ex^a, pois, como sempre, aborda um tema com brilhantismo ímpar, o que – permita-me que eu lhe diga isso, estando V. Ex^a ainda na tribuna – faz com que eu me sinta até homenageado pela sua fala, já que praticamente termino meu trabalho na Comissão de Direitos Humanos nesta semana. Esse brilhante pronunciamento que V. Ex^a fez acerca dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, para mim, tem uma simbologia, quero – se V. Ex^a permitir – que seja anexado à última reunião da nossa Comissão de Direitos Humanos no Senado, como contribuição de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A contribuição é de V. Ex^a, pela sua generosidade, ao permitir que eu participe da reunião, a que assisti ontem. V. Ex^a, realmente, é pessoa muito competente. Não me lembro, na história deste Congresso, de alguém que tenha conseguido reunir qualquer Comissão às 8 horas. Nunca, nunca houve isso. Eu, por várias vezes, marquei reunião às 9 horas. Eu chegava à reunião na hora, mas fica esperando durante uma hora. A reunião de V. Ex^a começa às 8 horas, e a TV Senado está ali, transmitindo-a para o Brasil inteiro. Conheço muita gente que assiste à TV Senado. Ontem, às 8 horas, eu estava assistindo à televisão e vi a reunião espetacular em que V. Ex^a e o Senador Cristovam Buarque fizeram brilhantes pronunciamentos. E o Brasil inteiro a eles assistiu. E, ao ver a reunião de ontem, decidi que também tinha a obrigação de fazer minha parte, porque, embora vá haver uma sessão especial, cada um tem de fazer sua parte. V. Ex^a me dá a alegria de dizer que meu pronunciamento fará parte do trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fará parte daquela reunião.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Essa é uma honra e uma alegria muito grande, que devo a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Com satisfação, passamos a palavra ao Senador Cristovam Buarque, para fazer seu pronunciamento.

Antes, só por questão de justiça, quero lembrar ainda, neste momento, que os ex-Presidentes da Comissão de Direitos Humanos foram o Senador Magno Malta, o Senador Juvêncio da Fonseca e o Senador Cristovam Buarque. Apenas dei continuação ao trabalho que os três fizeram com muita competência.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, V. Ex^a deu continuação ao trabalho, mas com um grande salto, e temos de reconhecer isso. Foi um grande salto não apenas em comparação com os trabalhos realizados na minha época, até porque fiquei naquela Comissão somente por um ano. Mas não foi só isso. A Comissão de Direitos Humanos, de fato, nesses dois anos em que V. Ex^a esteve lá, afirmou-se como fórum fundamental de debates sobre os problemas que afetam o Brasil do ponto de vista dos direitos das pessoas. Isso é inegável, e seu nome merecia uma foto maior do que a dos outros que estão ali.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam. É por isso que V. Ex^a é candidato a Presidente da República e ainda ao mais alto cargo na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por unanimidade, com a assinatura de todos os Senadores.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não sei se não estão falando, na Presidência, de um candidato e, na Bancada, de outro candidato. O Brasil espera que, na caminhada que o Senador Cristovam está propondo, os dois façam uma primária, os dois candidatos a Presidente da República. E os dois têm grande chance. Com relação a V. Ex^a, vi no jornal que V. Ex^a, na primária do PT, pode ser o Obama brasileiro e, talvez, também seja o primeiro Presidente do século XXI, como diz V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Senador Pedro Simon, dizer que, com certeza, o PMDB, se tiver essa grandeza que todos nós esperamos que tenha, vai indicá-lo para ser candidato a Presidente da República. E, assim, haverá um grande debate entre a Ministra Dilma, o Senador Pedro Simon, o Senador Cristovam e, pelo que sei, o Governador de São Paulo, José Serra.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, como Senador do Distrito Federal, pedir desculpas à família desse jovem Nilton César de Jesus, que veio aqui assistir a um jogo de futebol e torcer pelo seu time e que voltou para sua cidade natal morto, dentro de um caixão. Quero pedir desculpas. Sou Senador do Distrito Federal, não tenho responsabilidade direta com o Governo desta cidade, em que fui Governador, mas me sinto na obrigação de pedir desculpas a essa família, de pedir desculpas aos torcedores do São Paulo, o seu time, de pedir desculpas ao Estado de São Paulo, de pedir desculpas, porque não se poderia deixar que acontecesse uma coisa dessas com um jovem de 26 anos

que tem até o nome, Senador Pedro Simon, de César de Jesus, ao mesmo tempo representando a força e a grandeza daquele estádio e a humildade daquele hospital aonde ele foi.

Temos de pedir desculpas por que, se houvesse um hospital em condições de atendê-lo naquele local, ao lado do estádio, seria possível não ter acontecido esse desenlace. Além disso, a Polícia do Distrito Federal, que é, sim, a mais bem preparada do Brasil, senão uma das mais bem preparadas, não podia deixar que acontecesse um erro daquele – eu nem diria “uma maldade daquela”, porque aquele sargento jamais imaginava isso, e a gente viu a reação dele, de desespero, quando percebeu que o corpo do jovem estava no chão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vi toda a cena, que, de fato, é assustadora.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Fica aqui este meu pedido de desculpas, como Senador do Distrito Federal.

Mas, Sr. Presidente, venho falar sobre os assuntos desses últimos dias, que são a crise e a realidade social brasileira. A primeira página hoje de **O Globo** é um exemplo do que é o Brasil. Bem grande, na primeira página, está escrito: “Pacote para o consumo reduz Imposto de Renda e isenta carro popular de pagar imposto”. E, abaixo, diz: “Metas para a educação não são atingidas”. Onde é que está a ligação entre essas duas matérias que é preciso a gente analisar?

Primeiro, falo de pacote. É triste a gente voltar aos pacotes, isso é muito triste. “Pacote” é uma expressão dos anos 70 e 80 que significa medidas específicas, sem estratégias de longo prazo. Mais uma vez, a gente está caindo em pacotes, que, às vezes, são necessários. Mas é triste que a gente, mais uma vez, esteja caindo em pacotes.

Segundo, quero dizer que o pacote reproduz aquilo que a gente vê sempre: reduz o Imposto de Renda da parcela que paga Imposto de Renda, como eu, como nós aqui, que somos poucos diante da imensa maioria da população brasileira. Não reduzimos impostos que pesam sobre a comida, o sapato, a roupa, o aluguel. Não reduzimos impostos sobre aquilo que pesa diretamente sobre as camadas mais populares. Reduzimos impostos sobre aquilo que pesa sobre as camadas médias e altas. Aqui mesmo, diz-se: é um alívio às classes médias e altas.

E por que isso? Por maldade? Não, mas por questão de lógica, triste lógica da realidade da economia e da sociedade brasileira. É que a economia brasileira é toda organizada para servir ao topo da pirâmide social, não à base da pirâmide social. Quando os produtos caros entram em crise, é preciso aliviar as classes mé-

dias, para que elas comprem os bens de luxo. Falemos com sinceridade: um País com a pobreza brasileira, em que 40 milhões de pessoas vivem de Bolsa-Família, não se deve dar ao direito de chamar carro de produto popular! Não existe carro popular. Existe sapato popular, existe meia popular. Vou até chegar ao extremo de dizer que existe comida popular.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Carro popular custa R\$25 mil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – São R\$25 mil! Ou seja, não existe carro popular. Existe carro das camadas menores do topo da pirâmide. No Brasil, a gente considera como todo o topo; o todo é o topo.

No Império – o Senador Geraldo Mesquita falou muito do Império –, quando se dizia “todo mundo estava lá”, ninguém considerava os escravos, ninguém considerava os pobres brancos. Todo mundo era a elite, era a aristocracia. Nós estamos ainda nessa situação no Brasil. Quando a gente diz “todos estavam lá”, isso quer dizer que nós, que fazemos parte do pequeno triângulo que representa aqueles 5% mais ricos da população, somos os “todos”. Este é um País onde quem ganha mais de R\$1 mil por mês, que é um salário baixo, já faz parte dos 8% a 10% com as maiores rendas no Brasil.

A saída que se está dando é necessária e imediatista. Não estou dizendo que não é necessária, mas é aquela saída de quem encontra um buraco que vai para o abismo e coloca areia para tapar o buraco, sem se preocupar que, depois de passar o buraco, tem de mudar o rumo e não ir para o abismo.

O que me entristece não é que essas medidas estejam sendo feitas, é que ninguém esteja pensando o que fazer depois delas, para que a gente não precise, mais uma vez, continuar com o vício de uma economia baseada nos produtos caros para populações de classes médias e altas em um País onde a maioria é pobre.

O Presidente Lula convidou, se não me engano, 35 empresários para discutir a crise. Foi um belo evento, um belo encontro. Mas esses 35 empresários necessariamente estão preocupados em como resolver sua crise amanhã, não em como construir o Brasil depois de amanhã. Não ouvi falar em o Presidente Lula convidar para conversar 25, 30, 35 pessoas para discutirem sobre para onde conduzir o Brasil depois que a crise passar. Ele chamou aqueles que cuidam da pá como instrumento para sair da crise. Ele não chamou aqueles que usam a bússola para definir um novo rumo para o Brasil.

Temos de fazer gestos como esses. Incentivar a venda de carro em um País onde há gente que não está comendo?! Temos de fazer isso. O que me en-

tristece é que temos de fazer isso. Não posso vir aqui ser contra isso. Isso me entristece. Mas me entristece mais saber que a maior parte acha que isso basta para sair da crise.

Daqui a dois anos, cinco anos, dez anos, outra vez virá a crise, outra vez vamos precisar de medidas como essas de tapar buracos, porque não é a primeira vez que se faz redução de Imposto de Renda para vender mais carros e redução de impostos sobre o automóvel. Não é a primeira vez, não é a segunda vez, não é a terceira vez que isso é feito. E a gente não pensa em como fazer para nos livrarmos de uma economia baseada apenas nos 5% a 10% da população que posso chamar de mais ricos, embora nem dê para chamar de ricos alguns que estão abaixo desses 10%, porque comprem carros graças a um endividamento de quase dez anos, endividamento esse que levou à crise que vivemos.

Outra vez, vamos incentivar crédito para sair de uma crise que decorre da falta de funcionamento eficiente dos bancos. vejam que contradição: nós vamos incentivar crédito para um sistema financeiro que entrou em crise porque dava crédito demais, fazia as chamadas alavancagens, emprestando até 60 vezes o capital que eles tinham disponível para empréstimo.

Não podemos continuar sem refletir como sair de uma maneira permanente da crise e conduzir o País para um novo rumo. E esse novo rumo, eu volto a insistir, chamem de “uma nota só”, digam o que quiserem, está na parte de baixo da primeira página: a nossa incapacidade de cumprir as metas na educação.

Aqui em cima, grande, grande, grande a matéria; é a matéria do imediato. Aqui embaixo é a matéria do permanente, a gente está tratando de soluções. Aqui em cima, a gente está piorando em vez de melhorar, como deveríamos.

Esta é a grande tragédia que nós vivemos no Brasil: insistirmos na saída pela pá, em vez de buscar uma saída pela bússola; tapar buracos de um caminho errado, em vez de mudar de caminho. E esse caminho, que está, inclusive, no discurso feito há pouco pelo Senador Pedro Simon, dos direitos fundamentais, exige investimentos para a base da pirâmide, para a população mais pobre.

A saída dita keynesiana na economia é dinamizar a demanda, mas não necessariamente a demanda dos que estão lá em cima; pode ser a demanda dos que estão lá embaixo. O Bolsa-Família, inclusive, presta esse serviço, dinamizando um pouco a demanda daqueles que consomem bens fundamentais, mas em condições muito pequenas.

Veja que esse sacrifício fiscal que o Governo decidiu fazer ontem – por um pacote mais uma vez – vai

custar aos cofres R\$8 bilhões e meio. É claro, quem sabe um pouco de economia tem que ser sincero e dizer que esses R\$8 bilhões e meio que o Governo deixa de arrecadar são uma necessidade para que as camadas que podem comprar automóveis, sobre os quais vão pagar um pouquinho de impostos. Se não se fizer esse sacrifício hoje, é capaz de amanhã a receita do Estado ser menor ainda, além de que haverá desemprego.

Então, eu não estou dizendo que não tenha lógica. O que eu estou dizendo é que não deve ser essa a lógica que prevaleça na sociedade e na economia brasileiras para sempre, como parece.

Peço ao Presidente Lula, com a liderança, com o carisma que tem, que reúna seus empresários para dizer o que fazer amanhã, mas reúna um grupo de empresários, de políticos, de técnicos que digam o que fazer depois de amanhã, no próximo ano e até depois do mandato dele, que defina um rumo para este País.

Esse rumo não é a continuidade de um projeto civilizatório que é depredador da natureza, que é viciado no crédito – viciado no crédito como se fosse uma cocaína da economia. Viciado no crédito porque a indústria se baseia em produtos caros, e produtos caros não se vendem à vista, exigem crédito. E, por se exigir crédito, exigem-se bancos irresponsáveis para viabilizar uma indústria irresponsável, e irresponsável não só por causa do crédito.

Todos sabem que, dentro de mais cinco anos, a cidade de São Paulo vai parar de tanto automóvel. **A Folha de S. Paulo**, há alguns meses, chegou a dizer o dia e a hora em que vai entrar o último carro com espaço onde ficar. Está marcado o dia e a hora. A partir daquele dia, não haverá como um carro se locomover. Aí pode-se dizer que vai ter uma saída. A saída é fazer ruas debaixo das ruas de hoje, como já se faz em algumas cidades americanas. É aumentar a quantidade de viadutos. Isso custa dinheiro. E é esse dinheiro que vai para viabilizar uma economia insustentável no longo prazo, é o uso do dinheiro para manter essa economia insustentável que faz com que as metas para a educação fiquem para trás, porque aí não há dinheiro.

O Governador de São Paulo, o maior Estado do País, está eliminando algumas disciplinas, Senador Pedro Simon, porque vai ter que introduzir as disciplinas Filosofia e Sociologia, que foram aprovadas há pouco. Por que ele não pensou em aumentar o número de horas na escola? Por que, em vez de aumentar o número de horas na escola, ele reduz disciplinas? É tão óbvio, tão claro que um aluno que fica seis, oito horas na escola tem um desenvolvimento diferente de quem fica quatro, e nessas seis, oito horas pode ter

Filosofia e Sociologia sem cortar Matemática, sem cortar Física, sem cortar História, sem cortar Geografia. Mas por que a lógica de tirar uma disciplina prevalece sobre a lógica de aumentar uma hora de aula? Porque educação não é vista como um vetor importante do processo civilizatório, do desenvolvimento econômico, da redução da desigualdade, da busca da paz no lugar da violência.

E aí a gente continua com o velho esquema de tapar os buracos em vez de mudar de rumo.

Não sei quanto tempo o Brasil vai agüentar escolhendo a pá, e não a bússola. Mas sei que está ficando para trás em relação aos outros países.

O movimento Todos pela Educação é um grande movimento surgido em São Paulo, graças a empresários, sobretudo. Deles, que são muito moderados, não vi um pronunciamento, por exemplo, sobre o piso salarial. Não vi um pronunciamento deles reclamando porque alguns Governadores pediram que o piso salarial fosse declarado inconstitucional – muito moderado, mesmo assim está denunciando: o Brasil está ficando para trás.

Aliás, Senador Pedro Simon, falando em inconstitucionalidade, ontem, o Tribunal Superior do Trabalho tomou uma decisão histórica. Sabe qual? Obrigar uma Prefeitura a pagar o salário mínimo a uma professora. Um salário mínimo! Foi preciso chegar na mais alta Corte da Justiça do Trabalho para garantir que uma professora receba o salário mínimo.

Quanto ao piso, está se pedindo a inconstitucionalidade. E dizem que não é no valor, é no número de horas que vão dar de aula. Qual é a diferença? Piso é um função do número de horas. Se você paga o piso aumentando o número de horas de trabalho, você reduziu o piso. E é isto que esses Governadores querem: impedir que prevaleça o artigo da lei do piso salarial que diz que professor tem a obrigação de reservar um terço das suas horas de trabalho para preparar suas aulas, conversar com os alunos, orientar os que não estão indo bem. Mas a gente não vê isso – não vê porque trabalha com a solução da pá, e não da bússola.

Disseram que vai gastar mais dinheiro. Custa muito mais a repetência do que pagar melhor o professor e conseguir, com isso, que os alunos aprendam e não sejam repetentes. Mas o Brasil prefere a pá do que a bússola, tanto que, em alguns lugares, eles simplesmente resolveram que todos passem, para que não haja repetência. Vejam que solução esdrúxula, estúpida, antipatriótica para o futuro do País! Já que as crianças não estudam, já que não aprendem, para acabar a repetência, todos passam. Isso é o que prevalece em alguns Estados e em muitas cidades do Brasil, a chamada promoção automática, a solução estúpida.

Ninguém está tentando essa solução para a indústria automobilística: já que não tem quem compre automóvel, que ninguém compre. Ninguém diz isso na indústria automobilística. Agora, na educação, encontra-se esta solução: já que ninguém estuda, passemos todos.

Agora, o mais grave, do ponto de vista da ética, é que isso não é feito para os filhos das classes médias e altas, que são obrigados a estudar. É como se a educação fosse um privilégio apenas de uma minoria e como se o País sobrevivesse dando educação apenas a uma minoria. Não sobrevive – como República, pelo menos. Aqueles que não estudam viram escravos. Escravos, Senador Paim, não mais necessariamente negros, embora a maioria daqueles que não conseguem ter uma boa escola sejam negros. Escravos não porque são vendidos. Escravos porque são desprezados, que é uma forma talvez até mais grave do que foi a escravidão, onde os escravos eram obrigados a comer bem para ter valor no mercado. Hoje, nem com isso a gente se preocupa em relação àqueles que são excluídos.

Essa é a página do jornal **O Globo** que reflete a realidade brasileira: tudo o que for preciso a gente faz para a economia; tudo o que é necessário a gente não faz para a Educação. Até acho que essa saída para reduzir os impostos em 8,5 bilhões, para dar mais dinheiro para nós, classe média alta, comprarmos automóveis e outros bens, até acho que é uma saída necessária para amanhã, mas é uma saída suicida a médio e a longo prazo.

O Presidente da República tem obrigação de pensar o hoje, mas tem obrigação de pensar o depois de amanhã, o próximo ano, a nova década que vai surgir, ainda mais quando é um governo com características e com promessas transformadoras, ou seja, de usar a bússola para mudar de rumo. E não está usando. Ele está, competentemente – e vejam que estou afirmando isto –, usando a pá, mas com todos os riscos de colocar a areia no buraco em frente, e a gente continuar afundando; ou até atravessar o buraco nessa areia pouco sólida, e, do outro lado, continuarmos afundando.

Venho aqui, Presidente desta Mesa, Senador Paim, dizer da minha frustração ao ver um País se negando a decidir para onde vai, até porque, quando eu era jovem, os debates eram entre capitalismo e socialismo, entre estatizar ou privatizar, entre abrir ou fechar as fronteiras. Eram debates ideológicos. Hoje, o debate é entre cotas e bolsas, como se as cotas fossem desnecessárias, depois de 120 anos de exclusão dos negros da elite brasileira. Nem uns pingos de novos jovens negros dentro da universidade os que são contra as cotas desejam. Ao mesmo tempo, é triste saber que os que defendem as cotas acham que, se houver

cotas, o Brasil está no paraíso. As cotas vão beneficiar os pequenos pingos de jovens negros que entrarão na universidade, e por isso eu as defendo.

Mas não vão resolver os problemas daqueles que estão na base, que são os 16 milhões de analfabetos, são os 60 que abandonam a escola a cada minuto neste País. As cotas, mais uma vez, são a solução do pessoal que está embaixo do topo, e não do pessoal que está embaixo da pirâmide. As bolsas também. Tem gente que é capaz, neste País, de ser contra o Bolsa-Família! Ninguém pode ser contra o Bolsa-Família, quando as famílias estão na miséria. Mas ninguém tem direito de comemorar o Bolsa-Família. Este País tem que comemorar, um dia, quando pagar à última família que precisar de bolsa e disser: A partir de agora, ninguém mais precisa delas.

Mas um país sem cotas e um país sem bolsas exige revolução, exige uma bússola. Não se pode abolir cotas e bolsas só com pá; com pá, a gente tapa buraco. A gente cria bolsa, a gente cria cota. É um jeitinho que a gente está dando na miséria de milhões e na falta de negros na nossa elite; um jeitinho, jeitinho necessário, volto a insistir, mas jeitinho. Não é a solução. Mas ninguém quer a verdadeira solução, que é a garantia de escola boa, de alta qualidade, igualitária, da primeira à última série do segundo grau.

Tenho conversado muito, inclusive esta semana, com Frei Davi, nosso querido amigo, líder das cotas, e ele entende. Eu lhe disse: “Frei Davi, sou defensor das cotas, mas eu queria ver o senhor lutando pela erradicação do analfabetismo de brancos e negros; lutando para que a escola fosse igual, em horário integral, não importando a cidade, não importando a raça, não importando a renda da família, desde os primeiros anos até os últimos”. E aí poderemos dizer: agora já não se precisa mais de cotas; e aí dizer: agora já não se precisa mais de bolsas. Mas há resistência em se trabalhar com a bússola e preferência para se trabalhar com a pá. Há preferência para o jeitinho – e o Brasil se orgulha do jeitinho – de tapar buraco, e não com o radicalismo de mudar de rumo.

Hoje, a primeira página do jornal mostra isso. É a nítida preferência do País pelo pacote pró-consumo, que reduz IR (Imposto de Renda) e isenta carro popular de impostos. E, na mesma página, mas em letra bem pequenininha, diz que as metas para a educação não são atingidas.

Temos que mudar isso, Sr. Presidente. E é tentando mudar isso que a gente vem pra esta Casa, é tentando mudar isso que a gente tem que correr o risco de ser visto como uma nota só: a nota da revolução, a nota da bússola e, para mim, pela educação. Mas

que tragam outra bússola, que tragam outra revolução para que a gente possa discutir aqui.

Antes de terminar, Sr. Presidente, quero ouvir o aparte do Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É só para dizer da admiração que tenho pela garra de V. Ex^a. É realmente impressionante! V. Ex^a, nesses anos, se dedicou à causa da educação e vem fazendo um alerta à Nação todo dia, toda hora. Não tenho nenhuma dúvida de que V. Ex^a está abrindo uma perspectiva nova no debate sobre a educação. Não tenho nenhuma dúvida de que, assistindo pela TV Senado, os vereadores, os professores, os professores universitários, aos seus pronunciamentos, V. Ex^a, na insistência e na profundidade do conteúdo, chama-nos a atenção para aquilo que, na verdade, na verdade, é só V. Ex^a. O máximo que a gente consegue é botar uma emenda a mais para uma escola aqui, para um colégio ali, mas a profundidade do conteúdo, a significação que V. Ex^a dá ao que é a causa da educação, a mostrar que ela está na frente de tudo o mais que se possa imaginar... Ela só fica atrás do pão. Primeiro, tem que dar comida, mas, tendo pão, a segunda coisa é dar educação. V. Ex^a tem um mérito muito grande. V. Ex^a está sendo um condutor que está dando um rumo diferente ao Congresso Nacional. E não tenho nenhuma dúvida de que a classe política brasileira, a classe intelectual brasileira vai refletir a respeito. Assistir ao seu pronunciamento como estou assistindo agora, aqui, na frente, no primeiro banco do plenário do Senado, é muito, muito, muito confortador. Mas eu lhe digo: prefiro assistir em casa. Quando vejo, de noite, parece que V. Ex^a está dando uma aula. V. Ex^a está mais para conferencista do que para debatedor político. Na aula, as coisas vêm naturalmente. V. Ex^a fala e o cérebro da gente observa: mas como é que eu não tinha pensado nisso? É isso mesmo. Essas coisas estão acontecendo. Então, V. Ex^a acorda um sentimento. Não tenho nenhuma dúvida, Senador: V. Ex^a vai ser o grande responsável pelas grandes transformações que vamos ter nos próximos anos na educação brasileira. Ninguém pode assistir friamente, sem mexer com nossos sentimentos, à repetição dos pronunciamentos de V. Ex^a. Se V. Ex^a fizesse um e, daqui a três meses, outro, talvez, não; mas V. Ex^a é constante, é permanente, é um discurso atrás do outro. Quer dizer, V. Ex^a está fazendo uma lavagem cerebral na gente, e, aos poucos, V. Ex^a verá que tem uma legião de pessoas que pensam e que refletem igual a V. Ex^a. V. Ex^a está plantando carvalho, não está plantando tomate para colher amanhã. V. Ex^a está, com uma profundidade muito grande, fazendo com que esta geração que está aí se comprometa com essa obrigação e com essa responsabilidade. Que bom seria

se o Presidente Lula tivesse condições de ouvir com tranquilidade o seu pronunciamento! Que bom seria se ele, em casa, assistisse à televisão e assistisse ao início, ao meio e ao fim do seu pronunciamento! Não acredito que esteja acontecendo isso. Sinceramente, acho que ele está num ritmo de rapidez de apresentação de detalhes, de números, de proposituras, que ele acha que, criando mais universidades, bolando novas teses nesse sentido, está resolvendo a questão. Mas não tenho nenhuma dúvida, V. Ex^a pode ficar absolutamente convencido de que, a cada dia, V. Ex^a está plantando, e plantando sementes profundas no sentimento de milhões de brasileiros. V. Ex^a haverá de ser o grande responsável, porque V. Ex^a está fazendo uma conscientização nacional. V. Ex^a está cobrando de cada um de nós. Eu, por exemplo, me sinto culpado por não estar atrás de V. Ex^a, fazendo o que V. Ex^a está fazendo. Acho que essa é a boa semente. Essa caminhada de V. Ex^a vale a pena, porque o resultado é absolutamente certo e absolutamente positivo. Nós já sabemos que, sim, pão, comida, alimentação, mas sem educação, sem cultura, sem isso nós não saímos do lugar. V. Ex^a sabe disso. V. Ex^a fala com profundidade porque sabe que a grande bandeira é essa de V. Ex^a, mas os Pedro Simon da vida, que não têm a profundidade de V. Ex^a, os vereadores, os deputados, os professores e os alunos, pouco a pouco, cada vez que V. Ex^a aparece na televisão, param e assistem. Muitas, muitas pessoas têm-me dito isto: “Mas que tal é aquele professor? Que tal é, na verdade, o que ele fala, porque é tão bonito ouvir!”. Eu digo: “Não, é bonito ouvir, mas é mais bonito levar adiante, porque ele está fazendo uma pregação que todos nós vamos seguir”. Agradeço a V. Ex^a pela aula que recebo e que venho recebendo. Hoje à noite, vou repeti-la. Vou chegar em casa e vou ouvir de novo a aula de V. Ex^a, para me aprofundar mais e, aí, me compenetrar mais, porque é o que eu tenho feito: vejo aqui e vejo em casa, e vale a pena. Muito obrigado pela aula que recebi neste momento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Pedro, sou eu que agradeço. Já que o senhor teve a gentileza de fazer esse pronunciamento, esse aparte público, eu quero dizer, aqui, a todos que estão assistindo, que, quando o senhor terminou de falar, eu pedi que o senhor me desse o seu discurso, assinado pelo senhor, não só porque eu quero reler o discurso que o senhor fez há pouco como eu quero guardá-lo. Guardá-lo, para dizer: “A este aqui eu assisti; e ele o assinou e deu para mim”.

Agora, eu estou ansioso para falar de outros assuntos aqui que não sejam educação, até porque eu sou um economista. Eu sou professor de Economia, eu

estudei todo isso de crise, eu ensinei aos meus alunos! Só que, no meu processo, eu aprendi que estávamos esquecendo os principais fatores da economia, que a gente aprende sempre, que são a terra, o homem e o capital. Mas o homem, como trabalhador manual, acabou! Daqui para a frente não vai mais ter trabalhador manual. O operário que usa a mão vai ser substituído pelo operador, que usa o dedo; e a diferença entre o operário que usa a mão hábil e o operador que usa o dedo ágil é o conhecimento que o operador tem. Vai acabar. Os países não serão mais ricos porque têm terra fértil, mas, sim, porque têm uma ciência tão competente que faz fértil até a terra que não é fértil.

Hoje, a gente sabe que o Brasil – e, nesta semana, eu tive uma verdadeira aula com uma pessoa da área de ciência e tecnologia, o Professor Ronaldo Mota – tem infra-estrutura para produzir ciência. Sabem o que falta? E ele disse isso com clareza: falta uma base de jovens grande para que a gente possa selecionar os grandes cientistas. O Brasil está pronto para ter os grandes cientistas, mas eles estão morrendo analfabetos, eles estão morrendo antes de aprenderem as quatro operações, eles estão morrendo antes de terminarem o segundo grau, antes de entrarem na universidade. Então, o potencial do cérebro deles é jogado fora. Se nós deixássemos que apenas um terço dos nossos jovens jogasse futebol, não teríamos craques como nós temos. Há craques porque a bola é redonda para todos, todos começam a jogar aos quatro anos, e os que chegam lá em cima são os melhores. No Brasil, os que chegam lá em cima são os melhores daquele pedacinho da pirâmide que pôde estudar.

Então, eu estou ansioso para falar de outra coisa, mas aprendi que é a educação o fator principal, daqui para a frente, na economia. Por isso, vou continuar, tentando fazer o que o senhor chamou de lavagem cerebral, mas com uma percepção: eu temo que, em vez de lavagem cerebral, terminem dando uma descarga nos meus discursos, de tão chatos que podem ficar. Mas eu prefiro sair daqui, um dia, dizendo que saiu um chato, do que dizendo que saiu um omissor, ou que saiu um que se adaptou.

Eu vi, aqui, quando estávamos discutindo o problema da meia-entrada, que a Presidente da Une tem tatuado no braço: “Não vou me adaptar”. Eu até comentei, mas, depois, descobri que é o verso de uma música, de um rock, e eu não sabia. “Não vou me adaptar.” Eu disse para ela: “Se a minha geração toda tivesse escrito ‘não vou me adaptar’, o Brasil estaria muito melhor, porque a maior parte daqueles que chegaram à minha idade se adaptaram.

Eu não vou me adaptar. Eu vou continuar dizendo essas coisas e fico feliz de ter uma figura como Pedro Simon dizendo o que disse.

Para concluir, eu quero dizer o seguinte: veja, Senador, as contradições dessa lógica que rege a política e a economia brasileiras. Eu conversei, um dia desses, com um governador, e ele disse: “Não tenho dinheiro mais para gastar em educação, por causa da crise”. Aí, eu disse: “Mas você está fazendo uma política de redução de impostos!”. Ele disse: “Eu estou fazendo a política de redução de impostos por causa da crise”.

Vejam que contradição: por causa da crise, não se pode pagar bem aos professores; por causa da crise, podem-se reduzir gastos para que se vendam mais automóveis. O pior é que, do ponto de vista deste instante, ele tem razão. Do ponto de vista do longo prazo, ele está completamente equivocado.

Daí, eu concluo, fazendo um apelo ao Presidente: da mesma maneira que ouviu esse grupo de empresários que têm necessidade de enfrentar o curto prazo, que ele traga outras pessoas que queiram enfrentar o longo prazo.

Faça uma reunião, Presidente Lula...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Desculpe-me, desculpe-me.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Por amor de Deus...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Com o maior prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Por amor de Deus, já foram quantas reuniões? Quantas reuniões o Presidente Lula fez com empresários, com pessoas? Por que não faz uma vez com a gente? Por que ele não reúne... Não entendo! Eu gostaria de, junto com V. Ex^a...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Claro!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – ...com alguém, ter uma oportunidade dessas, de dizer alguma coisa. Eu gostaria de falar sobre educação, ir com V. Ex^a, para ouvir a resposta que ele poderia dar a uma questão como essa. É tão bacana! Eu acho bonito o Presidente Lula se reunir com a classe dos trabalhadores, acho bonito ele se reunir com os empresários, mas por que ele não se reúne com a gente uma vez?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito boa a pergunta!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Olha, valeria a pena.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Até para cobrar de nós propostas, até para cobrar de

nós soluções, até para exigir de nós liderança neste País. Nós somos os líderes deste País. Os empresários também, mas com outra preocupação, que é imediata. Empresário que se preocupar muito com o longo prazo quebrará no presente. Nossa profissão deveria ser pensar a longo prazo.

Digo aqui, reafirmando a sua sugestão: que o Presidente nos convide. Vamos conversar! A gente não está indo atrás do cafezinho dele, que não é melhor do que o cafezinho que fazem aqui o Zezinho e os outros que nos atendem; a gente não está querendo jantar nem almoço, até porque em jantar e almoço ninguém conversa a sério; a gente está querendo que ele dedique uns minutos para ouvir o que a gente tem para falar como portadores de bússola e não apenas portadores de pá, mesmo respeitando a necessidade da pá e apoiando-o nas medidas corretas da pá.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Volta e meia a gente vê, no jornal, o Presidente convocando e se reunindo. Então, ele chama lá o Presidente do PMDB, o Líder do PMDB na Câmara, o Líder do PMDB no Senado, alguns que nós sabemos que são os chefes e, aí, escuta quais são os cargos de fulano de tal, o Ministro tal, não sei o quê e não sei qual. Daqui a pouco, é com outra bancada; daqui a pouco, é com outra bancada, para discutir os cargos e as vantagens. Agora, discutir com a gente para ouvir a sociedade, ver os problemas, o debate... A gente reza para que o Governo dele dê certo, como nessa questão de V. Ex^a e em tantas outras contingências, mas quanto a isso nós não temos chance.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não temos, e não temos, por exemplo, na primeira página do jornal **O Globo**. Eu quero ver se ele vai fazer uma reunião para discutir por que não está cumprindo as metas educacionais, se ele vai convidar pessoas de fora do próprio Ministério, junto com o Ministro, para discutir por que a gente não está. Ele se reuniu para a crise do imediato da economia, mas para a crise de construção de uma nação, a crise de construção de uma sociedade que venha a eliminar a necessidade de cotas e bolsas, eu não o estou vendo fazer.

O Senador Pedro Simon, com toda sua experiência, ofereceu-se para ir lá. Eu me ofereço, contente, para ir lá na hora em que for para conversar sobre isso.

Fica aqui, portanto, encerrando a minha fala, este apelo e esta sugestão ao Presidente da República: que ele convide alguns para conversar sobre o pós-crise, porque o Governo do Lula vai ter um pós-Lula e ele tem de deixar sementes nesse sentido.

Era isso que eu tinha para dizer, Sr. Presidente, agradecendo a sua paciência.

Agradeço muito os seus cumprimentos, Senador Pedro Simon, e ainda mais o discurso anterior que o senhor fez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, Senador Cristovam, neste momento, vou encerrar a sessão e me comprometo, na segunda-feira, a fazer também ponderações sobre as propostas encaminhadas pelo Governo em relação à crise.

Eu dizia, Senador Simon, que nestes três meses, como forma de combater a crise, em torno de R\$480 bilhões foram investidos. Eu concordo com esses momentos, inclusive. Mas gostaria muito que conseguíssemos aprofundar esse debate. Tenho a certeza de que, segunda-feira, continuaremos com esse tema.

Sobre a mesa, avisos do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Aviso nº 1.285 – GP/TCU

Brasília, 10 de dezembro de 2008

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 1.973 (SF), de 9-12-2008, o qual encaminha “autógrafo da Resolução nº 38, de 2008 (SF), que ‘Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de dólares norte-americanos)’, e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente – autuado no TCU como TC-032.579/2008-3 – foi remetido à Unidade Técnica competente desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

Aviso nº 1.289 -GP/TCU

Brasília, 10 de dezembro de 2008

Senhor Presidente

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 1.976(SF), de 9-12-2008, o qual encaminha “autógrafo da Resolução nº 39, de 2008 (SF), que ‘Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

(BIRD), no valor de até US\$83.450.000,00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família(Proesf II)' e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada".

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente – autuado no TCU como TC-032.580/2008-4 – foi remetido à Unidade Técnica competente desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os avisos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão juntados ao processado do Projeto de Resolução nº 57, de 2008, e ao Projeto de Resolução nº 58, de 2008, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Gerson Camata, Flexa Ribeiro, Mário Couto, Sérgio Guerra, Cícero Lucena e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES.– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há pouco tive a oportunidade de celebrar, nesta tribuna, o fracasso da "Marcha da Maconha", uma tentativa de organizar manifestações nas principais capitais brasileiras em favor da legalização da droga. Logo depois desse fiasco, entretanto, divulgou-se uma sentença de três magistrados da Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que absolveram, em 31 de março, um condenado em primeira instância pelo porte de quase 8 gramas de cocaína.

Os magistrados entenderam que classificar como crime o porte de drogas para consumo próprio é inconstitucional porque viola os princípios da ofensividade (não ofende a terceiros), da intimidade (trata-se de opção pessoal) e da igualdade (uma vez que portar bebida alcoólica não é crime).

A denúncia que acusava o réu de tráfico não foi levada em consideração, por ser anônima. Tampouco o fato de que drogas ilícitas, ao contrário de bebidas alcoólicas, não podem ser adquiridas em supermercados. É preciso recorrer a um traficante, que integra uma quadrilha de criminosos, que dissemina a violência e o vício, que arruína vidas de adolescentes e adultos.

Em resumo, a decisão judicial deu novo ânimo aos defensores da legalização. Um deles é a jurista

carioca Maria Lúcia Karam. Numa entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, não escondeu seu entusiasmado apoio, afirmando: "A descriminalização significa a reafirmação da liberdade individual. É preciso descriminalizar e legalizar a produção, o comércio e o consumo de todas as drogas".

É difícil acreditar que tais palavras partiram de uma juíza aposentada. Ela não parece nem um pouco preocupada com a expansão do consumo que a liberação provocaria, nem com os danos causados pelas drogas. Na sua opinião, o grande vilão é o que chama de "proibicionismo". Seria ele o responsável pela violência e pelos riscos à saúde.

A decisão judicial e o endosso da jurista à liberação das drogas foram tema de um artigo assinado pelo professor de ética Carlos Alberto Di Franco, publicado há poucos dias no mesmo **Estadão**. Ele diz que os magistrados, em sua sentença, voltaram as costas para a dura realidade da dependência química. Quanto à entrevista de Maria Lúcia Karam, comenta que só faltou ela sugerir a criação de uma Drogabrás, e indaga: será que Fernandinho Beira-Mar forneceria ao Governo as drogas que seriam repassadas aos usuários?

Os magistrados e a juíza aposentada não estão apenas ignorando o drama dos viciados em drogas. Também fecham os olhos para outra dura realidade, a do incontável número de assassinatos cometidos pelo tráfico de entorpecentes. O jornal **A Tribuna**, de Vitória, publicou recentemente uma reportagem que mostra que adolescentes passaram a ser empregados por traficantes para matar usuários de drogas que lhes devem dinheiro, membros de quadrilhas rivais ou moradores que fornecem informações à polícia. Como recompensa, os assassinos tornam-se "gerentes" de pontos de venda de maconha e cocaína.

Em Cariacica, na Grande Vitória, 25% dos 1.800 inquéritos abertos para investigar assassinatos têm envolvimento de menores. Na Promotoria da Infância e Juventude de Vitória, 80% das representações são referentes ao tráfico de drogas ou uso de entorpecentes. Em outra reportagem, o mesmo jornal já tinha relatado o drama de pais que, desesperados, pedem à polícia que mate seus filhos viciados.

Considerada por muitos como inofensiva, até mesmo benéfica, a maconha tem hoje contra si as evidências de dezenas de estudos que comprovam seus malefícios. Só nos últimos 7 dias, a imprensa divulgou o resultado de três deles. O primeiro, realizado por pesquisadores da Nova Zelândia e publicado no jornal da Associação Médica Americana, revela que usuários freqüentes da droga têm até quatro vezes mais chances de desenvolver a doença periodontal, uma

inflamação das gengivas, e duas vezes mais chances de perder os dentes por essa causa.

Outra pesquisa, do Instituto Nacional de Uso de Drogas dos Estados Unidos, descobriu que o consumo de maconha em grande quantidade eleva a concentração no sangue de uma proteína que favorece ataques cardíacos e derrames. A terceira, da Universidade de Melbourne, na Austrália, comprova que fumar maconha com frequência e por tempo prolongado pode encolher partes do cérebro que controlam a memória, as emoções e a agressividade. Os usuários avaliados no teste também tiveram desempenho pior em testes de memória verbal e maior propensão a sintomas de doenças psiquiátricas.

Quem defende a descriminalização do consumo de drogas está fazendo a apologia de substâncias que criam dependência, provocam danos irreparáveis à saúde, causam alterações no comportamento, estimulam a violência, desintegram famílias e destroem vidas humanas. As drogas são uma praga, e devem ser tratadas como tal. Ignorar o mal que elas produzem é um ato de suprema irresponsabilidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O Diretor da Abin mentiu ao Congresso”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 22 de outubro de 2008.

A matéria destaca que o presidente da CPI dos Grampos, o Deputado Marcelo Itagiba, do PMDB do Rio de Janeiro, não tem dúvida: a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), órgão encarregado de assessorar o Presidente da República, envolveu-se nos últimos meses em ações clandestinas e ilegais. A mais visível delas até o momento é a Operação Satiagraha, que resultou, em julho passado, na prisão do banqueiro Daniel Dantas.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais** do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também desejo fazer o registro da matéria intitulada “Complacência com Rainha”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 21 de outubro de 2008.

A matéria destaca que o líder sem terra José Rainha tem escapado sistematicamente das malhas da Justiça, apesar dos vários processos criminais em que se envolveu por reiteradas agressões à Lei. “É incrível que essa pessoa continue a desafiar a lei com toda desenvoltura”, destaca o texto.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Por fim, como último assunto, quero registrar o editorial intitulado “Muito cuidado com essa MP”, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 23 de outubro de 2008.

O editorial alerta para a edição da MP 443:

O governo escolheu o pior caminho para editar a Medida Provisória (MP) 443, que autoriza o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal a comprar participação, com ou sem controle acionário, em instituições financeiras públicas ou privadas, de todos os tipos. Todas as suspeitas são justificáveis diante do procedimento adotado pelas autoridades. Na terça-feira, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, estiveram na Câmara dos Deputados durante mais de seis horas, em depoimento encerrado às 21h43, bem depois, portanto, do fechamento da Bolsa de Valores. Falaram longamente sobre a crise financeira e em nenhum momento mencionaram a MP. Os parlamentares souberam da novidade na manhã de ontem, pelo **Diário Oficial**, e têm todos os motivos para se julgar enganados e desrespeitados pelo Executivo.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido editorial também passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“O DIRETOR DA ABIN MENTIU AO CONGRESSO”

O presidente da CPI dos Grampos acusa a Abin de patrocinar um esquema paralegal que envolveu seus agentes em ações clandestinas. O ex-diretor Paulo Lacerda pode ser indiciado por falso testemunho

EXPEDITO FILHO

O presidente da CPI dos Grampos, o deputado Marcelo Itagiba, do PMDB do Rio de Janeiro, não tem dúvida: a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), órgão encarregado de assessorar o presidente da República, envolveu-se nos últimos meses em ações clandestinas e ilegais. A mais visível delas até o momento é a Operação Satiagraha, que resultou, em julho passado, na prisão do banqueiro Daniel Dantas. No rastro dessa ação, como revelou reportagem de VEJA, agentes da Abin, associados a policiais federais e arapongas contratados para fazer o que o deputado chama de “serviço sujo”, grampearam os telefones do ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, instalaram escutas ambientais, seguiram e fotografaram pessoas — tudo de maneira clandestina, sem autorização judicial. Itagiba acusa o ex-diretor da Abin Paulo Lacerda de ter mentido aos deputados da CPI e cobra a demissão definitiva de todos os envolvidos na ação que o parlamentar classifica de “paralegal”.

O que a CPI já descobriu sobre os grampos clandestinos? Existe no país um conluio entre detetives particulares, funcionários de operadoras e prestadores de serviço às operadoras para a prática da interceptação ilegal, seja para obtenção de extratos telefônicos, seja para identificação de linhas para interceptação. Esses grupos tinham como clientes maridos traidos, grandes empresários e agentes públicos. O que descobrimos agora é que esses arapongas também vêm agindo em associação com a estrutura de estado. As instituições estão se utilizando dessas organizações clandestinas para investigações oficiais e, mais grave ainda, para desenvolver ações ilegais.

O senhor está se referindo à Abin e à Polícia Federal? Não tenho conhecimento dessa prática na Polícia Federal. Mas posso afirmar que em todo o mundo os serviços secretos utilizam agen-

tes terceirizados para práticas de ações clandestinas, como grampos telefônicos. O caso Watergate foi assim. Os responsáveis pela invasão da sede do Partido Democrata eram pessoas vinculadas aos órgãos de inteligência.

A comissão já ouviu servidores da Abin e da PF sobre a interceptação da conversa do ministro Gilmar Mendes com o senador Demóstenes Torres. Já é possível tirar alguma conclusão? Com base nos depoimentos e em informações que recebemos, a CPI vem trabalhando com a possibilidade de a interceptação da conversa do ministro Gilmar Mendes com o senador ter sido feita por um grupo paralegal ligado à Abin.

O que significa isso? Podemos verificar que tudo tem início na investigação instaurada contra as práticas criminosas do senhor Daniel Dantas. Eu mesmo, quando era da polícia, já solicitei a colaboração da Abin em circunstâncias pontuais. Mas, neste caso, misturaram-se negócio, política e polícia no mesmo balaio. Para apurar as ações criminosas do banqueiro, que não são poucas, as autoridades se autoconcederam uma licença para fazer qualquer coisa. Além da engrenagem oficial, acionou-se um braço paralegal, sem vínculo formal com o estado, mas agindo protegido sob sua responsabilidade e orientação. Eles certamente estão na linha de frente das ações clandestinas. São ex-policiais e agentes aposentados da própria Abin, encarregados de fazer o chamado trabalho sujo, ou seja, tudo o que é ilegal, clandestino.

É possível comprovar a existência desse grupo clandestino que atuava a serviço da Abin? É bom ressaltar que esse grupo estava a serviço da investigação, que incluiu também a PF. A existência desses “paras” está mais do que demonstrada, na medida em que pessoas estranhas aos órgãos envolvidos foram, como já se sabe, contratadas para certas tarefas e receberam dinheiro para fazer determinados serviços. Tudo de maneira secreta, clandestina, sem o conhecimento formal das instituições. Já há um depoimento confirmando que o gabinete do ministro Gilmar Mendes foi alvo de ataque ele-

ESTADO PARALEGAL

Marcelo Itagiba: associação entre a estrutura oficial do estado e ações clandestinas e ilegais atentam contra a democracia

irônico, provavelmente de uma escuta ambiental. O grampo de seus telefones certamente deriva desse aparato clandestino a serviço da Abin e da PF. Essa associação entre o oficial e o clandestino atenta contra a democracia, por mais nobres que sejam seus objetivos.

O diretor afastado da Abin Paulo Lacerda resumiu o episódio a uma colaboração normal entre as instituições. Minha postura na CPI sempre foi cordial. Não estou ali para massacrar ninguém. Mas os depoimentos já prestados mostram que o delegado responsável pela Operação Satiagraha, Protógenes Queiroz, o doutor Paulo Lacerda e outros servidores da Abin faltaram com a verdade. O diretor da Abin mentiu ao Congresso. Eles procuraram escamotear a gigantesca participação da Abin. No início, disseram que eram uns quatro ou cinco agentes. Já sabemos que são mais de cinquenta — isso sem contar os arapongas que atuaram à margem do aparato oficial.

Como o senhor avalia isso? Isso é muito grave. O relatório final da CPI ainda será elaborado. Ele deverá ser propositivo, mas defendo que aqueles que faltaram com a verdade devem ter o indiciamento solicitado por crime de falso testemunho. Quando instrumentos clandestinos passam a ser utilizados e se esconde sua utilização, mesmo que para pegar um criminoso do quilate de Daniel Dantas, você está usando a paralegalidade. Ou seja: a ação está revestida de legalidade, mas é absolutamente ilegal. Os fins estavam justificando os meios empregados.

O presidente Lula já disse que pretende reconduzir o delegado Lacerda ao cargo na hipótese de o inquérito que investiga a escuta não provar que ela foi feita pela Abin. Se a PF e a própria Abin não forem capazes de identificar quem participou desse caso, é

“Descobrimos que as instituições estão se utilizando dessas organizações clandestinas para investigações oficiais e, mais grave ainda, para desenvolver ações ilegais”

melhor fechar as portas. O doutor Lacerda prestou relevantes serviços ao país quando foi diretor da Polícia Federal. Mas ele extrapolou. A Abin não pode participar diretamente de uma operação tipicamente policial, não pode ter mercenários à sua disposição e não pode lidar com material clandestino. Das duas, uma: ou o doutor Paulo Lacerda sabia de tudo e deve ser responsabilizado; ou ele não sabia de nada e também deve ser responsabilizado por isso. Deve ser punido por ação ou por omissão. Depois do que já se descobriu, não vejo condições de ele voltar a dirigir um órgão subordinado à Presidência da República. O presidente deveria

demitir todos os servidores públicos que de alguma forma se envolveram com essa operação paralegal.

Não é razoável duvidar da possibilidade de uma investigação séria neste caso? A Abin é necessária ao país e tem uma missão institucional a cumprir. É um órgão de espionagem e contra-espionagem e não pode sofrer em razão da má atuação de alguns de seus dirigentes. Se o presidente

O BOM E O MAU Os delegados Paulo Lacerda e Renato Porciúncula, afastados da Abin: um era o cérebro; o outro, responsável pelas operações

não sabia — e eu acredito que ele não sabia, embora os agentes acreditassem estar em uma missão presidencial —, deve responsabilizar aqueles que intercederam e colocar na Abin uma administração profissional.

A comissão tem condições de identificar os responsáveis pelo grampo ilegal contra o ministro Gilmar Mendes? A CPI surgiu para investigar a suspeita de um estado policial, levantada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal que se sentiam coagidos e intimidados com prováveis grampos. Porém, apesar de termos saído em socorro da corte, estranhei muito a decisão do ministro Cezar Peluso. Suas decisões têm criado muitas dificuldades para o trabalho da comissão. Ele não nos permitiu, por exemplo, acesso à lista de autorizações de interceptação telefônica feitas pelos juízes de todo o país. Sabemos que vamos encontrar nessa lista coisas absurdas. Provavelmente inocentes que tiveram a privacidade invadida por interesses escusos. Essa também era uma de nossas principais pistas para tentar resolver o caso do STF. O número do telefone do gabinete do ministro Gilmar Mendes pode ter sido criminosamente inserido em uma dessas autorizações. Esse procedimento é chamado de “barriga de aluguel” e é mais comum do que se imagina.

O senhor acredita que o grampo do ministro realmente foi feito através de uma autorização forjada? É uma possibilidade que deve ser investigada com atenção. Já está demonstrado que os juízes não têm nenhum controle sobre as autorizações que concedem. Se um agente do estado mal-intencionado incluiu o número do ministro num pedido para investigar uma denúncia de tráfico de drogas em Corumbá, o magistrado, que na maioria das vezes age de boa-fé, pode ter autorizado. O presidente do STF pode ter sido ouvido meses a fio sem que ninguém saiba. É bom lembrar que a própria Polícia Federal já fez isso no passado. Simulou uma investigação de narcotráfico e conseguiu autorização para ouvir os telefones do secretário particular do presidente Fernando Henrique. A recusa do ministro Cezar Peluso em proporcionar acesso a essas autorizações nos impede de descobrir se isso aconteceu.

O senhor, que também é delegado da Polícia Federal, tem alguma teoria sobre o caso? Trabalho

com fatos, mas a experiência me faz observar algumas coisas. O delegado Renato Porciúncula, que assessorava Lacerda na Abin e também foi afastado, era diretor de Inteligência da PF na administração do próprio Lacerda. As operações bem-sucedidas realizadas naquele período tinham determinadas características, como o excessivo uso de grampos telefônicos, o acompanhamento da imprensa e a exposição das pessoas presas. Basta observar que o mesmo procedimento se dá na Operação Satiagraha, que teve o apoio dos dois. No folclore policial, sempre existiu o tira bom e o tira mau. Os dois delegados representam esse papel. O Porciúncula

era o executor das operações. O doutor Paulo Lacerda sempre foi o cérebro. Não sabemos ainda com exatidão a responsabilidade de cada um deles sobre a parte clandestina da operação. Mas posso afirmar: ao contrário do folclore, não existe policial bom nessa história.

O senhor acredita que exista algo ainda desconhecido que tenha justificado a presença maciça de espões do governo em uma investigação policial? Existe uma disputa dentro do governo entre um grupo que deseja a fusão das teles (*Brasil Telecom e Oi*) e outro que não deseja. O grupo que não desejava a fusão perdeu. Os que queriam e os que não queriam estão arrumando uma enorme confusão. Esse processo de fusão vai conspurcar o governo do presidente Lula. Essa disputa tem objetivos vinculados a 2010. Talvez esteja aí a verdadeira razão da participação da Abin. Os grupos do PT no governo estão se digladiando para controlar o processo, quem sabe de olho em um futuro financiamento de campanha.

O araponga Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) já teve dias de fama encarnando o papel do inspetor Clouseau. Em novembro de 1993, ele viajou aos Estados Unidos em busca de pistas sobre o paradeiro da professora Ana Elizabeth Alves dos Santos, vítima de seqüestro em Brasília. Diligente, o senador seguia informações repassadas por uma tia do interior de São Paulo. Segundo ela, Ana Elizabeth estava viva e fora vista em Manhattan. Com uma foto da professora, o senador vagou pelas ruas de Nova York em busca de uma testemunha. Ninguém reconheceu a professora e nem odiava. Ana Elizabeth nunca saiu de Brasília. Estava morta havia quase um ano. Foi assassinada pelo marido, um alto funcionário do Senado, e enterrada em Brasília.

Instruída a experiência como detetive, o senador tenta agora a carreira de araponga. Na semana passada, Suplicy participou com vários senadores de uma reunião na Abin. Em dado momento, resolveu compartilhar com os espões do governo sua teoria sobre o caso do grampo telefônico contra o ministro Gilmar Mendes e o senador Demóstenes Torres. "Há uma hipótese que já foi levada ao presidente Lula por um senador de que alguém no gabinete de Demóstenes pode ter feito isso para colocar o governo em dificuldades", disse, com a de quem faz uma grande revelação. "Você parece apenas obtuso mas vejo que também é medroso", reatou na hora Demóstenes Torres. Suplicy explicou que apenas comentou uma de suas hipóteses. "Estou interagindo com a Abin".

O FLO PERDIDO

Suplicy: "Estou interagindo com a Abin"

Complacência com Rainha

Se há um líder sem-terra que tem escapado sistematicamente das malhas da Justiça, apesar dos vários processos criminais em que se envolveu por reiteradas agressões à lei, este é José Rainha Júnior, que agora atua como “dissidente” do Movimento dos Sem-Terra (MST). Parece inacreditável que essa pessoa, com imagem tão marcante de fora-da-lei, ainda consiga liderar grandes hordas de invasores de fazendas, como as de cerca de 800 militantes – recrutados em assentamentos e acampamentos da região – que nesse fim de semana invadiram oito fazendas em vários municípios do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste paulista.

Por meio de “nota oficial”, Rainha informou que essa invasão em massa tem o objetivo de “despertar o governo de José Serra do seu marasmo” e retomar os assentamentos na região, já que, no seu entender, as fazendas invadidas são “improdutivas ou devolutas”. No ano passado, nessa mesma época, Rainha e seus militantes realizaram idêntica invasão em massa no Pontal, região do Estado de São Paulo que concentra a maioria dos conflitos fundiários. Ao dizer que “nada foi feito para os trabalhadores e o governo tucano insiste em privatizar 300 mil hectares de terras públicas”, Rainha se refere ao projeto do governo Serra que prevê a regularização das áreas com mais de 500 hectares no Pontal. A proposta foi enviada à Assembléia Legislativa em junho de 2007 e ainda não foi votada.

Independentemente do mérito desse projeto, é claro que uma das principais reivindicações de Rainha e seu bando é que o governador José Serra retire seu projeto de lei da Assembléia Legislativa – pois o que menos lhes interessa é algum avanço no caminho da regularização fundiária. A regularização certamente diminuiria a intensidade de conflitos na região – esvaziando o conteúdo “político” do movimento (MST) cujo comando há tempos disputa, sem o conseguir.

Como não poderia deixar de ser, já que não podem ficar de braços cruzados enquanto

É incrível que essa pessoa continue a desafiar a lei com toda desenvoltura

invadem suas propriedades, os dirigentes da União Democrática Ruralista (UDR) anunciaram que a entidade apoiará os fazendeiros do Pontal do Paranapanema na contratação de empresas de segurança, para evitar novas invasões.

Mas, além das invasões, os produtores rurais têm outro motivo de revolta. Não se conformam com o fato de a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo ter agendado – para esta semana – uma reunião com os líderes dos sem-terra. “Nossos associados não aceitam que o governo receba esses fora-da-lei.” A Secretaria de Justiça informa que a reunião foi agendada antes das invasões (não esclarecendo se foram desmarcadas em razão destas), a pedido do bispo da região, e que os ruralistas tam-

bém são recebidos quando pedem audiência. Mas convenhamos: não se pode considerar que existe equilíbrio isonômico quando a autoridade do Estado trata da mesma forma produtores regulares, fazendeiros que respeitam a lei, e bandos fora-da-lei, que não integram uma associação legalmente constituída e costumeiramente praticam o esbulho possessório, acrescido de diversas outras formas de violência – tais como cárcere privado imposto a empregados de fazendas, matança de animais, depredação de sedes e coisas do tipo.

“Tivemos mais de 100 invasões nos últimos anos e nenhum proprietário foi indenizado” – desabafou o presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan. E, para que se interrompa a prática de “os sem-terra invadirem e o governo ir negociar a terra com o dono”, o mínimo que o governo deveria fazer – como reivindica, com justiça, a entidade – era não assentar em terras que foram objeto de invasão. Era isso, aliás, o que determinava provisão legal baixada no governo Fernando Henrique.

Não se pede que o governo deixe de ouvir reivindicações de movimentos sociais, mas sim que não trate em pé de igualdade quem está e quem não está dentro da lei. A bem da verdade, José Rainha Júnior tornou-se um dos símbolos da impunidade reinante no País, tamanha é a complacência que tem desfrutado dos Poderes Públicos na evolução de sua carreira.

Muito cuidado com essa MP

O governo escolheu o pior caminho para editar a Medida Provisória (MP) 443, que autoriza o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal a comprar participação, com ou sem controle acionário, em instituições financeiras públicas ou privadas, de todos os tipos. Todas as suspeitas são justificáveis diante do procedimento adotado pelas autoridades. Na terça-feira, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, estiveram na Câmara dos Deputados durante mais de seis horas, em depoimento encerrado às 21h43, bem depois, portanto, do fechamento da Bolsa de Valores. Falaram longamente sobre a crise financeira e em nenhum momento mencionaram a MP. Os parlamentares souberam da novidade na manhã de ontem, pelo *Diário Oficial*, e têm todos os motivos para se julgar enganados e desrespeitados pelo Executivo.

Com seu comportamento furtivo, o governo apenas conseguiu evitar um debate aberto sobre a MP em preparação. Não conseguiu, com isso, nenhuma vantagem. Ao contrário: alertou os políticos, os participantes do mercado financeiro e todos os demais interessados para que examinem com o máximo cuidado e o mínimo de confiança as inovações propostas no documento, além de investigar, é claro, as motivações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seus auxiliares. Também agravou a inquietação no mercado, assolado ontem por boatos e ações especulativas.

Para prevenir danos irreversíveis, os parlamentares devem começar com a máxima urgência o exame crítico da MP e apressar sua votação. As motivações de fato, não explicitadas no texto, são fundamentais para a avaliação da proposta. Há instituições em perigo - talvez bancos pequenos ou médios? O discurso do governo sobre a solidez do sistema será exagerado? Que instituições poderão estar em grave dificuldade - talvez fundos de previdência ligados a estatais? Qualquer pergunta é pertinente.

Os parlamentares deverão investigar, com muito cuidado, por que se decidiu dispensar de licitação a venda de participação acionária em instituições financeiras públicas. Pode ser para facilitar o socorro a alguma instituição

enclacrada. Ou pode ser para simplificar uma operação de outro tipo, como, por exemplo, a venda do banco paulista Nossa Caixa ao Banco do Brasil - e, de fato, o vice-presidente de Finanças do BB, Aldo Luiz Mendes, afirmou que, nesse caso específico, "a MP reduz o desafio de encontrar uma forma de pagamento em 50%". No mínimo, seria uma forma de evitar o aborrecimento de uma contestação judicial.

Da forma como está redigida, a MP 443 pode servir a propósitos muito diferentes. Pode facilitar o socorro oficial ao setor financeiro numa situação de perigo. Nesse caso, o BB e a Caixa estariam equipados para realizar intervenções semelhantes às programadas pelas autoridades financeiras americanas e europeias. Poderiam, portanto, realizar a tarefa nobre de preservar o razoável funcionamento do mercado num momento de perigo. Mas a MP pode servir, também, para ampliar a participação da União no mercado financeiro por meio da aquisição de bancos.

Convém, portanto, que os parlamentares, se estiverem dispostos a aprovar a MP 443, acrescentem a seu texto cláusulas de segurança, como, por exemplo, a obrigação dos bancos oficiais de revender as ações compradas e prazo para a retenção desses ativos. Também será preciso analisar com o máximo cuidado a criação da Caixa - Banco de Investimentos S. A., proposta no mesmo documento. Se for, como admitiu o ministro da Fazenda, um instrumento de capitalização de construtoras, será preciso pensar nas condições em que esse tipo de intervenção será aceitável. É preciso evitar o risco de simplesmente socializar perdas causadas por atos empresariais mal calculados.

A MP também autoriza o BC a realizar operações de swap de moedas com instituições similares de outros países, nos limites e condições fixados pelo Conselho Monetário Nacional. É um estranho dispositivo. Operações desse tipo foram realizadas entre os bancos centrais dos EUA e da Europa, em situações em que era preciso, com urgência, dar liquidez a bancos de dimensão internacional. O Brasil não vive nenhum problema semelhante e não precisa de operações de swap que envolvam reais e dólares - não, pelo menos, por motivos conhecidos pelo público. O governo deve uma explicação convincente à sociedade.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “TCU defende suspensão de 13 obras do PAC”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 04 de outubro de 2008.

A matéria destaca que relatório do Tribunal de Contas da União indica um grande numero de projetos em rodovias com graves irregularidades e que superfaturamento e sobre preço são os desvios mais comuns.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Também desejo registrar a matéria intitulada “Fernando Henrique: Lula engana país sobre crise”, publicada pelo jornal **O Globo**, de 24 de outubro de 2008.

A matéria destaca que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso criticou a forma como o Presidente Lula vem conduzindo o País durante a crise financeira internacional. “O estilo de Lula é enganar: ‘não vê crise, está tudo bem, vai ser o Natal melhor do mundo’. Não acho isso uma coisa boa”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada também seja considerada parte integrante deste

pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo mencionar a matéria intitulada “País de Delúbio são acusados de sonegação”, publicada pelo jornal **O Globo**, de 24 de outubro de 2008.

A matéria destaca que o Ministério Público denuncia Jamira e Antonio Soares de Castro, pais do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, por fraude em documentos de compra de terras compradas em Goiás para não pagar imposto.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja igualmente considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

TCU defende suspensão de 13 obras do PAC

Relatório indica grande número de projetos em rodovias com graves irregularidades; superfaturamento e sobrepreço são desvios mais comuns

Eugênia Lopes
BRASILIA

Treze obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) têm irregularidades graves; precisam ser paralisadas e ficar sem receber recursos do Orçamento da União de 2009. A recomendação é do Tribunal de Contas da União (TCU), que aprovou ontem relatório do ministro Arildo Cedraz, sugerindo a inclusão de 54 obras - das quais 13 do PAC - em uma "lista negra" na proposta orçamentária do ano que vem. Se a lista do TCU for aprovada pelo Congresso, as obras ficam sem verba do governo federal. O PAC é gerenciado pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

O tribunal também recomendou a retenção cautelar de pagamento para 12 obras - desse total 9 são do PAC. Entre elas estão a Ferrovia Norte-Sul, no Tocantins; a reforma e ampliação do Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos; a Refinaria Abreu e Lima, no Recife (PE), e a ampliação do Porto de Itaqui, no Maranhão. "Não mandamos, por exemplo, parar a obra da Ferrovia Norte-Sul. Apenas recomendamos a retenção de parte dos pagamentos", explicou Cedraz.

Entre março e agosto, o TCU auditou 153 obras, das quais 84 do PAC. Do total, 48 foram consideradas com irregularidades graves, ou seja, 31%, com recomendação para serem paralisadas. As 153 obras representam R\$ 20 bilhões de recursos alocados no Orçamento de 2009.

Quais seis obras foram incluídas na lista que será enviada ao Congresso por terem sido alvo de denúncia, representação ou inspeção. Em 2009, a dotação orçamentária para obras

do PAC é de R\$ 27,2 bilhões - neste ano, foi de R\$ 17,9 bilhões. As 48 obras com irregularidades graves têm dotação orçamentária para este ano de R\$ 1,517 bilhão - as 13 do PAC respondem por R\$ 1,155 bilhão (75,8% do total). Dessas, a mais antiga é a obra do Hospital Municipal de Cácoat, em Rondonia, paralisada desde 1996.

OBRAS IRREGULARES

13 obras com irregularidades graves detectadas pelo TCU são do PAC:

1. Canal do Sertão (AL)
2. Aeroporto de Macapá (AP)
3. Terminal em Pecém (CE)
4. Aeroporto de Vitória (ES)
5. Barragem Berizal (MG)
6. BR 381/ Rodovia Antonio Dias (MG)
7. BR 265/ Divisa Rio/ MG/ Ilícineia/ Divisa MG/SE
8. BR 163/ Divisa MT/Para/ Santarém
9. BR 230/ Construção Marabá/ Altamira/ Itaituba/ Ahel Viário de Itaituba
10. Aeroporto Santos Dumont (RJ)
11. Restauração de rodovias federais em Roraima
12. BR 101/ Adequação divisa SC/RS - Osório - RS
13. Aeroporto de Guarulhos (SP) - construção do T3

A maioria das irregularidades foi detectada em obras rodoviárias: 20 apresentaram problemas graves. Os auditores do TCU apontaram também problemas em oito obras hídricas e em quatro aeroportos. O superfaturamento e o sobrepreço foram os desvios mais comuns detectados em 36 obras. ●/

Fernando Henrique: Lula engana país sobre crise

PSDB e PPS condenam 'equivocos'

● **BRASÍLIA.** O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso criticou a forma como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem conduzindo o país durante a crise financeira internacional. Em entrevista à revista "Época", que sai esta semana, Fernando Henrique disse que Lula engana o país sobre os efeitos da turbulência sobre a economia brasileira:

"O estilo do Lula é enganar: 'não vem crise, está tudo bem, vai ser o Natal melhor do mundo'. Não acho isso uma coisa boa."

Para o tucano, o discurso otimista de Lula não vai afetar o medo dos consumidores diante da crise:

"Pode injetar o que quiser. O que fala mais alto é o bolso. Ninguém vai expandir consumo nenhum agora, o governo pode dizer o que quiser. O pessoal fica

com medo", afirmou o ex-presidente à revista.

Segundo Fernando Henrique, o crescimento da economia deve diminuir de 5% ao ano para cerca de 2,5% em 2009, o que deve provocar uma queda no ritmo de arrecadação e um comprometimento dos gastos públicos no ano que vem.

Em nota divulgada ontem pelo PSDB e PPS sobre a declaração de Lula de que a oposição pratica o "quanto pior melhor", os partidos disseram que "se trata de uma declaração que não se coaduna com a responsabilidade de um presidente da República". "Nunca torcemos por crises", diz a nota. Eles reafirmam ainda que condenam "abordagens equivocadas sobre a extensão da crise, assim como afirmações demagógicas sobre problemas graves e complexos".

Pais de Delúbio são acusados de sonegação

MP denuncia casal por fraudar documentos de terras compradas em GO para não pagar imposto

Bernardo Mello Franco

• BRASÍLIA. Réu por corrupção ativa e formação de quadrilha no processo do mensalão, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares pode sofrer um novo revés na Justiça. Desta vez, os acusados são os pais dele, Jamira e Antônio Soares de Castro. Os dois foram denunciados por crime contra a ordem tributária na compra de dois terrenos vizinhos à fazenda da família em Buriti Alegre, interior de Goiás, terra natal do petista. O juiz Márcio Antônio Neves enviou ontem o processo para alegações finais da defesa, e espera dar a sentença no prazo de 20 dias.

Para o Ministério Público, os pais de Delúbio fraudaram documentos com o objetivo de sonegar impostos na compra das duas propriedades rurais, que somam quase 32 alqueires. Eles teriam omitido R\$ 550 mil do valor real das terras, compradas em maio de 2004. A suspeita de irregularidade foi noticiada pelo GLOBO em agosto seguinte, pouco mais de um ano antes de o mensalão vir à tona.

Em documentos registrados em cartório, os pais de Delúbio disseram ter pagado R\$ 137 mil nas duas transações. Avaliação

feita a pedido do MP constatou que o valor de mercado das terras é de R\$ 687 mil. À Justiça, Antônio Soares de Castro negou a acusação. A mãe do petista disse não ter informações sobre os negócios. Para a autora da denúncia, promotora Márcia Maria Samartino Costa, a fraude ficou comprovada pela perícia judicial. “Os denunciados solicitaram lavratura de escritura pública e declararam falsamente sobre valores de transações de bens, com a finalidade de se eximirem do pagamento de tributos”, escreveu ela na ação.

O MP quer enquadrar o casal num dos principais artigos da lei que define os crimes tributários: “Fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo”. A pena prevista é de seis meses a dois anos de prisão, além de multa. No início do mês, o juiz responsável pelo caso foi obrigado a expedir mandado de busca e apreensão na prefeitura da cidade, que demorava a entregar documentos do processo. O prefeito de Buriti Alegre é o petista João Alfredo Mello, que contou com ajuda de Delúbio em suas campanhas. ■

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Licitação da Receita pára na polícia”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 12 de novembro 2008.

A reportagem destaca que uma licitação da Receita Federal, aberta há mais de um ano e que se arrasta na Justiça por causa dos recursos das empresas concorrentes, virou caso de polícia. A concorrência de R\$300 milhões tem como objetivo a compra de 37 **scanners** para inspeção de contêineres.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Ainda desejo registrar o artigo intitulado “Justiça de qualidade”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 08 de setembro 2008.

O artigo do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Cesar Asfor Rocha, destaca as mudanças que o Judiciário tem se impondo para se aproximar da sociedade e atender suas expectativas:

A instalação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em 2005 sinalizou profundas mudanças no Judiciário, até então apontado como o mais hermético e resistente a mudanças entre os três Poderes. Foram instituídas normas para proibir o nepotismo nos tribunais e regras para a aplicação do teto remuneratório para coibir os supersalários que recorrentemente escandalizavam a opinião pública. A correção dos desvios refletiu nova atitude dos magistrados, mais aberta ao diálogo com a sociedade e mais propensa a assimilar construtivamente críticas em relação aos serviços judiciais. Pôs-

se fim ao clichê do juiz encastelado em torre de marfim, distante da sociedade.

Sr. Presidente, também solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, menciono o editorial intitulado “Alta velocidade”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 11 de setembro do corrente ano.

O editorial analisa a divulgação do PIB no primeiro semestre e afirma que os dados divulgados ontem pelo IBGE a respeito do PIB no segundo trimestre confirmaram o bom nível de atividade da economia na primeira metade do ano. A expansão semestral de 6% deve elevar as previsões de desempenho em 2008 para a faixa entre 5% e 5,5%. Requer atenção, contudo, o fato de que a maior participação dos investimentos no PIB ocorre em paralelo com a deterioração das contas externas. A expansão do consumo acabou suprida pela disparada das importações e o saldo do comércio exterior, em volume, tem contribuído negativamente para a variação do PIB. Mais preocupante é que esse movimento vai minando as defesas externas brasileiras justamente no contexto de um profundo desarranjo nas finanças globais.

Sr. Presidente, solicito que o editorial citado seja igualmente considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

LICITAÇÃO DA RECEITA PARA NA POLÍCIA

Concorrência de R\$ 300 milhões tem como objetivo a compra de 37 scanners para inspeção de contêineres

Adriana Fernandes
Lu Aiko Otta
BRASILIA

Uma licitação da Receita Federal, aberta há mais de um ano e que se arrasta na Justiça por causa dos recursos das empresas concorrentes, virou caso de polícia. A concorrência para comprar 37 potentes scanners com capacidade para inspecionar contêineres em poucos minutos envolve valores que chegam a R\$ 300 milhões (pela taxa de câmbio atual).

Suspensa por uma decisão da Justiça Federal, a disputa entre consórcios formados por empresas brasileiras aliadas a grandes grupos dos EUA, Inglaterra e China, envolve documentação falsa e acusações mútuas de espionagem e sabotagem. A Receita corre contra o tempo para comprar os scanners, porque a partir de 2012 nenhuma carga entrará nos portos e aeroportos dos EUA se não tiver passado por um equipamento de raio X no país de origem.

Depois de inabilitar três dos quatro consórcios que entregaram os envelopes, a comissão de licitação da Receita teve de suspender a concorrência porque uma quinta empresa, a MRA Comércio de Instrumentos Eletrônicos Ltda., de Ribeirão Preto, conseguiu uma liminar do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª região. O tribunal decide hoje se mantém ou

não a suspensão da licitação. A Controladoria-Geral da União (CGU) também está fazendo uma auditoria no processo.

Com capital social de apenas R\$ 20 mil, a MRA não entregou os envelopes na data marcada, em 21 de agosto passado. A empresa alega na Justiça que a Receita deu um prazo muito curto para a obtenção dos documentos exigidos. Os três consórcios desabilitados - Saic/Teletronic, VMI/Nuctech e Rapiscan/IB - também se queixam de que há vícios no processo de licitação, e entraram com recurso administrativo recorrendo da decisão. Mas o processo foi suspenso pelo TRF antes que a comissão de licitação se pronunciasse sobre os recursos.

O único consórcio habilitado foi o Smiths/Ebco, liderado pelo fabricante inglês Smiths Heimann. Se os recursos não forem aceitos, os três consórcios desabilitados devem entrar também com novas reclamações na Justiça.

SUSPEITA DE SABOTAGEM

O consórcio Saic/Teletronic foi desqualificado sob a acusação de haver apresentado documentação falsa de inscrição no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) de seu engenheiro responsável. A licitação exigia que as empresas tivessem em seu quadro um engenheiro eletricitista com especialização em raio X. O especialista da Saic/Teletronic, Marcelo Donizeti de Oliveira, na verdade não é engenheiro e sim doutor em Física. E, nesse ponto, a milionária licitação da Receita virou caso de polícia.

Nas mãos da delegada Deborah Menezes, da 8ª Delegacia de Polícia do Distrito Federal (DF) está um depoimento de Marcelo Donizeti Oliveira, no qual ele afirma que foi convencido por representantes da Ebco a participar de uma trama para fraudar a licitação. Ele seria contratado pela Teletronic e apresentaria documentos falsos, produzindo sua desabilitação. Pelo serviço, receberia R\$ 2,5 milhões, e uma parcela até já teria sido paga. No depoimento, ele diz que tentou desistir da participação na trama, mas não levou a decisão adiante depois de receber ameaças à sua segurança e à de sua família.

"Havíamos contratado um pseudo-engenheiro", disse Júlio César da Silva, da Teletronic. Ele contou que foi sua sócia, a Saic, que chegou a Oliveira por intermédio da Associação Brasileira de Ensaios Não-Destrutivos (Abend).

A documentação do "pseudo-engenheiro" foi submetida ao CREA-DF antes de sua contratação pela Teletronic. "Eles disseram que estava tudo certo", disse Júlio César Silva. A Teletronic agora está processando o CREA-DF pelo transtorno causado pela informação errada. Procurada pela reportagem, a EBSCO não quis falar sobre o inquérito.

PRAZO

O coordenador-geral de Programação e Logística da Receita Federal, Antônio Márcio de Aguiar, rebateu a crítica de que o prazo foi curto. Segundo ele, só a MRA não conseguiu reunir a documentação. "Temos absoluta convicção de toda a lisura do processo", disse. "A nossa expectativa é de reabilitação de alguma empresa." A Receita destaca que o Tribunal de Contas da União deu parecer favorável ao processo de licitação e que é natural a auditoria da CGU, pelo tamanho da concorrência.

Já a MRA, que tem como parceiro o grupo americano American Science & Engineering, alega que a Receita deu um prazo muito curto para a obtenção dos documentos necessários à habilitação, depois que mudou o edital, em junho deste ano, flexibilizando uma das exigências da concorrência sobre documentação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). No agravo com pedido de liminar, concedido pela desembargadora Seleni Maria de Almeida, a empresa diz que a CNEN leva no mínimo 90 dias para analisar e expedir uma licença que o edital exige. Mas o prazo dado para a obtenção dos documentos e formalização do consórcio era de 49 dias.

"Essa concorrência envolve equipamentos muito caros, que poucas empresas no mundo fabricam. Ou a Receita concede prazo para que todas as interessadas possam obter toda a documentação exigida ou não haverá verdadeira concorrência por falta de competidores habilitados", disse Daniel Degenszajn, do escritório de advocacia Dinamarco, que representa a MRA.

O advogado do consórcio desabilitado Rapiscan/IB, João Batista Junior, diz também que o tempo dado pela Receita foi exíguo nessa fase de habilitação. "Nós não temos medo de perder, desde que seja porque o preço e a qualidade do produto foram considerados ruins", disse Batista Junior. O diretor da VMI, que integra o consórcio com a estatal chinesa Nuctech, Otávio Moraes, por sua vez, considera que o processo está viciado. "Os requisitos de habilitação somente beneficiaram um único fabricante, a Smiths Heimann", disse.

Já o diretor de marketing da Ebco, Guy Iglori, do consórcio Smiths/Ebco, único habilitado, argumenta que o tempo foi suficiente para a MRA. "Tem muita gente que não quer fiscalização da Receita nas fronteiras." Segundo ele, é muito difícil concorrer com uma estatal, como a chinesa Nuctech que pode usar o "peso do Estado". "A Nuctech é presidida por Hu Haifeng, filho do presidente da China, Hu Jintao", disse. ●

Justiça de qualidade

A INSTALAÇÃO do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em 2005 sinalizou profundas mudanças no Judiciário, até então apontado como o mais hermético e resistente a mudanças entre os três Poderes. Foram instituídas normas para proibir o nepotismo nos tribunais e regras para a aplicação do teto remuneratório para coibir os supersalários que recorrentemente escandalizavam a opinião pública.

A correção dos desvios refletiu nova atitude dos magistrados, mais aberta ao diálogo com a sociedade e mais propensa a assimilar construtivamente críticas em relação aos serviços judiciais. Pôs-se fim ao clichê do juiz encastelado em torre de marfim, distante da sociedade.

Tal atitude implicou a busca de maior transparência. Era preciso assegurar ao cidadão amplo acesso a informações sobre o desempenho da Justiça. Essas informações, lamentavelmente, não existiam ou eram imprecisas e defasadas. O Judiciário, na verdade, não se conhecia.

Nesse contexto, a Corregedoria Nacional de Justiça lançou em 2007 o programa Justiça Aberta, um banco de dados com informações na internet (www.cnj.jus.br) atualizadas continuamente, que permite o monitoramento da produtividade judicial pelo próprio Poder Judiciário e pela sociedade. É a prestação de contas que faltava.

Esse autoconhecimento é o ponto de partida para que o Judiciário de continuidade a mudanças que se refletem efetivamente na qualidade da prestação jurisdicional que sabemos ser alvo de insatisfação por parte dos jurisdicionados. A principal das reclamações é a morosidade, muitas vezes associada à impunidade ou não efetivação da Justiça. Mais de 50% das representações que chegam ao CNJ referem-se a esse problema.

É um problema que atinge desde a primeira instância até os tribunais superiores. Nasceu na Constituição

que ampliou os direitos e as garantias do cidadão, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) completará 20 anos no dia 7/4 do ano que vem, com aumento de 8.920% no número de processos julgados. No primeiro ano de funcionamento, julgou 3.700 processos. Em 2007, 330 mil processos.

A progressão geométrica da **Se a Constituinte de 1988 deu ênfase à segurança jurídica, o que se observa hoje é o clamor da sociedade por uma Justiça mais rápida**

manda comprometer não só a celeridade, mas a própria missão constitucional do STJ, que é a de uniformizar a interpretação das leis federais.

Chegou-se ao paradoxo em que, por julgar número excessivo de processos, a construção da jurisprudência, que é seu papel maior, ficou em segundo plano. Com uma média anual de 10 mil processos julgados por cada ministro, o complexo ato de julgar corre o risco de se transformar em mero ato mecânico.

Alisar esse mal implica a adoção de um conjunto de ações e iniciativas. A busca da gestão eficiente, certamente, é uma delas. A emenda constitucional nº 10 de 1998 forneceu importante meio de a sociedade exigir a qualidade dos serviços prestados pelo Estado, ao introduzir a eficiência como um dos princípios da administração pública. Diagnósticos precisos, planejamento, profissionalismo, soluções criativas, racionalização; enfim, todos os requisitos de uma gestão moderna não são, portanto, apenas desejáveis, mas indispensáveis.

Se a Constituinte de 1988 deu ênfase à segurança jurídica, particularmente à garantia do contraditório e da ampla defesa, em detrimento da celeridade processual, o que se observa hoje é o clamor da sociedade por uma Justiça mais rápida.

A emenda constitucional nº 45, da reforma do Judiciário, refletiu esse anseio ao inserir entre os direitos fundamentais a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade da tramitação. É difícil conciliar esses dois princípios antagônicos: celeridade x segurança.

A demanda por transparência e por celeridade processual exige uma Justiça de qualidade. Esta deve ser buscada não apenas com uma ou duas ações, mas sim com múltiplas iniciativas que passem pela busca de uma gestão mais eficiente, com o aproveitamento racional dos recursos, a capacitação de magistrados e servidores e a racionalização de procedimentos, por exemplo, na informatização do processo, de acordo com os procedimentos previstos no art. 11, 416/06, pela reforma processual e por tantas outras medidas.

Este é um desafio a ser enfrentado não apenas pelos dirigentes do Judiciário, mas por todos os participantes da atividade judicial: sejam eles magistrados, membros do Ministério Público, advogados, servidores, promotores. Somente com a mobilização de todos esses atores é que o Judiciário poderá atender a exigência da sociedade de uma Justiça de qualidade, efetiva e em tempo razoável.

CESAR ASFOR ROCHA, 60, mestre em direito público pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, é presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e coordenador nacional de Justiça. É autor do livro "A Luta pela Efetividade da Jurisdição".

Editoriais

editoriais@uol.com.br

Alta velocidade

Para que a economia continue a crescer com crise externa e juros em alta, governo precisa controlar despesas

OS DADOS divulgados ontem pelo IBGE a respeito do PIB no segundo trimestre confirmaram o bom nível de atividade da economia na primeira metade do ano. A expansão semestral de 6% deve elevar as previsões de desempenho em 2008 para a faixa entre 5% e 5,5%.

Se for confirmada a estimativa, a esta altura menos sujeita a erros de magnitude, o Brasil, cujo PIB aumentou 5,4% em 2007, terá passado dois anos consecutivos crescendo praticamente à mesma e alta velocidade. Não será pouco para uma economia que, no quarto de século anterior, se expandiu à média anual de 2,3% — cerca de 1% se descontado o aumento populacional.

A composição do atual ciclo de crescimento tem uma virtude raramente vista nos lampejos de expansão forte do PIB ao longo das chamadas décadas perdidas. Há um incremento constante e vigoroso dos investimentos produtivos. Mais fábricas, máquinas e residências não apenas agregam valor ao PIB, mas ampliam a própria capacidade da economia de crescer.

Países que sustentam elevadas taxas de expansão por longos pe-

riodos costumam ostentar uma participação dos investimentos no PIB acima de 20%. Em 2003, esse índice ficou em 15,2% no Brasil. No primeiro semestre de 2008, a taxa de investimentos chegou a 18,5%.

Requer atenção, contudo, o fato de que a maior participação dos investimentos no PIB ocorre em paralelo com a deterioração das contas externas. A expansão do consumo acabou suprida pela disparada das importações, e o saldo do comércio exterior, em volume, tem contribuído negativamente para a variação do PIB. Mais preocupante é que esse movimento vai minando as defesas externas brasileiras justamente no contexto de um profundo desarranjo nas finanças globais.

Seja por conta da crise internacional, seja por conta da própria política econômica doméstica, está prevista uma desaceleração da economia brasileira na segunda metade do ano. O Banco Central, que desde abril aumenta os juros básicos na tentativa de frear o consumo e controlar a inflação, acaba de elevar em mais 0,75 ponto percentual a Selic.

Para que essa desaceleração seja moderada e, sobretudo, não abale o potencial de crescimento da economia ao longo dos próximos anos, é essencial que o governo diminua o peso de suas despesas de custeio. Ocupada em festejar a bonança e agraciá-las suas bases com aumentos salariais duradouros, a gestão Lula está comprometendo o futuro.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Velhos novos hábitos”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 04 de setembro de 2008.

O artigo do jornalista Valdo Cruz destaca crítica a onda de grampos telefônicos que assola o país e responsabiliza o Presidente Lula pela situação.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, menciono a matéria intitulada “Generosidade sem limites”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 03 de setembro de 2008.

A matéria critica o aumento constante na folha do Governo Federal. A matéria destaca que só este ano o Governo Lula gastou com funcionalismo R\$105,5 bilhões e que em 2009 esse gasto atingirá a cifra de R\$155,3 bilhões. Esse custo será coberto com aumento de impostos pagos pelo contribuinte.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria também passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Por fim, Sr. Presidente, registro o editorial intitulado “Reformar a Abin e a PF”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 3 de setembro de 2008.

O editorial analisa os últimos acontecimentos políticos provocados pela descoberta de grampos nos telefones do Presidente do Supremo, Gilmar Mendes, e nos do Presidente do Senado, Garibaldi Alves, que teriam sido feitos pela Abin. O editorial deixa clara a necessidade de uma profunda reforma nos órgãos de informação e da Polícia Federal.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe igualmente a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Velhos novos hábitos

BRASÍLIA – O presidente Lula anda se queixando a assessores que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e a Polícia Federal estão fora de controle. Não sem motivo. Arapongas estão grampeando livremente por aí. E a PF segue dividida entre várias facções, duas delas se digladiando.

Se tem razões em se queixar, Lula sabe muito bem a quem deveria tributar pelo menos parte da responsabilidade. A ele mesmo. Depois de quase seis anos a frente do Palácio do Planalto, seu governo não tomou as medidas necessárias para evitar essa nova crise.

Pior. Andou contribuindo para que ela acontecesse. Lula, segundo contam, estimulou o ministro Tarso Genro (Justiça) a trocar o comando da PF e colocar ordem na casa. Estava insatisfeito com a autonomia da PF sob comando de Paulo Lacerda.

O que fez o presidente? Transferiu Lacerda para outro posto, atendendo ao pedido de amigos e também por considera-lo um policial sério e competente, mesmo não

gostando de algumas operações comandadas por ele.

Criou, assim, terreno fértil para o surgimento de um clima de guerra entre dois grupos na PF — ou seja, acertou a troca do comando da polícia, mas deixou o ex-chefe numa condição de influenciar nos trabalhos de seu antigo órgão.

Algo fora de lógica. Deu no que deu. Agora, dentro do Planalto, dizem que dificilmente Paulo Lacerda volta ao comando da Abin. Seu afastamento provisório, a depender de alguns assessores palacianos, se tornará definitivo.

Por outro lado, ainda bem que o governo não controlou totalmente a PF, como desejavam muitos petistas. Até aqui, num balanço de perdas e ganhos, a polícia tem saldo positivo a oferecer.

Quanto à Abin, imaginar que arapongas estejam fora de controle, logo num governo petista, é o cúmulo da incompetência ou o velho hábito de mudar de opinião sobre certos temas quando se está no poder.

Espéro que não.

Generosidade sem limites

Há limite para o aumento das despesas com o funcionalismo, reconhece o ministro da Fazenda, Guido Mantega, "e nós temos que estabelecer esse limite". Ele está correto. Difícil, porém, é acreditar que o governo do PT passe a agir de acordo com o que diz o ministro. Na verdade, age em sentido contrário. Tivesse um pouco mais de pudor, o governo já teria retirado, com a discricção possível, o projeto de lei complementar, que enviou com grande alarde ao Congresso em janeiro do ano passado e que limita em 1,5% ao ano o aumento das despesas com pessoal em valores reais (isto é, descontada a inflação), pois tudo o que tem feito é aumentar esses gastos, muito acima do limite que sugerira.

Só neste ano, são várias medidas provisórias e projetos de lei de iniciativa do Executivo que aumentam velozmente as despesas com pessoal. Incansável nesse campo, o presidente Lula assinou, na sexta-feira passada, mais duas medidas provisórias, que aumentam os vencimentos de 850 mil servidores de 54 carreiras, e um superpacote com 21 projetos de lei que criam 13 mil cargos a serem preenchidos por concurso e outros 1.400 cargos de confiança, a serem ocupados de acordo com critérios políticos ou pessoais.

As medidas provisórias asseguram aumentos escalonados que serão pagos de 2008 a 2011, isto é, na gestão do próximo presidente da República - este é apenas um dos ônus na área de pessoal que Lula deixará para o sucessor. Os aumen-

tos variam de 7% a 190%. Entre as categorias beneficiadas estão as de auditor fiscal da Receita Federal e do Trabalho, procurador da Fazenda Nacional, advogado da União, técnico de Planejamento, técnico do Tesouro Nacional e do Ipea. Com esses aumentos, em 2008 os gastos do governo aumentarão R\$ 2 bilhões. Até 2011, o impacto chegará a R\$ 8 bilhões.

Principal base política do sindicalismo vinculado ao PT, o funcionalismo federal está recebendo tratamento especial do governo Lula. Nos cinco primeiros anos do governo do PT, as despesas com pessoal cres-

O governo segue baixando medidas que aumentam sua folha de salários

ceram a uma velocidade duas vezes maior do que nos oito anos do governo FHC. O ano de 2008 está sendo particularmente bom para os funcionários - e ruim para os contribuintes, que sustentam a gastança com o funcionalismo.

O Orçamento de 2008 previa o aumento de R\$ 3,5 bilhões nos gastos com pessoal. Esse dinheiro seria empregado na reestruturação de cargos e carreiras e na revisão da remuneração de algumas categorias do funcionalismo. Em maio, o presidente Lula baixou medida provisória autorizando o Ministério do Planejamento a gastar, adicionalmente, R\$ 7,5 bilhões com o reajuste para o funcionalismo civil e militar. Foram reajustados, naquela época, os vencimentos de 800 mil servidores civis e

600 mil militares. Também para estes os reajustes serão escalonados até 2011, quando o impacto total alcançará R\$ 31 bilhões.

Antes do novo conjunto de projetos abrindo mais de 14 mil vagas, o governo já havia proposto, em 2008, a criação de quase 60 mil cargos. A abertura de 56 mil vagas já foi aprovada pelo Congresso; as propostas que abrem outros 3.090 cargos já passaram pela Câmara e estão no Senado. Se aprovados os novos projetos, o total de novos cargos chegará perto de 75 mil, a serem preenchidos até 2011.

Pela proposta de Orçamento enviada na semana passada ao Congresso, em 2009 serão contratados 64.540 funcionários, sendo 50.302 pelo Executivo (dos quais 19.423 para substituir pessoal terceirizado), 11.479 pelo Judiciário, 1.287 pelo Legislativo e 1.472 pelo Ministério Público.

Admitindo-se a remota possibilidade de que não haverá novos aumentos no próximo ano, a folha de pessoal totalizará R\$ 155,3 bilhões em 2009. Em 2006, o total de gastos com o funcionalismo foi de R\$ 105,5 bilhões. Em valores reais, isso representa aumento de 23,1%. Se a regra sugerida pelo governo, de aumento real máximo de 1,5% ao ano, tivesse sido seguida, a variação não poderia superar 4,5%. Ou seja, o aumento é cinco vezes maior do que aquele que o governo considerava razoável. Quem paga pela generosidade do PT com sua principal base sindical é o contribuinte.

Reformar a Abin e a PF

Provavelmente tem razão o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, ao prever que será muito difícil descobrir os responsáveis pela interceptação clandestina de pelo menos uma conversa telefônica do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. A divulgação da gravação de um diálogo que manteve com o senador Demóstenes Torres instalou no centro dos Poderes da República um escândalo proporcional à enormidade trazida a público no fim da semana. Por determinação do presidente Lula, a Polícia Federal (PF) abriu inquérito a respeito. A investigação será acompanhada pelo Ministério Público Federal e por membros da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional.

O presidente também tomou a apropriada decisão de afastar o diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda, e seus assessores diretos pelo tempo que durar a apuração. O órgão, como se sabe, está sob suspeita de ter instalado os grampos ilegais, embora não haja indícios de envolvimento de sua cúpula no ultraje.

O fundado ceticismo do procurador-geral vem da premissa de que "toda investigação de quebra de sigilo, quando os dados preservados por sigilo foram manuseados por muitas pessoas, provoca uma grande dificuldade: justamente identificar a origem". Não é descabido supor, em consequência, que esse obstáculo só poderá ser superado por via indireta - a partir de uma eventual delação com fatos objetivos que a sustentem. O ceticismo do procurador-geral não o leva, naturalmente, a declarar que a apuração será uma perda de tempo. "Ela tem de ser realizada com todos os recursos possíveis", assinalou. De fato, seria outro escândalo se Lula considerasse suficiente a anunciada sindicância interna na Abin.

Mas a questão de fundo que desafia o Planalto não é descobrir quem fez, por que e para que as escutas ilícitas, as quais, segundo a fonte anônima que vazou uma delas - tampouco se sabe com que intenção -, teriam alcançado ainda ministros que despacham na própria sede do governo, o chefe de gabinete do presidente e um punhado de se-

nadores de vários partidos.

Afinal, o delito é apenas um reflexo de algo incomparavelmente mais grave. Trata-se do descalabro em que se encontram mergulhadas as duas principais estruturas de segurança interna do País - além da Abin, o órgão de informação por excelência do titular do governo, a Polícia Federal, responsável pela repressão aos crimes contra o Estado brasileiro. Ambas clamam por reformas amplas e profundas para o desmantelamento dos verdadeiros poderes paralelos nelas enquistados. Disso dependerá um combate eficaz às transgressões cometidas por seus integrantes.

Egresso da PF, por sinal, Lacerda, o diretor afastado da Abin, assu-mira em outubro do ano passado em meio à expectativa de que promoveria uma profunda reestruturação do organismo, antes de tudo para enquadrar numa clara cadeia de comando e responsabilidades os seus 2 mil agentes, muitos deles oriundos do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), do qual herdaram os vícios e pendores autoritários. Em vez disso, ele se acomodou

à situação encontrada e nada fez que pudes-se contrariar interesses e impedir procedimentos que, em última análise, explicam por que a opinião pública não se surpreendeu com as ilegalidades ora atribuídas à agência.

Já a Polícia Federal está fragmentada entre facções que se confrontam. Grosso modo, os grupos de delegados que as lideram se alinham ou com o ex-diretor Lacerda ou com o seu sucessor, Luiz Fernando Correa. A existência do que já se chamou "duas polícias" na PF ficou escancarada na recente Operação Satiagrahá, cujo primeiro comandante, Protógenes Queiroz, compartilhou com Lacerda, à revelia da atual cúpula do órgão, aspectos cruciais e informações sigilosas da investigação. A tal ponto que agentes da Abin, numa flagrante irregularidade, foram mobilizados para colaborar com ela, como se a repartição tivesse poderes de polícia. A esta altura, é de esperar que o afastamento de Lacerda, possivelmente definitivo, abra caminho para o governo enquadrar a Abin. Não menos urgente é confrontar a anarquia instaurada na PF.

Sem isso, nos dois órgãos prosseguirão as ações à margem da lei.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, atravessamos um dos momentos mais delicados da segurança pública no nosso País.

As repercussões da violência em todas as regiões e em todos os estados agravaram um quadro que já era dramático.

Os profissionais, que têm constitucionalmente a missão de combater a criminalidade, estão desmotivados e recebem salários abaixo da média do trabalhador comum brasileiro.

Por isso, volto a insistir na necessidade de encontrarmos uma saída emergencial e definitiva para as desigualdades salariais dos nossos agentes de segurança.

Quero registrar um importante pronunciamento feito há alguns dias pelo senador Jaime Campos, um parlamentar atento às questões de seu estado, o Mato Grosso, e que compartilha conosco uma pertinente preocupação.

Assim como nós, o senador entende que há um grave desequilíbrio entre as remunerações das Polícias do País.

O Senador Jaime Campos fez um levantamento dos salários do Centro-Oeste e descobriu que as disparidades são grandes: em Goiás, um agente recebe R\$2 mil e 700 reais. No Mato Grosso do Sul, mil e 800 reais. E, em Mato Grosso, mil e 700 reais.

Segundo a Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis, a média do piso salarial nos estados fica em torno de mil e 700 reais.

Já a média de todas as 27 Polícias Militares do Brasil é de menos de mil e 400 reais, de acordo com o último levantamento disponível.

Estes valores estão muito longe do piso de R\$ 2.178 reais, apontado pelo DIEESE como o ideal para os trabalhadores de uma maneira geral.

Diante desta realidade, o senador Jaime Campos manifestou apoio à emenda que propõe um piso salarial unificado para as Polícias e Bombeiros de todo o País, que apresentamos nesta Casa há alguns dias.

É importante, como se vê, que as lideranças e as bancadas comecem a discutir a PEC com entidades dos policiais e as secretarias de segurança estaduais para avançarmos neste assunto que é grave e urgente.

Caso contrário, quem pagará o maior preço é a sociedade que será, cada vez mais, vítima da violência e da insegurança.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas.)

SENADO FEDERAL**ATA DA 215ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
EM 17 DE NOVEMBRO DE 2008**

(Publicada no **Diário do Senado Federal**, de 18 de novembro de 2008)

RETIFICAÇÃO

Na página 45846, republica-se o texto completo do Parecer nº 82, de 2008-CN, por omissão das páginas 7, 8, 9 e 10.

PARECER Nº 82, DE 2008-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 53/2008-CN, que *“Abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito suplementar no total R\$ 7.623.071.959,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$ 7.647.597.428,00, para os fins que especifica”*.

Origem: Poder Executivo

Relator: Senadora SERYS SLHESSARENKO

1 SÍNTESE DO PROJETO DE LEI**1.1 Histórico**

Com base no art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 53/2008-CN, objeto da Mensagem 140, de 2008-CN (749/2008, de 02 de outubro de 2008, na origem), projeto este que *“Abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito suplementar no total R\$ 7.623.071.959,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$ 7.647.597.428,00, para os fins que especifica”*.

1.2 Conteúdo do projeto

O Projeto de Lei abre crédito suplementar no Orçamento de Investimento, em favor de empresas do Grupo PETROBRÁS, no montante de R\$ 7.623.071.959 (discriminado no Anexo I do Projeto), indicando como fontes de recursos a geração própria, operações de crédito internas e externas e outros recursos de longo prazo, bem como a redução de

dotações das mesmas empresas. Estas, acrescidas de outras reduções, alcançam a R\$ 7.647.597.428,00, conforme individualizado no Anexo II deste PLN.

O montante total do crédito aberto é atribuído integralmente ao órgão Ministério das Minas e Energia. Abrindo os créditos propostos por unidade orçamentária, distribuem-se na forma abaixo¹:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR
32230 – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	4.949.420.069
32232 – BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL	61.187.952
32239 – PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR	42.190.665
32271 – TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG	9.963.513
32274 – PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	345.118.068
32275 – FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC	19.701.992
32280 – ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.	4.900.000
32282 – PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV	1.363.629.737
32287 – PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV	751.059.414
32312 – PETROQUIMICA TRIUNFO S.A. - TRIUNFO	11.777.790
32316 – LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS	34.682.256
32317 – SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA	8.088.500
32318 – TERMORIO S.A.	17.201.000
32319 – FAFEN ENERGIA S.A.	3.599.000
32320 – TERMOCEARA LTDA.	552.003
TOTAL	7.623.071.959

A Medida Provisória indica ainda os recursos destinados à abertura do crédito, a saber:

¹ Todos os créditos têm GND 4 – Investimento, Modalidade de aplicação 90 – Aplicações Diretas, e Indicador de Uso 0, sendo a Fonte 495 – Recursos do Orçamento de Investimento.

CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES (ANEXO II DA MEDIDA PROVISÓRIA)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR
32230 – PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	4.069.962.442
32239 – PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR	155.117.521
32242 – PETROBRAS QUIMICA S.A. - PETROQUISA	166.905
32271 – TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG	32.095.022
32274 – PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	384.305.394
32278 – PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCo	1.447.211
32280 – ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.	18.080.362
32282 – PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV	98.052.288
32287 – PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV	1.250.048.378
32307 – TRANSPORTADORA DO NORDESTE E SUDESTE S.A. - TNS	1.626.107.140
32308 – TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GAS S.A. - TAG	11.219.996
32313 – TRANSPORTADORA CAPIXABA DE GAS S.A. - TCG	300.065
32316 – LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS	694.704
TOTAL	7.647.597.428

OUTRAS FONTES

ORIGEM	VALOR
Geração própria de recursos da empresa Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS	879.457.627
Geração própria de recursos da empresa Braspetro Oil Services Company – BRASOIL	61.187.952
Geração própria de recursos da empresa Liquigas Distribuidora S.A. – LIQUIGAS	33.987.552
Geração própria de recursos da empresa SFE – Sociedade Fluminense de Energia Ltda.	8.088.500

ORIGEM	VALOR
Geração própria de recursos da empresa Termorio S.A.	17.201.000
Geração própria de recursos da empresa Fafen Energia S.A.	3.599.000
Geração própria de recursos da empresa Termoceará Ltda.	552.003
Geração própria de recursos da empresa Fronape International Company – FIC	19.701.992
Operações de crédito de longo prazo – externas da empresa Petrobras Netherlands B.V. – PNBV	1.040.972.078
Outros recursos de longo prazo – por parte da controladora da empresa Petrobras Netherlands B.V. – PNBV	224.605.371
Operações de crédito de longo prazo – internas da empresa Petroquímica Triunfo	11.777.790
TOTAL	2.301.130.865

1.3 Exposição de Motivos apresentada

A Exposição de Motivos – EM nº 251/2008/MP, de 25 de setembro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a Medida Provisória em exame, informa que o crédito destina-se a adequar as dotações orçamentárias das empresas, em decorrência de novas prioridades estabelecidas na revisão da estratégia negocial para o corrente exercício. Discrimina as ações objeto de ampliação e cancelamento e observa que o crédito permitirá investimentos operacionais das empresas, no valor mínimo necessário à consecução dos empreendimentos prioritários estabelecidos na revisão dos respectivos planos estratégicos.

No aspecto macroeconômico, aponta que este crédito ensejará no Orçamento de Investimento para 2008, das empresas do Grupo PETROBRÁS, redução líquida de R\$ 24.525.469,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e sessenta e nove reais), uma vez que o cancelamento proposto supera o valor das dotações ampliadas. No que se refere à meta de superávit primário para 2008 do mesmo grupo econômico, assevera que a desagregação do cancelamento entre dotações no país e no exterior, resulta em redução líquida no país (aquela considerada no cálculo do superávit) de R\$ 870.556.687,00, segundo as seguintes proporções:

	Suplementação (A)	Cancelamento (B)	Líquido (A - B)
Total no País	5.427.492.864	6.298.049.551	(870.556.687)
Total no Exterior	2.195.579.095	1.349.547.877	846.031.218
Total geral	7.623.071.959	7.647.597.428	(24.525.469)

OBS: As dotações executadas no exterior não têm reflexos no cálculo do superávit primário

2 VOTO DO RELATOR

O Relatório deverá abordar o atendimento das normas constitucionais e legais, especialmente quanto à compatibilidade da proposta com a lei do plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, bem como a execução recente dos créditos envolvidos, como prescreve o art. 30 da Resolução nº 01, de 2001 – CN.

2.1 Atendimento a normas constitucionais e legais

I) COMPATIBILIDADE DAS FONTES

As fontes dos recursos utilizados são compatíveis com o destino preconizado pelo respectivo crédito².

II) ANEXO DE OBRAS IRREGULARES

As ações que tiveram suas dotações ampliadas não constam do Anexo VI da Lei 11.647/2008 – LOA/2008 (Obras e serviços com indícios de irregularidades graves, art. 10, § 2º, da LDO/2008), nem da relação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União em função do art. 97 da Lei 11.768, de 18/8/2008 - LDO/2009 (Acórdão nº 2140/2008 – TCU – Plenário).

III) IMPACTO SOBRE O RESULTADO PRIMÁRIO

A Exposição de Motivos contém uma demonstração dos efeitos sobre o superávit primário, mencionada pelo art. 63, § 13, da Lei 11.178/2005 (LDO/2006).

² Fonte 495.

	Suplementação (A)	Cancelamento (B)	Líquido (A - B)
Total no País	5.427.492.864	6.298.049.551	(870.556.687)
Total no Exterior	2.195.579.095	1.349.547.877	846.031.218
Total geral	7.623.071.959	7.647.597.428	(24.525.469)

OBS: As dotações executadas no exterior não têm reflexos no cálculo do superávit primário

Com efeito, fica claro que os cancelamentos têm por resultado uma redução global nas despesas de investimento orçadas, bem como uma redução bastante mais pronunciada das despesas no País, impactando positivamente no atingimento da meta do superávit primário.

Assim, a medida proposta conforma-se à meta fiscal prevista no art. 2º da LDO/2008, mantido o equilíbrio fiscal nele preconizado. Portanto, entendemos estar conforme à legislação em vigor.

IV) COMPATIBILIDADE COM A LDO (Lei 11.178/2006)

Em acréscimo às análises específicas constantes dos incisos anteriores, não se verificam quaisquer violações aos dispositivos da lei de diretrizes orçamentárias para o presente exercício.

V) COMPATIBILIDADE COM O PPA (Lei 11.653/2008)

Em se tratando de créditos suplementares, é automática a compatibilidade com o o PPA, na medida em que as dotações ampliadas já se encontram legalmente inseridas na lei orçamentária anual, portanto atendendo à exigência de compatibilidade com o Plano Plurianual.

2.2 Execução orçamentária recente

Quanto à execução orçamentária, em se tratando do Orçamento de Investimento das empresas estatais, não se dispõe de dados publicados acerca da execução de cada ação, tendo em vista que a única fonte de informação disponível para tanto é a publicação bimestral de Portaria do Departamento de Controle das Estatais (DEST/MPOG) – a qual não traz as informações desagregadas por ações. Destarte, é impossível a esta relatora informar o grau de execução das dotações ampliadas e canceladas.

2.3 DO MÉRITO

A natureza dos investimentos, como revelam os próprios títulos das ações, está perfeitamente alinhada às finalidades institucionais e empresariais das empresas em cujo orçamento se abrem os créditos. Tendo em vista a manifestação expressa do Poder Executivo no sentido de que representam empreendimentos prioritários estabelecidos na revisão dos planos estratégicos das empresas, não temos quaisquer reparos quanto às propostas apresentadas, endossando-lhes o juízo de conveniência e oportunidade favorável ao mérito.

2.4 DA ANÁLISE DAS EMENDAS

Segundo informações da Secretaria desta Comissão Mista, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

2.5 DA CONCLUSÃO

Em vista dos fatos relatados e das considerações expendidas, entendemos que o Projeto de Lei nº 53, de 2008-CN, encontra-se de acordo com a legislação em vigor, razão pela qual votamos por sua aprovação, nos exatos termos em que é proposto pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 2008.


Senadora **Serys Shessarenko**
Relatora

Anexo I

(Ao Parecer nº , de 2008)

PL nº 053, de 2008 – CN

DEMONSTRATIVO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 46 DO REGULAMENTO INTERNO DA CMO

Nº Emenda	Autor	Finalidade	Valor (R\$)	Parecer
NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS				

Anexo II

(Ao Parecer nº , de 2008)

PL nº 053, de 2008 – CN

DEMONSTRATIVO DE QUE TRATA O ART. 31, INCISO I, DA RES. Nº 01, DE 2001-CN

Emenda	Autor	Subtítulo	Valor (R\$)	Decisão
NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS				

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2008, **APROVOU**, por unanimidade, o **Relatório** da Senadora SERYS SLHESSARENKO, favorável nos termos do **Projetos de Lei nº 53/2008-CN**. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Mendes Ribeiro Filho, Presidente, André Vargas, Átila Lins, Beto Albuquerque, Carlito Merss, Carlos Zarattini, Cezar Silvestri, Chico Lopes, Colbert Martins, Dagoberto, Dilceu Sperafico, Edmilson Valentim, Eliseu Padilha, Felipe Bornier, Frank Aguiar, Gilmar Machado, Guilherme Campos, Jaime Martins, José Guimarães, José Rocha, Lázaro Botelho, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carlos Busato, Luiz Carlos Setim, Marinha Raupp, Natan Donadon, Osvaldo Reis, Paulo Lima, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo Rollemberg, Sergio Petecão, Vilson Covatti, Wellington Fagundes, William Woo, Wilson Santiago e Zezéu Ribeiro; e os Senhores Senadores Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente, Gim Argello, Terceiro Vice-Presidente, Delcídio Amaral, Gilberto Goellner, Jefferson Praia, José Nery e Serys Slhessarenko.

Sala de Reuniões, em 12 de novembro de 2008.


Deputado **MENDES RIBEIRO FILHO**
Presidente


Senadora **SERYS SLHESSARENKO**
Relatora

EMENDAS

Nºs 1 a 371, apresentadas à Medida Provisória nº 449, de 2008 (**Publicadas em suplemente à presente edição**)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁶⁾	
PDT/PSOL ⁽¹⁰⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SANTA CATARINA

Finalidade: Averiguar, in loco, a situação do estado de Santa Catarina visando encaminhar medidas a serem tomadas para minorar os efeitos da situação de calamidade pública decorrente das chuvas das últimas semanas.

(Requerimento nº 1.483, de 2008, aprovado em 25.11.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 25/11/2008

TITULARES**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Raimundo Colombo (DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senadora Ideli Salvatti (PT)

Maioria (PMDB)

Senador Neuto De Conto (PMDB)

PDT, PTB, PSOL, PSC

Senador Sérgio Zambiasi (PTB)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽¹⁵⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽¹⁴⁾
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
15. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
16. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA****Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.brEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(8,11)	1. Ada Mello ⁽¹⁴⁾
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,17)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. Eleito em 8.8.2007.
3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Kátia Abreu (DEM) ^(14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽²⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).

13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽²⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Virginio de Carvalho (PSC) (13)	3. Kátia Abreu (DEM) (18,22)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (12)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
9. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,5)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).
5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. n° 188/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Paulo Duque (PMDB) ^(8,10,11)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) ^(10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(11,14)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽⁹⁾
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.

7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).

8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽¹⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽²⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹³⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹¹⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/09/2008

Notas:

1. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

2. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Marco Maciel (PE) ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
João Ribeiro (TO) ⁽³⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Renato Casagrande (ES) ⁽⁴⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL

Atualização: 27/11/2008**Notas:**

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.
2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme Of. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.
3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PR, conforme Of. nº 81/2008-GLDPR, datado de 27/11/2008, lido na Sessão dessa mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PSB em substituição à Senadora Patrícia Saboya, conforme Of. GLPSB nº 73/2008, de 26/11/2008, lido na Sessão de 27/11/2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO
18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ⁸ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 13.11.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/l/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado por 123 (cento e vinte e três) dias, a partir de 10.09.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



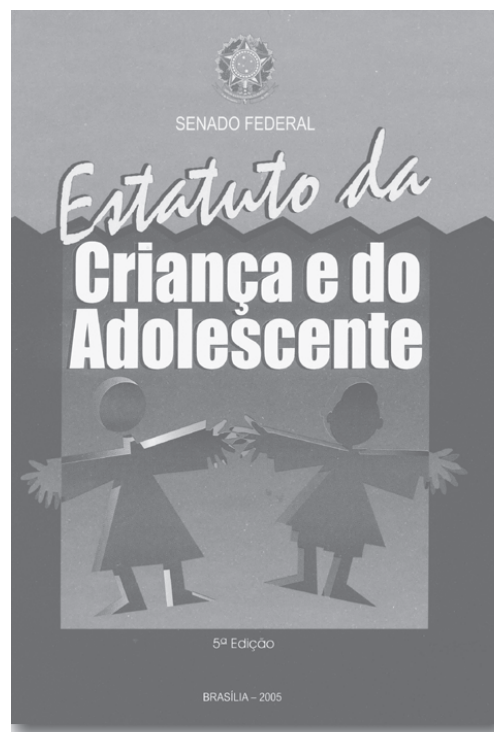
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações
dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação cor-
relata e índice.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS